

**Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração
Curso de Mestrado em Administração**

Marcela de Moraes Batista

**Muito Além da Vigilância Eletrônica: um estudo
acerca do discurso governamental do Centro de
Comando de Controle Integrado de Pernambuco**

Recife, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DE ACESSO A TESES E DISSERTAÇÕES

Considerando a natureza das informações e compromissos assumidos com suas fontes, o acesso a monografias do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco é definido em três graus:

- "Grau 1": livre (sem prejuízo das referências ordinárias em citações diretas e indiretas);
- "Grau 2": com vedação a cópias, no todo ou em parte, sendo, em consequência, restrita a consulta em ambientes de biblioteca com saída controlada;
- "Grau 3": apenas com autorização expressa do autor, por escrito, devendo, por isso, o texto, se confiado a bibliotecas que assegurem a restrição, ser mantido em local sob chave ou custódia;

A classificação desta dissertação se encontra, abaixo, definida por seu autor.

Solicita-se aos depositários e usuários sua fiel observância, a fim de que se preservem as condições éticas e operacionais da pesquisa científica na área da administração.

Muito Além da Vigilância Eletrônica: um estudo acerca do discurso governamental do Centro de Comando de Controle Integrado de Pernambuco

Nome da Autora: **Marcela de Moraes Batista**

Classificação, conforme especificação acima:

Grau 1	<input checked="" type="checkbox"/>
Grau 2	<input type="checkbox"/>
Grau 3	<input type="checkbox"/>

Recife, 28 de junho de 2013

Marcela de Moraes Batista

Marcela de Moraes Batista

**Muito Além da Vigilância Eletrônica: um estudo
acerca do discurso governamental do Centro de
Comando de Controle Integrado de Pernambuco**

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Carvalho Benício de Mello

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Administração, para obtenção do grau de Mestre em Administração, área de concentração Gestão Organizacional.

Recife, 2013

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

B333m Batista, Marcela de Moraes
Muito além da vigilância eletrônica: um estudo acerca do discurso governamental do Centro de Comando de Controle Integrado de Pernambuco / Marcela de Moraes Batista. - Recife : O Autor, 2013.
141 folhas : il. 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Carvalho Benício de Mello.
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2013.
Inclui referência.

1. Teoria do discurso. 2. Vigilância eletrônica. 3. Segurança Pública. I. Mello, Sérgio Carvalho Benício de (Orientador). II. Título.

658 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2013 – 118)

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Ciências Administrativas
Programa de Pós-Graduação em Administração
Curso de Mestrado em Administração

Muito Além da Vigilância Eletrônica: um estudo acerca do discurso governamental do Centro de Comando de Controle Integrado de Pernambuco

Marcela de Moraes Batista

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco e aprovada em 28 de junho de 2012.

Banca Examinadora:

Prof. Sérgio Carvalho Benício de Mello, Ph.D., UFPE (orientador)

André Luiz Maranhão de Souza Leão, Dr., UFPE (examinador interno)

Rodrigo José Firmino, Ph.D., PUCPR (examinador externo)

Aos meus pais **Marcelo** e **Cléria**, que me ensinaram a ser forte em qualquer situação e não desistir, mesmo quando tudo parecer impossível. A minha irmã gêmea **Fernanda**, por seu apoio e amor incondicional. Aos meus amigos e amigas, que por vezes dividiram o meu fardo, me ajudando a continuar forte em minha jornada.

Agradecimentos

A Deus, por me mostrar que mesmo em meio às tempestades eu nunca estou sozinha.

A Capes, por ter financiado os meus estudos durante o mestrado.

Agora, vem a parte mais difícil: agradecer a tantas pessoas que fizeram parte de tudo isto.

Sérgio Benício, o senhor foi além de um orientador de mestrado, foi um amigo muito sincero e sem meias palavras que me orientou para a vida. Sua genialidade no começo me assustou, porque eu não sabia como iria acompanhá-lo, mas hoje é uma inspiração. Sair da caixinha não é fácil, mas acredito que depois de tantas tentativas estou quase lá. Por fim, não tenho palavras para agradecer o quanto o senhor fez por mim.

Coronel Ilídio, Major Menezes e Capitão David, vocês foram, em suas particularidades, peças essenciais para a realização do meu trabalho, e sem a compreensão e apoio de vocês eu não teria concretizado o meu desejo de estudar o CICC-PE.

Agradeço ao Professor Rodrigo Firmino, por sua dedicação e suas observações muito pertinentes e coerentes. Ao professor André Leão, por suas observações na Banca e pela oportunidade de trabalharmos juntos em alguns projetos.

A minha dissertação inteira é séria, clara e objetiva, mas nos agradecimentos aos meus amigos, não. Então vou praticar um pouco da minha criatividade e, por favor, se identifiquem.

Em um lugar não tão distante, vivendo em uma casa não tão legal, estava Quase lá. Ela é ansiosa, nervosinha, mas muito gente boa!! Estava vivendo sua vida em paz e feliz, quando, de repente, não mais que de repente, tudo mudou e quase de lá saiu de sua vida tranquila e entrou em um bosque de dúvidas, incertezas, temas loucos, desconexos e pesquisas sem pé nem cabeça. E lá também tinha uma tal de caixinha que ela não fazia ideia do que era, mas tinha certeza que deveria descobrir, pois uma voz desconhecida dizia: "Você tem que sair da caixinha!". Ela, sem entender, patavinas seguia andando rápido, indo de lugar algum para canto nenhum, quando também, de repente, descobriu que não estava sozinha. Nossa! Ela ficou muito feliz, mas seu companheiro era tão mais calmo, mais centrado e sério que não parecia se incomodar com o bosque. Mesmo assim, ele começou a ajudar a danadinha, que quase nunca escutava os conselhos pertinentes de seu novo melhor amigo de todos os tempos, "*forever and ever*". Mas isso não evitou que Quase lá se chocassem quinhentas vezes contra árvores com nomes esquisitos: ENADE, TRANSPARÊNCIA BRASIL e etc. Em cada colisão ela se desesperava, mas como sempre acontece em contos de fadas, surgiu alguém para ajudá-la. Esse lindo alguém só aparecia nestes momentos críticos e era o único capaz de fazer Quase lá parar de chorar e seguir em frente, seu eterno confidente tinha a encontrado, mesmo no bosque dos Perdidos em Pesquisas Acadêmicas.

Com essa ajuda ela conseguia se levantar e seguir em frente, mas a voz insistente sempre falava: "Caia da caixinha!" e ela tentava, tentava e tentava, insistentemente, descobrir que bexiga de caixinha era essa. Por vezes seu amigo sumia e ela tinha que andar sozinha. Até que um dia encontrou uma linda gatinha. Essa gatinha era muito legal e tentava a todo custo dar um sinal de que a heroína de nossa história não estava sozinha. Logo na frente surgiu um gato. Quase lá ficava feliz com suas companhias apesar de o gato ser danado, por isso ela o

chamou de Zé Mayer. Eita! Esse era danado mesmo, mas estava sempre disposto a ajudar. Ela seguia seu caminho, às vezes mais perdida, às vezes mais achada, mas nunca sem deixar acreditar que um dia iria se encontrar. Então mais um personagem surgiu para "ajudar", quer dizer "mudar", não, não, "transformar". Eita! Ele chegou mesmo foi para agitar e virar o mundo louquinho dela de pernas para o ar. Ele era sincero demais, muitas vezes agressivo demais, mas só queria ajudar. Quase lá percebeu que ele era um verdadeiro amigo e se inscreveu no seu curso, paralelo a sua caminhada do busque PPA. Mas ele partiu antes de ela completar e a deixou a ver aviões... Sem opção, ela voltou a se dedicar a descobrir um tema para estudar. Mas a vida é uma caixinha de surpresas, e essa caixinha persegue nossa heroína, e sua vida virou de pernas para o ar. O que era claro ficou sombrio, o dia embolorado virou tempestade. Mas a bichinha era corajosa, pegou uma velinha bem pequenininha de esperança e fé e continuou a andar. Eita! Quem diria! No meio da tempestade ela achou uma árvore chamada "tema perfeito, Pega logo!!!!" e ela pegou. Aí a voz gritou: "saia da caixinha, sua teimosa!" E ela, coitadinha, ficou rodando em torno da árvore, rodando sem saber por onde começar. Então seu confidente, como um passe de mágica, apareceu e voltou a ajudar. A voz falou algo diferente quando ela começou a escalar a linda árvore: "por aí, não! Por aqui!" E ela descia e subia de novo: "aí, não! Aqui!" Ela descia e subia de novo: "minha filha, eu já disse aí, não! Se você tentar mais uma vez, não falo mais nada!" Nessa hora, Quase lá, gelou: e sem a voz, quem iria lhe guiar? Engoliu seco e parou.

Ela pensou, pensou e pensou. Não podia decepcionar a voz que sempre estava lá, mas ela novamente não estava sozinha, surgiu uma linda luzinha verde (LV) e começou a aconselhar, conversar dialogar e debater com Quase lá. LV era uma amiga muito pertinente, lia e relia tudo que Quase lá escrevia, até que a nossa heroína subiu novamente com um medo de a peste da voz se calar. Mas a voz falou: "agora, sim, você está quase lá minha filha!" A bichinha respirou fundo e se aliviou, mas e agora fazer o quê? Do topo da árvore ela olhou, olhou, e olhou... Eita! Era tanta coisa que quase enoideou e começou a escrever mil páginas, porque tinha que defender sua árvore. Em meio à chuva que hora diminuía hora aumentava, outro alguém apareceu e também junto com LV leu, leu e releu o que Quase lá escrevia. Mas era tão fraquinho, e Quase lá estava com tempo curtinho, então mostrou o primeiro fruto de sua árvore. Vixi! Era muito doido, sem pé, cabeça, pescoço ou qualquer coisa. A voz disse: "Faça o que der para fazer, mas você tem que defender!" Ela fez isso e o fruto ficou feio disforme, mas tinha uma essência enorme, que nossa querida voz havia visto mesmo sem Quase lá ter se apercebido. Quando a primeira fase terminou, a voz falou: "Agora vamos organizar suas ideias"! Ele mostrou, orientou e argumentou. Ela, feliz, feliz ficou e o seu amigo, o de sempre, *forever and ever*, tentava ajudar, dialogava e tentava mostrar o melhor caminho para o novo fruto que ela tinha que gerar. Mesmo em meio à tanta chuva, ela estava feliz, a voz a orientou e um novo fruto, enfim, começou a ser gerado.

Mas a chuva engrossou, o vento aumentou e quase a derrubou. Quando ela estava quase caindo, um time de anjos se apresentou, o primeiro um guerreiro esforçado se prontificou, e em seguida um gigante se apresentou e falou: "Quero ajudar!" Logo, as superpoderosas chegaram e ajudaram. Depois uma voz calma e amiga, um novo guerreiro, como se não bastasse, surgiu com uma voz na madrugada fria. Claro que nesse time não ficaram de fora a gatinha e o gatão, o *forever and ever*, a luz verde e outro alguém, o confidente, o amigo de verdade, e a voz. O time estava completo e Quase lá, mesmo com a

sua velinha quase apagada, não desistiu de lutar, se agarrou, se pendurou e se levantou. Estava mesmo cansada de tanta chuva, mas pronta para continuar e ela continuou.

Bem, meus queridos, nossa história chega ao fim e todos que viveram com Quase lá vão vê-la se transformar e, enfim, lá, em mestre, e no que ela sempre sonhou, em ser uma futura voz. Sim, sem esquecer ela ainda não saiu da caixinha, mas um dia chegará lá.

Agradeço a todos que estavam juntos comigo, de forma direta e indireta, nessa minha história. Com esse trabalho, um ciclo da minha vida se fecha, para um novo surgir, e espero ver todos vocês em minha vida por muitas e muitas histórias.

Resumo

O Brasil está vivenciando a década em que muitos chamam de "década dourada", pois receberá em 2014 a Copa do Mundo e em 2016 as Olimpíadas de Verão. A pesquisa focou no evento da Copa do Mundo de Futebol. Entretanto, o país vem há muitos anos enfrentando uma crise generalizada nos serviços públicos, que situam o país em um momento paradoxal. Ao mesmo tempo em que precisa investir milhões para se preparar para a Copa do Mundo, os sujeito/cidadãos sofrem com a ineficiência dos serviços públicos. Em meio a este paradoxo, o governo brasileiro iniciou uma série de projetos públicos focados em atender aos desígnios da FIFA e, ao mesmo tempo, deixar um legado para a população. Diversos projetos tecnológicos foram sendo discutidos na sociedade brasileira. Com o intuito de ampliar a compreensão acerca das articulações discursivas em torno da vigilância eletrônica, utilizada como forma de controlar os fluxos sociais, se propôs um estudo sobre os sistemas tecnológicos com base na teoria da vigilância eletrônica e da teoria do discurso. Para tanto, o objeto empírico escolhido foi a implantação do Centro Integrado de Comando e Controle de Pernambuco (CICC-PE), por este ser um sistema tecnológico focado em vigilância eletrônica. Uma vez que este é também um aparelho do estado, o discurso analisado foi o discurso governamental do CICC-PE, investigado com base em um corpus de pesquisa que continha, documentos oficiais (balanços, leis, decretos, atas, relatórios, reportagens), entrevistas (semiestruturadas e disponibilizadas no YouTube) e relatórios internacionais, de modo a compreender como a vigilância eletrônica foi incorporada pelo discurso governamental do CICC-PE. As análises mostraram que o CICC-PE, apesar de ser um sistema que se integra com outras instituições, tem seu foco voltado para segurança pública, motivo este relacionado às articulações discursivas que conduziram a formação de um conjunto de sujeitos políticos com o poder de dirigir todo o processo, sendo este formado exclusivamente pela força policial. Apesar de haver nitidamente um esforço em integrar outras forças, o uso da vigilância eletrônica acaba sempre se voltando para a segurança pública. Ao final desta pesquisa, foi possível concluir que o CICC-PE tem um potencial de se transformar em um sistema baseado no conceito de vigilância total, e pode ser um dos caminhos possíveis para se iniciar um processo de eficiência estatal na segurança pública.

Palavras-chave: Teoria do Discurso. Vigilância Eletrônica. Ineficiência do Estado. Segurança Pública.

Abstract

Brazil is experiencing a decade in which many call the "golden decade" because it will receive in 2014 the FIFA World Cup and the 2016 Summer Olympics. However this research has focused on the event of the World Cup. But, the country has been facing for many years a general crisis in public services that place the country in a paradox time. At the same time it needs to invest millions to prepare the World Cup, the subject/citizens suffer from the inefficiency of public services. In the midst of this paradox, the Brazilian government began a series of public projects focused on meeting the designs of FIFA and, at the same time, leaves a legacy for the population. Several technological projects were being discussed in Brazilian society. In order to broaden our understanding of discursive articulations around the electronic surveillance used as a way of control the social flows, we proposed a study on technological systems based on the theory of electronic surveillance and discourse theory. Thus, the empirical object chosen was the implementation of the Command Center and Integrated Control of Pernambuco (CICC-PE), because it is a technological system focused on electronic surveillance. Since this is also a state apparatus, speech analysis was the governmental discourse of CICC-PE, investigated based on a corpus of research that contained official documents (statements, laws, ordinances, minutes, reports, articles), interviews (semi-structured and made available on YouTube) and international reports, in order to understand how the electronic surveillance was built by the CICC-PE government discourse. The analysis showed that the CICC-PE, although a system that integrates with other institutions, it have their focus on public safety grounds related to this discursive articulations that led to the formation of a set of political actors with the power to direct whole process, which is formed exclusively by the police force. Although there is clearly an effort to integrate other forces, the use of electronic surveillance always ends up turning to public safety. At the end of this research, it was concluded that the CICC-PE has the potential to turn into a system based on the concept of total surveillance, and can be one of the possible ways to initiate a process of state efficiency in public safety.

Keywords: Discourse Theory. Electronic Surveillance. State Inefficiency. Public Safety.

Lista de Figuras

Figura 1- Sala de monitoramento	35
Figura 2- Sala de Crise	35
Figura 3- Desenho do panóptico de Bentham	43
Figura 4- Dois retratos das ciências sociais	97
Figura 5- Corpus de pesquisa	102
Figura 6- Candidatura do Brasil	108
Figura 7- Sujeitos políticos envolvidos no Brasil sede	110
Figura 8- Lógicas de equivalência e diferença	111
Figura 9- Articulação Recife Sede	113
Figura 10- CCCI Brasil	116
Figura 11- Sujeitos políticos	120
Figura 12- Sujeitos políticos relevantes	125

Lista de Abreviaturas e siglas

ABIN	Agência Brasileira de Informação
AD	Análise do Discurso
APAC	Agência Pernambucana de Águas e Clima
C2	Comando e Controle
C3	Comando, Controle e Comunicação
C3I	Comando, Controle, Comunicação e Inteligência
C4IRS	Comando, Controle, Comunicação, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
C5I	Comando, Controle, Comunicação, Computadores, Coordenação e Sistemas de Inteligência
CBMPE	Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco
CBTU/Metrorec	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CICC	Centro Integrado de Comando e Controle
CICC-PE	Centro Integrado de Comando e Controle de Pernambuco
Celpe	Companhia Energética de Pernambuco
CFTV	Circuito Fechado de Televisão
CGC	Centro de Gerência Central
CIODS	Centro Integrado de Operações de Defesa Social
CM	Comandos Móveis
COE	Centro de Operações Especiais
Codecipe	Coordenadoria de Defesa Civil de Pernambuco
COL	Comando de Operação Local
Compesa	Companhia Pernambucana de Saneamento
CTTU	Companhia de Trânsito e Transporte Urbano
CVLI	Crimes Violentos Letais e Intencionais
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
Detran	Departamento Nacional de Transito
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte
FIFA	<i>Fédération Internationale de Football Association</i>
GGPOC	Gerência Geral da Polícia Científica
IBGE	Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes Básicas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCPE	Polícia Civil de Pernambuco
PIB	Produto Interno Bruto
PMPE	Polícia Militar de Pernambuco
PPV	Pacto pela Vida
RMR	Região Metropolitana do Recife
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Secid	Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano

Sefaz	Secretaria da Fazenda
Seres	Secretaria Executiva de Ressocialização
Setur	Secretaria de Estado do Turismo
SDS	Secretaria de Defesa Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TD	Teoria do Discurso
TI	Tecnologia da Informação
TIA	<i>Total "Terrorismo" Information Awareness</i>
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

Sumário

1- Visão Geral da Pesquisa	17
1.1 Introdução	17
1.1.1 Finalidade da pesquisa	24
1.1.2 Relevância da pesquisa	25
1.2 Base teórica do estudo	26
1.2.1 Escopo do estudo	30
1.2.1.1 Pergunta central	31
1.2.1.2 Perguntas auxiliares	31
1.3 Contexto da pesquisa: da origem do comando e controle ao CCCI-PE	31
1.3.1 Origem do conceito	31
1.3.2 O CCCI no Brasil	33
1.3.3 O projeto pernambucano de CCCI	34
1.3.4 Centro de planejamento	36
1.3.5 Monitoramento	36
1.3.6 Comunicação	37
1.3.7 Rede Corporativa	37
1.3.8 Capacitação	37
1.3.9 Rastreamento de Viaturas	37
1.3.10 Objeto empírico	37
1.4 Objetivos geral e específicos	38
1.5 Hipóteses	38
1.6 Contribuição da pesquisa	39
1.7 Organização da dissertação	39
2- Teoria da Vigilância: Panóptico, e Pós-panóptico	41
2.1 Introdução	41
2.2 Compreendendo a vigilância	41
2.2.1 O panóptico de Bentham	42
2.2.2 O panóptico de Foucault	44
2.3 Vigilância na modernidade tardia: os primeiros passos de um mundo pós-panóptico	46
2.3.1 Sociedade do risco na modernidade tardia: uma visão sociológica da vigilância	48
2.3.2 Administração do medo: como um dos principais discursos pós-panópticos	50
2.3.3 Máquina de guerra: a vigilância para além dos muros institucionais	51
2.4 Controvérsias e debates sobre a vigilância na era pós-panóptica	52
2.4.1 Da sociedade de controle a da vigilância eletrônica	53
2.4.2 Sociedade da vigilância total	55
2.4.3 Vigilância eletrônica e o CFTV	58
2.4.4 Guerra ao terror ou um admirável mundo novo? O mundo depois de 11 de setembro	59

2.5 Vigilância no Brasil pós-panóptico	60
2.6 Conclusão	61
3- Teoria do Estado: Governabilidade e Governança	63
3.1 Introdução	63
3.2 A arte do governar: o poder pastoral em Foucault	63
3.3 Racionalidade do governo: o nascer da governabilidade	65
3.4 Governabilidade e o biopoder	67
3.5 Crítica ao liberalismo: uma visão acerca do biopoder	69
3.6 Hardt e Negri: um biopoder pós-moderno?	73
3.7 Biopoder e a globalização: do liberalismo ao neoliberalismo em crise	76
3.8 Governança tecnológica: um estudo sobre o CCCI-PE	78
3.9 Conclusão	80
4- Desenho da Pesquisa e Metodologia: Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, Análise do Discurso e Corpus de Pesquisa	81
4.1 Introdução	81
4.2 Visão inicial da teoria do discurso	81
4.3 Conceitos-chave	83
4.3.1 Discurso	83
4.3.2 Hegemonia	84
4.3.3 Antagonismo social	86
4.4 Conceitos Analíticos	88
4.4.1 Articulação	88
4.4.2 Identidade política	89
4.4.3 Deslocamento: significante vazio e flutuante	90
4.4.4 Posição de sujeito	91
4.4.5 Lógica de equivalência e diferença	92
4.6 Críticas da teoria do discurso	93
4.7 Lógica crítica e metodológica da teoria do discurso: design da pesquisa	94
4.7.1 Para uma lógica da explanação crítica	95
4.7.2 Aplicabilidade e operacionalização da Teoria do Discurso	98
4.7.3 Análise do discurso	99
4.7.4 Aplicando a análise e teoria do discurso	100
4.8 Metodologia de pesquisa	101
4.8.1 Construção do corpus	101
4.8.2 Amostragem da pesquisa	102
4.8.3 Validação do corpus sobre o CCCI-PE	103
4.8.4 Relevância da construção do corpus	104
4.8.5 Homogeneidade e sincronicidade da construção do corpus	104
4.8.6 Saturação dos dados	105
4.9 Objeto Empírico	105
4.9.1 Evolução da pesquisa	106
4.10 Conclusão	106
5- Análise do Discurso Governamental da Vigilância Eletrônica do CCCI-PE	107

5.1 Introdução	107
5.2 Brasil candidato? Análise discursiva do primeiro passo do país rumo à Copa do Mundo	107
5.3 Brasil sede: os caminhos da articulação nacional	109
5.4 A cidades-sede: um projeto de controle ou de segurança pública?	112
5.5 O fim de um caminho: a construção do discurso governamental do CCCI-PE até a Copa das Confederações	117
5.6 Retrabalhando as hipóteses	125
5.7 Conclusão	126
6- Considerações Finais e Implicações	127
6.1 Introdução	127
6.2 O que o discurso do CCCI-PE tem a dizer?	128
6.3 Limitações e futuras contribuições	130
6.4 Conclusão	130
Referências	131

1 Visão Geral da Pesquisa

1.1 Introdução

Tradicionalmente, coube ao poder público as funções de assegurar e promover o bem-estar da coletividade em que serviços indispensáveis deveriam ser fornecidos a fim de manter a ordem social. Rousseau (1968) previa, a partir de seu Pacto Social, que, para o homem ultrapassar os obstáculos naturais, necessitaria de um poder superior, visto como o estatal.

No Brasil, o poder público é responsável por viabilizar o bem-estar social, por meio da Constituição de 1988. De acordo com a Carta Magna, em seu artigo 182º, o poder público, ligado à República Federativa do Brasil, "tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade". É dever do Estado prover para todos os cidadãos uma sociedade justa, em que suas necessidades sejam atendidas sem discriminação de nenhuma natureza, com a finalidade de o bem comum ser prestado com qualidade e equidade (BRASIL, 2012).

O bem comum passou a referir-se, nesta pesquisa, a serviços que beneficiavam a todos, conhecidos como serviços públicos. Serviço público foi definido como uma atividade material exercida pelo poder público, direta ou indiretamente, objetivando a satisfação de necessidades coletivas, como moradia, energia, saneamento básico, tratamento de esgoto, limpeza urbana, educação, segurança, saúde, transporte público e água potável.

Tais serviços são prestados por instituições públicas, responsáveis pelo bom funcionamento e atendimento das demandas populares. Entretanto, no Brasil, elas se apresentam em muitos casos ineficientes, rígidas e com excesso de burocracia, impossibilitando uma prestação de serviço com qualidade. Tal percepção conduz sumariamente a uma crise de significado, na qual as mesmas perdem seu sentido original.

Como exemplo, pode-se citar a educação, que é um direito constitucional garantido por meio da Lei de Diretrizes Básicas (LDB) de 1996. Apesar de estar previsto ser dever do poder público fornecer educação com um padrão mínimo de qualidade, o ensino público brasileiro apresenta alguns centros de ensino com carência quanto a professores, infraestrutura, entre outros, tornando-os muitas vezes inferiores ao ensino prestado por instituições privadas, salvo algumas instituições do nível superior. Segundo a LDB, porém, "em todas as esferas administrativas, o poder público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório" (LDB, p. 11§ 2º). Contudo, o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) constatou que 9,6% das pessoas com mais de 15 anos no Brasil não sabem ler ou escrever. Estes dados são ainda mais alarmantes quando se observa que 19,1% dos nordestinos acima de 15 anos não sabem ler ou escrever.

Paiva (1990) defende em seu estudo sobre a História da Educação no Brasil que os sistemas educacionais brasileiros são precários em qualidade e quantidade, ampliando para

além dos censos a quantidade de analfabetos, por considerar os analfabetos funcionais¹ como uma educação igualmente precária ao analfabeto de fato. Vale salientar que seu estudo foi realizado na virada da década de 1990. Contudo, em pleno século 21, suas conclusões demonstram-se atuais e realistas. Ainda de acordo com os dados do IBGE, apenas 36,8% da população brasileira têm 11 anos de estudo (IBGE, 2010).

Salienta-se que a instituição responsável pela educação pública é o Ministério da Educação, com a precípua atribuição de garantir que o acesso aos ensinos fundamental, médio e universitário seja um direito público e subjetivo, ou seja, de todos os cidadãos brasileiros. Ao Ministério Público atribui-se o poder de exigir das instituições públicas serviços de qualidade e repasse de recursos para que estes serviços sejam satisfatoriamente prestados. Todavia, a educação pública no país continua apresentando índices negativos, como mostra pesquisa realizada por uma Organização Não Governamental sobre a Educação Básica, segundo a qual o Brasil encontra-se em penúltimo lugar em um *ranking* que avaliou a qualidade da Educação Básica em 40 países, estando acima apenas da Indonésia (PEARSON, 2012).

Outra instituição que vive uma crise há muito anunciada é a Saúde Pública. Entretanto, a Constituição de 1988 assegura, em seu artigo 196º que "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução dos riscos de doenças e outros agravos". Para corroborar com o importante papel do Sistema Único de Saúde (SUS), foram instituídas as Leis Federais nº 8.080/90 e 8.142/90, que apontam as diretrizes básicas que o SUS deveria seguir com a finalidade de proporcionar respostas mais adequadas aos problemas de saúde dos brasileiros. Entretanto, o SUS, apesar de estar em regra disponível para a totalidade dos cidadãos brasileiros, e disponibilizar todas as especialidades médicas. Em hospitais localizados em diversos Estados brasileiros, existe a falta de leitos, necessidade de médicos e demais profissionais da área, equipamentos (instrumentos médicos tecnológicos), materiais básicos (seringas, lâminas, luvas...), o que conduz algumas cidades a entrarem em colapso, como é o caso de Natal, capital do Rio Grande do Norte, São Luís, capital do Maranhão, e tantos pequenos municípios que declaram estado de calamidade em relação à saúde pública. Mas o que levou esta importante instituição a entrar em processo de crise?

Como qualquer sistema social, o SUS é um tecido complexo e não existe uma resposta simples e objetiva para a crise supracitada, mas podem-se apontar alguns microproblemas que a ela conduziram. Uma destas causas é a falta de investimento. Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o Estado brasileiro investe uma média de US\$ 317 por pessoa, situando-se na posição 72º em um *ranking* de 193 países. Apesar de o Brasil possuir a maior economia da América Latina e de ser a 7ª economia do planeta, está 40% abaixo da média mundial de investimento em saúde, que é de US\$ 517 por pessoa.

Outros problemas são a corrupção e o excesso de burocracia que corroem o já parco investimento em saúde. Delineia-se ainda uma crise entre o público e o privado. A Constituição é clara ao afirmar que o público é o principal e o privado o auxiliará, completando o que o mesmo não pode realizar. Mas essa realidade está invertida. Em Natal

¹ Pessoas que sabem ler e escrever com dificuldade, mas que não compreendem o que estão lendo ou escrevendo.

(RN), por exemplo, muitos dos procedimentos de alta complexidade são realizados em hospitais privados, uma vez que o sistema público não opera em condições técnico-operacionais de realizá-los. Também se evidencia uma escassez de médicos, o que faz os salários serem superfaturados e quase impossíveis de serem pagos (WHO, 2012), salientando uma sucessiva cadeia de mau planejamento, rigidez, baixos investimentos, baixa vigilância e falta de controladoria do poder público.

A polícia brasileira é uma das poucas no mundo em que suas instituições respondem a diferentes órgãos, suas funções são rígidas, e com jurisdições confusas. Esse fato cria espaços para que outras organizações se instalem, tais como milícias e governos paralelos, onde além de prestarem um serviço público que não lhe competem, em alguns casos, vêm associadas ao tráfico de drogas, armas, prostituição e tráfico de mulheres e crianças.

Nos países desenvolvidos, é prática comum, a existência de várias organizações policiais em uma mesma cidade, dividindo-se, entretanto, as competências – seja territorialmente ou por tipo de crime, como divisão de sequestros, de narcotráfico, de homicídios, entre outros. A polícia metropolitana de Londres é um exemplo de uma instituição organizada, enxuta e sem sobreposições, possuindo diversas subáreas, que têm como função geral dissuadir o crime urbano e as desordens públicas. Já no Brasil, cada tipo de polícia tem uma função específica: a polícia militar é responsável por manter a ordem pública, prevenindo o crime, e engloba o corpo de bombeiros; a polícia civil conduz a parte da investigação depois que o crime acontece, com ajuda da polícia científica.

O país também apresenta muitos dados agravantes relacionados à violência urbana. Segundo Waiselfisz (2011), houve um crescimento de 259% na quantidade de homicídios nos últimos trinta anos. Outro dado alarmante é a quantidade de jornalistas mortos em solo brasileiro. Em 2012 foram mortos onze jornalistas, o que posicionou o país em um ranking de terceiro com maior índice de mortes destes profissionais no mundo, atrás apenas do Paquistão e da Somália, evidenciando que se vive em um clima de guerra urbana em muitas capitais. (PRESSEMBLE, 2012). No Brasil existem muitos outros tipos de violência urbana, tais como aquelas contra as mulheres, homossexuais, moradores de rua, crianças e idosos. A criminalidade no país é gerada por uma série de anomalias do próprio Estado, como, por exemplo, o aumento exagerado na violência urbana, condicionando o Brasil a compartilhar posições em *rankings* mundiais com países em guerra declarada. Outro fator relevante é a criação de zonas cinzentas em que governos paralelos se instalam.

Tais governos são uma anomalia criada pelo próprio sistema, incapaz de prover a toda população os serviços necessários. Geralmente, mas não exclusivamente, isso ocorre em favelas, que nada mais são do que a demonstração clara de descaso quanto à ocupação do solo, a construção irregular e a falta de abastecimento de água e energia. Nestes ambientes, infelizmente, existe uma impossibilidade do fornecimento de todos os serviços públicos dados aos cidadãos, que moram em outras áreas da cidade, instigando e incentivando a desordem social. A formação de zonas cinzentas é uma consequência direta da crise institucional brasileira.

Instituições, fora as supracitadas, também se apresentam com problemas, em que a má qualidade é uma realidade. O transporte público é outro fator que gera ineficiência no Estado, pois a mobilidade urbana passa a ser vista em muitas capitais como um fator de atraso da economia. Por exemplo, a cidade de São Paulo é a décima quarta (14º) cidade com

congestionamento no mundo (IBM, 2012), evidenciando uma realidade que muitas cidades brasileiras sofrem que é o excesso de carros e a falta de transporte público da qualidade. Mas a pergunta principal é: a quem interessa isso?

Todo esse processo pode gerar uma crise de sentido generalizada, já que a saúde, educação, segurança, transporte, saneamento, entre outros, estão passando por um período de ressignificação. Com isso há uma perda de credibilidade, existindo um crescente número de escolas particulares de ensino básico, hospitais particulares, segurança privada... Qual seria, portanto, o sentido da educação, saúde e segurança públicas?

Um das muitas facetas da crise do serviço público no país é a duplicidade de funções ou sobreposições institucionais. Neste caso, duas ou mais instituições fornecem praticamente o mesmo serviço público, ocasionando dois problemas graves. O primeiro é uma disputa por espaço social, em que as mesmas lutam por investimento, importância e relevância, ocasionando, por jurisdições confusas, falta de fiscalização do poder público e papéis institucionais amplos, provocando problema quanto aos cargos desempenhados.

Como efeito desta crise há um gasto desnecessário em pessoal, equipamentos e, deslocamento, além de confundir os cidadãos quanto a quem deve ser acionado em caso de necessidade. Um exemplo é o corpo de bombeiros (polícia militar/estadual) e o sistema municipal de atendimento de urgência (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência Samu/municipal). Neste caso, as duas instituições atendem ao mesmo chamado social, cujo sentido original de cada uma delas é alterado.

A crise das instituições brasileiras está muito além de meras sobreposições, podendo ser compreendida pelo esvaziamento dos seus sentidos. A crise de sentido referida neste estudo é originária da modernidade e do pluralismo. Entrementes, a sociedade moderna foi marcada por diversos avanços tecnológicos e o surgimento de novas organizações sociais. A modernidade trouxe consigo sua própria antítese: junto ao progresso, veio o caos; com as máquinas a vapor, o inferno das fábricas; e com a indústria e a criação da manufatura, a destruição da sociedade tal como era conhecida.

Marx (1996) defende que, com o nascer da mecânica, a indústria moderna se fixou e provocou violentos abalos na moral, ética e costumes, provocando, por conseguinte, a crise de sentido teorizada por Berger e Luckmann (2004). Portanto, esta crise pode ser classificada como histórica e atemporal, e não possui solução evidente.

Mello (2006) argumenta que para sanar esta crise faz-se necessário obter mais do que uma nova ótica sobre o problema. De acordo com o autor, é primordial que as “instituições intermediárias” façam uma ligação entre os sujeitos e as comunidades. Berger e Luckman (2004) afirmam que as “instituições intermediárias” podem ser uma solução para superar a crise de sentido, pois elas oferecem um significado para a conduta de vida dos indivíduos. As referidas “instituições intermediárias” constituiriam, portanto, um dos caminhos mais eficazes para se solucionar a crise instaurada. E quais seriam estas instituições?

Uma das muitas possibilidades para tentar solucionar essa crise é a governança tecnológica. Esta tem como função tornar as instituições eficientes, minimizando os problemas causados por seu planejamento falho, em que os fluxos sociais descontrolados seriam reordenados e controlados. A implantação de sistemas tecnológicos na administração pública representa um alto custo para o Estado, uma vez que depende de uma vasta infraestrutura tecnológica - em alguns casos precária - limitando-se a áreas específicas de

inovação e defesa social² (CEPICK; CANABARRO, 2010). Como área pioneira, a segurança pública foi percebida pelos Estados como sendo um laboratório, no intuito de se averiguar a capacidade de eficiência do sistema. Mas, mesmo com a implantação de um sistema de governança tecnológico, faz-se necessário que as instituições tornem-se mais eficientes, por meio do uso da arte de governar. Foucault (2008), ao desenvolver este conceito, insere a noção de governabilidade como um aparelho político de controle dos fluxos sociais, por meio do controle da vida.

Neste processo de governança tecnológico podemos citar o caso pernambucano da criação em 2009 do Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciods). Com o intuito de reduzir a violência em determinados bairros da capital do Estado (a saber: Boa Viagem, Boa Vista, Pina e São José), na época, foram implantadas 237 câmeras de vigilância eletrônica, focadas em Sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV). Em seguida, iniciou-se o projeto De Olho na Rua, para o qual, quando necessário, seriam usadas câmeras de CFTV privadas, instaladas em prédios, lojas, condomínios e estacionamentos. O Ciods logo começou a gerar resultados positivos, idealizando, assim, uma parceria entre o poder público e instituições privadas.

Logo, o Ciods, teve seu escopo ampliado e ultrapassando os muros da Defesa Civil, ingressando no controle de todos os fluxos sociais, por meio da criação, em 2010, do Centro Integrado de Comando e Controle de Pernambuco (CICC-PE). Mas só o sucesso do Ciods foi condição suficiente para se iniciar o processo de construção e instalação do CICC-PE?

Existe outro contexto muito importante e impactante para que Pernambuco tenha sido a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de futebol masculino FIFA 2014. Em 2007, o Brasil já era o país oficial para sediar a Copa do Mundo em 2014, e com a oportunidade surgiu uma série de exigências. A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) impôs ao governo a Matriz de Responsabilidades que obrigava o país a seguir todas as regras desta organização.

“As cidades selecionadas à sede das competições se comprometem a firmar os instrumentos necessários à conjunção de esforços entre os Entes Federativos para definição de prioridades prazos e responsabilidades” (MATRIZ, 2010, p. 1, cláusula III). Isto evidenciou que o Estado brasileiro se dispusesse ao se candidatar a seguir as regras impostas pela FIFA. Com isso, diversos setores relacionados à matriz de responsabilidade passaram por profundas mudanças. Entretanto, dois setores se destacaram. Foram eles: segurança pública e mobilidade urbana.

Diante disto, o Estado brasileiro iniciou um longo processo para definir a lei geral da Copa. Esta provocou muitos protestos, porque, em tese, feria a soberania do Estado brasileiro. Entretanto, na prática, quando o Brasil assinou o termo de responsabilidade isto já estava definido e uma lei deveria ser criada para que todas as regras fossem atendidas pelas 12 sedes do mundial. Em 5 de junho de 2012 foi sancionada o projeto de lei nº 12.663, em que todas as regras sobre todos os aspectos da Copa do Mundo foram detalhados, inclusive sobre as questões de segurança. Com isso, é de responsabilidade da União prover a segurança exigida para esse grande evento (BRASIL, 2012).

² Nesta pesquisa foi utilizado o conceito de defesa social, considerando-o como um conjunto de mecanismos coletivos, públicos e privados, para a preservação da paz social, e consiste em três vertentes: a garantia dos direitos individuais e coletivos, a segurança pública e o enfrentamento de calamidades.

Entre as exigências da FIFA estavam a construção de 12 centros de comando e controle integrado com tecnologia de ponta para manter a segurança de todos os participantes deste evento. Segundo o decreto de lei na portaria nº 130 de 16 de novembro de 2012, fica assegurado que o Governo Federal irá prover todo e qualquer instrumento que possibilite a segurança nestes eventos (BRASIL, 2012b). "É de responsabilidade da união, planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança pública e defesa associadas às Competições" (TERMO, 2010, p. 2, Clausura 3º). Para tanto, foi liberado dinheiro público proveniente do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), um montante de 780 milhões de reais para a integração de instituições e sistemas (PORTAL DA COPA, 2010).

Os grandes eventos são vistos nesta pesquisa como catalisadores para o melhoramento de infraestrutura e serviços, para suprir uma necessidade estatal. A Copa do Mundo gerou emergência da implantação de um CICC, causada por uma *urgência* em resolver problemas até então sem solução, oriundos de uma necessidade causada pela ineficiência do Estado. A necessidade de se ter uma governança tecnológica e uma governabilidade foi dada pela crise dos serviços públicos brasileiros.

Neste sentido, a instalação do CICC-PE é, ao mesmo tempo, uma evolução esperada do CIODS e uma imposição da FIFA, por perceber no Estado brasileiro falhas consideradas por este órgão graves o suficiente para precisar de uma intervenção em todos os Estados com cidades-sedes. Todavia, diante deste contexto, o Estado pernambucano aproveitou o recurso destinado a este aparelho tecnológico e iniciou um processo de ampliação. O CICC-PE será o segundo maior do país em espaço físico, contará com 29 instituições – federais, estaduais e municipais –, com o intuito de controlar, maximizar e otimizar os dados oriundos destes órgãos, que, algumas vezes, apresentam-se sem jurisdição clara. É evidente que o sistema tecnológico não tem a capacidade de solucionar os problemas de disputas por poder, mas serve como um catalizador das forças. O CICC-PE tem a previsão de estar totalmente pronto no começo de 2014.

Para transformar o Estado em um lugar com alta tecnologia de vigilância eletrônica, o governo pernambucano iniciou a ampliação do Ciods. Este em pouco tempo atingirá o número de 1.500 câmeras públicas e 10 mil em parcerias público-privadas. Outra ação que já está sendo realizada é a junção dos bancos de dados destas instituições.

O CICC-PE surgiu como projeto atrelado à Copa do Mundo de Futebol Masculino FIFA 2014, mas é um dos principais legados que um evento deste porte está trazendo para o país. Os CICC em todo o Brasil permanecerão após o fim do mundial. Com isso a FIFA foi apenas o marco inicial deste processo, ultrapassando a visão de que é apenas um aparelho para atender os requisitos da FIFA. Com este aparelho, o país está iniciando uma fase de ampliação dos sistemas tecnológicos, que tem o potencial de controlar todos os fluxos sociais e se encaminha para se transformar a cada dia em uma sociedade mais vigiada e que controla a vida da sua população. É nítido que os governantes estão aproveitando este contexto histórico da Copa do Mundo para realizar ações que de fato teriam que ocorrer, impulsionadas pela necessidade de solucionar a crise dos serviços públicos.

Diante desse cenário, a presente pesquisa intencionou compreender como a sociedade da vigilância eletrônica e a governabilidade se fazem presentes em um ambiente novo. Para tanto, o CICC-PE foi utilizado como objeto no qual se investigou esta emergente

sociedade em que o processo de significação foi percebido como o primeiro passo de um longo caminho com relação à vigilância total, idealizada por Orwell (1930) no seu livro 1984. Cientes de que o CICC-PE é um híbrido entre vigilância eletrônica e governabilidade, a presente pesquisa intencionou estudar o processo de controle dos fluxos sociais, por meio destas duas vertentes: a da tecnológica e a do controle da vida. Vale salientar que o termo vigilância eletrônica é visto nesta pesquisa como polissêmico, podendo ser analisado por meio de dois sentidos gerais. O primeiro é o uso da linguagem ordinária, visto como um serviço de simples monitoramento oferecido por muitas empresas de segurança a clientes, tanto de pessoa física como jurídica. O segundo sentido da vigilância eletrônica é o seu uso na forma filosófica e teórica em que é apresentado por diversos teóricos como um conceito mais amplo e complexo. Utiliza-se na dissertação dois tipos de definições: relatante³ e sumarizante⁴.

O conceito de "sociedade da vigilância"⁵ transformou-se gradativamente no tema central de uma narrativa transdisciplinar que impacta todos os aspectos da mesma. A vigilância eletrônica vai muito além da prevenção à criminalidade, e seria um erro analisá-la como um discurso fechado e padronizado. Cada território social possui seu contexto político e histórico que o diferencia e particulariza, apesar de existir um movimento globalizado sobre este tema.

Atualmente, existem correntes de pensadores que analisam o discurso da vigilância eletrônica (e.g. LYON, 1994; BOGARD, 2006; COLLEMAN, 2004; DELEUZE, 2002; GANDY, 1993) como um dos principais causadores de mudanças estruturais das sociedades, nas quais as palavras de ordem passaram a ser *controle dos fluxos sociais*. Tal conceito pode ser compreendido como um eterno ciclo de construção e desconstrução, no qual o processo de significação é uma ação sistêmica e complexa, porém não linear, motivo pelo qual o tecido social que a envolve ser multifacetado, movido por interesses políticos, disputa por poder e articulação.

Com a emergência deste discurso, a literatura sobre o mesmo passou a ser vasta. Novas tecnologias e práticas de vigilância, estudadas e explanadas no panóptico teorizado por Foucault, se agigantaram e ganharam proporções inimagináveis, emergindo como ponto central de comparações e singularidades, em que o determinismo tecnológico é visto como um dos fatores que influencia e altera o comportamento político dos sujeitos (e.g. BOGARD, 1996; GRANDY, 1993; LYON, 1994, 2001, 2003; NORRIS, ARMSTRONG, 1999).

Com o advento de novas tecnologias como o satélite, a internet e os geolocalizadores, houve um aumento significativo de sistemas de vigilância, não necessariamente estatais, em que os sujeitos têm a sensação de estarem sendo vigiados constantemente pelo olho eletrônico. O *Big Brother* invadiu a vida cotidiana. Por um lado, a vigilância eletrônica funciona como um dispositivo de policiamento, de segurança pública nacional, de coleta e análise dos dados e combate ao terrorismo. Por outro ângulo, organizações privadas buscam criar bancos de dados para transformá-los em produtos e serviços com maior índice de aceitação e ter maior poder sobre funcionários e clientes. Por

³ Relato de como as pessoas normalmente usam as palavras (DUSEK, 2006)

⁴ No qual se conserva o significado central da palavra. Não se limitando a descrever como as pessoas efetivamente usam a palavra (DUSEK, 2009).

⁵ A partir deste momento sempre que a palavra vigilância for usada será no sentido filosófico e teórico do termo

fim, a vigilância eletrônica altera a relação com a liberdade, a formação de identidades, o anonimato e a subjetividade.

A presente pesquisa compreendeu que existem regularidades compartilhadas entre as articulações e práticas de vigilância em vários campos discursivos, percebendo-as como algo *antagônico*, pois, ao mesmo tempo em que protege, pune, ao aprisionar, liberta. Em meio a um amplo discurso foi elencado o *discurso governamental da vigilância no CICC-PE*, por meio do qual se identificaram as articulações e formações discursivas em torno da significação da vigilância eletrônica. A governança da vigilância é compreendida como um *discurso flutuante* que sofre um intenso processo de significação, por meio do qual identidades e subjetividades são criadas.

Este trabalho forneceu algumas visões sobre o discurso em questão. A primeira é uma visão histórica da evolução do conceito; a segunda é a aplicação da teoria do discurso para o fenômeno da vigilância; em seguida, a evidência da aplicabilidade do conceito de governabilidade de Foucault para o discurso em questão e a última é uma compreensão detalhada do processo de significação do discurso governamental da vigilância eletrônica. Ao fazê-lo, a pesquisa apresenta dimensões discursivas do Panóptico baseado em origens foucaultiana ao pós-panóptico, na governabilidade foucaultiana passando pela crítica liberal schmittiana, alcançando a governabilidade neoliberal, para chegar, por fim, na governança tecnológica.

1.1.1 Finalidade da pesquisa

A finalidade desta dissertação baseia-se na compreensão das implicações dos estudos sobre a vigilância eletrônica, os conceitos de governabilidade e da Teoria do Discurso (TD), para o processo de significação do Centro Integrado de Comando e Controle de Pernambuco.

Buscou-se, por meio da identificação das características do discurso governamental da vigilância, compreender o emaranhado processo de significação, salientando-se que este é um dos muitos caminhos cabíveis. Estas características forneceram uma perspectiva por meio da qual o fenômeno foi observado, levando em consideração que ele pode ser associado a respostas mais eficientes para os problemas sociais; processo de subjetivação; formação de identidades políticas; geração de cadeias de equivalência e diferença em torno dos atores sociopolíticos envolvidos neste processo; compreensão do uso das tecnologias como forma de controle social determinista; e, por fim, uma compreensão particular, contingencial e não linear do processo de significação do mesmo. Este último é foco desta pesquisa.

Existe também uma consistente relação entre o discurso e a emergente sociedade da vigilância, ampliando seu escopo e representatividade a partir do perceptível aumento quantitativo das práticas de vigilância. Tais práticas podem ser analisadas das mais variadas óticas, a saber: vigilância do hábito de consumir, mediante compreensão dos fluxos dos cartões de créditos; a vigilância da mobilidade, por meio do monitoramento de todas as vias de transporte (ruas, avenidas, estradas e rodovias); e a vigilância da criminalidade com a utilização de circuito fechado de televisão. Estes discursos servem também para legitimar e normatizar o uso da vigilância, baseada no risco e na necessidade de proteção.

A pesquisa buscou, ao compreender o processo de significação da sociedade da vigilância eletrônica no Brasil, compreender como o CICC está sendo significado, pois qualquer processo de significação é um bom indicador de como aquele termo vai ser dotado de sentido e entendido pela sociedade. O CICC-PE vai ser produto desta construção social. Portanto, a finalidade desta pesquisa é acompanhar e compreender o processo de construção e todas as suas facetas.

1.1.2 Relevância da pesquisa

A sociedade da vigilância e a governança tecnológica são temas emergentes que envolvem diversos centros de pesquisas e escolas ao redor do mundo, tais como criminologia, sociologia, filosofia, estudos sobre a política, estudo sobre a era da computação e da informação na sociedade moderna e estudos culturais.

A vigilância tornou-se uma característica onipresente da sociedade, especialmente nos países desenvolvidos, quando os cidadãos são constantemente monitorados por uma gama de tecnologias a cada dia mais sofisticadas. Os níveis crescentes de vigilância são normalmente legitimados por ameaças do terrorismo, medo do crime e desordem, utilizados neste contexto como ferramentas de controle dos fluxos sociais. Servem, contudo, para monitorar, controlar e conduzir os cidadãos a seguirem as ordens estabelecidas. Entretanto, outros enfatizam que este discurso serve para melhorar as instituições públicas e privadas.

Apesar disso, pouco se sabe sobre os impactos da vigilância sobre indivíduos, sociedade, política democrática, Estados-Nação no mundo desenvolvido e em desenvolvimento e a natureza evolutiva da humanidade.

A sociedade da vigilância emerge em diferentes épocas e por motivos distintos. Percebe-se elevada importância atribuída a este fenômeno em países como o Brasil, cuja economia pode ser considerada estável, apesar das crises europeia e norte-americana.

Outro aspecto relevante deste trabalho é a fusão entre o conceito de vigilância eletrônica, a governabilidade e governança tecnológica e a teoria do discurso de uma maneira pouco vista em trabalhos desta natureza no Brasil. As três teorias são pós-estruturalistas e baseadas em Foucault, de forma direta ou indireta. A presente dissertação, ao estudar três teorias complexas, aproxima-se dos centros de referência no tema em todo o mundo. Além disto, o fato de a temática da vigilância ser multifacetada, a julgar por subtemas como: a vida na era da Vigilância; Vigilância, Diferença e Discriminação; Atitudes e Experiências de quem observa e quem é observado; Desenvolvimento e Difusão de Tecnologias de Vigilância; Tecnologia e Prática de Vigilância; Economia Política da Vigilância; os Negócios da Vigilância; a vigilância para Consumidores e Trabalhadores; Política Pública, Regulação e Vigilância; a Filosofia da Vigilância e a Perspectiva Filosófica na Vigilância; Vigilância, Inteligência e Guerra; Vigilância, Soberania e Estado-Nação; Vigilância e a Produção Espaços; Vigilância e a Formação de Subjetividades e; Vigilância, Biopolítica do Poder e o Estado-Nação.

Corroborando com o fato de ser um tema pouco explorado, complexo e com muitas facetas, esta pesquisa é importante para além da Academia, por apresentar socialmente um tema de tão notória relevância, que, a rigor, atualmente, não apresenta claramente todos os

seus impactos na vida cotidiana. A fusão entre as teorias da vigilância, da governabilidade e do discurso já foi realizada com maestria por outros autores. Todavia, como o assunto ainda é um terreno desconhecido, até mesmo pelos autores que estudam só a teoria da vigilância, a mesma passará a gozar de maior notoriedade.

Outro aspecto interessante foi a escolha do objeto empírico. Após uma exaustiva leitura da literatura respectiva aos temas centrais, vários objetos empíricos foram selecionados sob diferentes perspectivas investigativas. Contudo, um objeto de estudo obteve destaque, sendo selecionado devido à sua amplitude, disponibilidade de acesso e relevância para a sociedade pernambucana.

O CICC-PE é um projeto derivado dos investimentos proporcionados pela Copa do Mundo de Futebol Masculino FIFA 2014, uma vez que o Estado vai dispor de uma das cidades-sede do mundial. Como a segurança pública era um dos pré-requisitos da FIFA, resolveu-se ampliar o que já deveria ter sido feito no entorno do estádio em questão.

Como segundo maior projeto desta natureza no Brasil, seus gestores passaram a ser convidados a apresentar os planos pernambucanos para vigiar, monitorar e controlar a massa que estará no Estado por ocasião da Copa da FIFA. Considerando que Pernambuco possui dois grandes eventos que reúnem milhares de pessoas - o Carnaval e o São João - apresentava, em consequência dos grandes eventos, altos índices de criminalidade. Além disso, pelo fato de o Estado estar atravessando intenso crescimento econômico, o CICC-PE tornou-se o principal projeto pernambucano de defesa social. Ampliado como forma de atender todas as novas demandas sociais, o CICC-PE passou a ser um dos principais legados da Copa FIFA 2014, por apresentar à sociedade pernambucana, em geral - apesar de o foco de suas ações ser na capital -, uma solução para problemas de desordem pública e medo do crime.

Com o projeto ampliado para todo o Estado, o CICC-PE ampliou seu escopo inicial, que era apenas monitorar os fluxos sociais por meio de CFTV, e passou a contar com uma complexa teia de tecnologias de vigilância eletrônica, em que todos os fluxos sociais, passando da saúde à distribuição de energia elétrica, deveriam ser controlados.

O CICC-PE constituirá o maior complexo predial do gênero no Brasil, além de ser o sistema nervoso da cidade inteligente, que está sendo construída em torno do estádio da Copa. Por tudo que já foi e será exposto sobre o tema, sua relevância apresenta-se claramente fazendo deste um objeto de discussão adequado e relevante, por corresponder a um projeto com diversas facetas investigáveis.

1.2 Base teórica do estudo

Este estudo é baseado em três perspectivas centrais. Ei-las:

a) Teoria da Vigilância

O estudo sobre os impactos da vigilância na sociedade é muito antigo. Há tempos, a palavra "vigilância" era relacionada apenas a policiamento e observação de fronteiras. Porém, essa realidade foi alterada, de maneira que, atualmente, o termo *vigilância* pode ser utilizado

para qualquer ação social, econômica e política que tenha como foco controlar fluxos sociais. Todos os tipos de organizações - governamentais ou não - utilizam a vigilância, como meio, com a finalidade de se atingir o controle total dos corpos.

A coleta de informações também é uma prática milenar. A diferença é que a era tecnológica trouxe consigo mudanças substanciais, como a maior quantidade de informações disponíveis, os diversos tipos de informações acessíveis, a facilidade desta coleta, a maior escala de intercâmbio de informações, os efeitos potencializados destas informações e a duração perpétua do registro.

A vigilância tal qual a conhecemos é influência direta da evolução tecnológica que o homem moderno vem presenciando desde a primeira Revolução Industrial. Este novo tipo de vigilância é frequentemente, mas não necessariamente, focado na esfera eletrônica e tecnológica, ligada ao uso de tecnologias de comunicação e informação, como é o caso do computador e da internet.

Lyon (2007) argumenta que, com a vigilância moderna, a dimensão social passou a ser vista como algo controlável, onde os detalhes comportamentais, de consumo e da própria vida passaram a ser processados por supercomputadores, gerando bancos de dados utilizados pelas grandes corporações estatais ou privadas. Neste processo, os corpos transformaram-se em códigos de barra ou numerações que deveriam ser decodificados pelos sistemas tecnológicos (DELEUZE, 1992).

A sociedade da vigilância se agiganta na medida em que novos produtos são criados e vendidos no mercado global que hoje observamos. Gradativamente, parques, residências, escritórios, hospitais, escolas, universidades e outras instituições – inclusive famílias - passam a usar sistemas tecnológicos focados em vigilância eletrônica. Tal crescimento inclui os diferentes tipos de circuito fechado de televisão (com áudio, voz e sentidos), sistemas de biometria (da íris, da face, do padrão de andar), sistemas de radar – conectados por meio de satélites – e geolocalizadores. A prisão panóptica desenvolvida por Bentham – e teorizada por Foucault (1991) na *sociedade da disciplina* – ganha proporções inimagináveis: a máquina da vigilância, sob o eterno e atento olhar eletrônico do *Big Brother*, mostra-se indestrutível (LYON, 1994).

Para se ter ideia da dimensão deste mercado e de sua influência no comportamento das pessoas, só em um estado norte-americano foram investidos US\$ 8,1 milhões na instalação de novas câmaras de CFTV (VIGNER et al., 2011). Estima-se que apenas nos estados de Nova York, Washington e Flórida já tenham sido investidos cerca de US\$ 150 milhões na instalação de sistemas tecnológicos focados em vigilância eletrônica (FARMER, MANN, 2003), sem considerar os gastos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

No Brasil, estima-se que o total de investimentos feitos nos sistemas de vigilância eletrônica tenha movimentado um montante de R\$ 529 milhões entre 2011 e 2012, e que essa cifra triplique até 2017, quando serão destinados cerca de R\$ 1,7 trilhão. Seguindo a tendência mundial, o líder em investimentos é o *circuito fechado de televisão* (CFTV), que representou 39,6% de todo o investimento nacional na área (SIA, 2012).

Esse fenômeno se propagou em muitos espaços europeus, que apresentam um crescimento significativo de espaços públicos vigiados, a exemplo de Londres, onde houve um crescimento de 40%, de Oslo, com incremento de 38%, Copenhague, com 33% de acréscimo, e Budapeste com 28%. Entretanto, é o nível de aceitação deste tipo de vigilância

em alguns espaços que chama atenção: em bancos, 91,9% dos pesquisados afirmaram aceitar vigilância: nas plataformas de desembarque, a aceitação foi de 86,7%; nos shoppings, foi de 62,5%. Estes dados demonstram certa passividade quanto à invasão de privacidade (URBANEYE, 2004). Quais foram os motivos que levaram os sujeitos a aceitarem bem este tipo de tecnologia em ambientes específicos? Seria esse mais um tipo de controle? Os sujeitos aceitam esta alternativa por ser a melhor ou por ser simplesmente apresentada como a melhor?

Todas estas informações ratificam a importância da compreensão desta teoria. O estudo sobre a vigilância eletrônica torna-se crucial, visto que o Brasil, cuja economia tem-se mostrado inegavelmente forte, vem investindo massivamente neste novo tipo de controle dos fluxos sociais, utilizando um discurso para convencer as pessoas a aceitarem passivamente este tipo de mudança. Qual seria esse discurso governamental da vigilância, que faz com que os cidadãos brasileiros não resistam à invasão da vigilância eletrônica?

b) Governabilidade

A arte de governar não é uma questão recente. Historicamente, o conceito de *governo* passou por uma série de mudanças. Até o final do Renascimento, este conceito se referia tanto à questão da gestão política do Estado como ao poder de governar a família, o comportamento e a vida. Com a modernidade, esta expressão passou a ser restrita, dizendo respeito, portanto, apenas ao Estado. Tal deslocamento do uso do conceito ocorreu de fato porque "as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas racionalidades e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições de Estado" (FOUCAULT, 1995, p. 247). Com isso, três dimensões tornam-se doravante insolúveis: *segurança*, *população* e *governo*.

A população ganha destaque nesta análise, já que aparece como instrumento do governo nos quais os interesses coletivos se tornam, nessa perspectiva, o alvo e instrumento fundamental do mesmo. Em suma, a passagem da arte de governar focada na ciência política do soberano para um regime focado em técnicas de governar em torno da população, conseqüentemente, fez nascer o conceito de *economia política*. Nesta nova perspectiva, tal arte trata-se, portanto, de uma triangulação entre soberania-disciplina-gestão governamental, na qual a população apresenta-se como alvo central e os dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais (FOUCAULT, 2007).

Seguindo a análise foucaultiana, no Ocidente a ação governamental se fundamentaria sobre três matrizes: na ideia cristã do poder pastoral que se encarregaria dos indivíduos; na ideia de razão do estado que surgiu no século XVI; e, por fim, em uma série de instrumentos estatais que formariam, nos séculos XVII e XVIII, os dispositivos de polícia. A fusão destas três matrizes levaria a uma noção de governo imbuída de elementos de racionalidade direcionados ao que Foucault cunhou de *governabilidade*.

A governabilidade emerge como a separação entre o soberano e a população, o que Lefort (1986) chama de *revolução democrática*. O *biopoder* surge, neste contexto, como uma forma de controlar os aspectos da vida e da morte, por meio da governabilidade, amparada sob a forma de liberalismo, no qual a ilusão da liberdade é implantada para controlar os fluxos

sociais. O conceito de governabilidade passa por um processo de evolução e modernização e com o tempo passa a ser visto como governabilidade neoliberal, e um novo tipo de biopoder mais total e cruel surge em meio à sociedade cada vez mais individualizada, portanto, vulnerável.

Este conceito também está inerentemente relacionado à vigilância, já que esta se baseia no conhecimento e na visibilidade de uma população. A vigilância é associada à interatividade governamental para o conhecimento de determinada população, já que isto é imprescindível para a formulação de estratégias adequadas da gestão da governabilidade.

Portanto, esta teoria, além de muito relevante para a compreensão da formação do governo, se faz indispensável para a pesquisa que busca compreender o discurso governamental da vigilância.

c) Teoria do Discurso:

A Teoria do Discurso tem sua origem na obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, denominada *Hegemony and socialist strategy* de 1985. No entanto, para entendermos melhor essa teoria é preciso conhecer quais os aspectos ou fatores que influenciaram seu desenvolvimento. A Teoria do Discurso é uma teoria socioconstrutivista, e dessa forma tornou-se necessário para seu melhor entendimento, uma contextualização do momento histórico e social na qual ela foi criada.

O mundo vivenciava o final da guerra fria, o sistema soviético ruía sucumbido pela força capitalista, assim como um dos seus maiores símbolos, o muro de Berlin, derrubado em 1989, e que separava o mundo em duas ideologias distintas e antagônicas. De um lado, o sistema capitalista e do outro o socialista. A sociedade presenciou um turbilhão de movimentos sociais que mudaria a forma dos indivíduos verem o mundo. Intensas mudanças ocorreram nesse período, como mudanças identitárias, transformação dos sujeitos, e, até mesmo, alterações nas perspectivas e ideias em relação à política e à democracia.

Para interpretarmos tais alterações, percebemos que a tradição marxista teve seu auge na década de 1960, momento em que o marxismo podia responder aos problemas sociais. No entanto, na década de 1980 ele não era mais capaz de fazê-lo, nesse momento, começaram a surgir outras teorias como a da hegemonia de Gramsci, e os teóricos da escola de Frankfurt. Laclau e Mouffe se basearam na teoria marxista e do estruturalismo, em que as mudanças drásticas da sociedade pós década de 1980 fizeram com que houvesse uma necessidade de se reconstruir ou ir além de tais teorias. E foi exatamente a isso que a Teoria do Discurso se propôs (LACLAU e MOUFFE, 2001).

A década de 1990 surgia, então, com diversas transformações sociais. Laclau e Mouffe tentaram, com sua Teoria Política ou Teoria do Discurso, dar um embasamento teórico e ideológico para o novo mundo que se apresentava, já que os antigos teóricos não eram mais capazes de compreender e justificar as mudanças sociais ocorridas (LACLAU e MOUFFE, 2001). Em sua teoria, o discurso passou a ser visto como um elo com o fator social, os sentidos e significados passam a estar atrelados ao discurso. A subjetividade política do indivíduo muda e acompanha as consequências da nova ordem imposta pelas mudanças da economia e da sociedade mundial (LACLAU e MOUFFE, 2001; JORGENSEN & PHILLIPS, 2002).

A Teoria do Discurso, em sua complexidade, nos permite analisar as transformações sociais em fenômenos problematizados, contendo em seu escopo um conjunto de conceitos teóricos, ontológicos e epistemológicos. A mesma pode fazer uso de um instrumento ou método de análise que possibilite o **acesso** à estrutura discursiva, de modo a identificar ou localizar determinados conceitos articulados.

Uma das ideias centrais da Teoria do Discurso é que o fator social não pode ser visto como algo que tem finalidade, estando sempre em um processo de transformação, com isso o social não pode ter uma análise final. O fator social passa a ser analisado mediante posições do sujeito. Segundo Jorgensen e Phillips (2002), a Teoria do Discurso pode ser um meio usado para que se possa compreender melhor a construção social. Para Barnard-Wills (2009), a ideia central da Teoria do Discurso é que, os objetos passam a ter significado social, ou seja, os significados dos objetos dependem da análise do social e de sua construção, portanto, o campo social pode ser visto como um entrelaçado de processos em que o significado é criado.

1.2.1 Escopo do estudo

Com base nas teorias sobre a vigilância, a governabilidade e a teoria do discurso, muitos fatores relevantes poderão ser explicados sobre o discurso governamental da vigilância. A identificação e abrangência destes fatores, em conjunto com o discurso que os envolve, possibilitaram uma compreensão deste fenômeno em formação. A sociedade da vigilância eletrônica é muito além do que a implantação do CICC-PE, mas sua compreensão pode ser vista como um caminho não linear para novas descobertas e para a transformação gradativa da sociedade pernambucana. Apenas com o CICC-PE ainda em formação não é possível ir além do seu processo de significação.

Porém, a partir de sua continuidade, o estudo discursivo sobre a vigilância no Brasil, sob a luz do caso pernambucano, poderá ser ampliada. Os achados desta primeira fase de um logo percurso demonstraram uma vasta gama de possibilidade de novas pesquisas. Com o CICC-PE em pleno funcionamento, a Região Metropolitana do Recife disporá de tantas câmeras de CFTV quanto Londres ou Nova York. Mas não é possível ainda dimensionar os impactos desta revolução silenciosa, e sim apenas formular hipóteses com base nas experiências de outras localidades.

Com o escopo da pesquisa delimitado a partir da observação de três teorias centrais – vigilância, governabilidade e discurso – com o território social em formação, com a articulação cada dia mais evidente e desvelada em torno no CICC-PE, com uma metodologia clara e objetiva, esta pesquisa buscou, por meio de sua questão central e de perguntas auxiliares, evidências empíricas e teóricas para o fenômeno observado.

1.2.1.1 Pergunta central

Como está ocorrendo a construção do discurso governamental do CICC-PE?

1.2.1.2 Perguntas auxiliares

- 1- O que fez a vigilância eletrônica ser implantada neste contexto político e social de Pernambuco?
- 2- *Quais foram os sujeitos discursivos relevantes neste processo?*
- 3- *Como as demandas sociais estão sendo contempladas?*
- 4- *Quais os principais discursos governamentais sobre vigilância eletrônica?*

1.3 Contexto da pesquisa: da origem do comando e controle ao CICC-PE

Nesta seção, foram apresentadas todas as nuances do objeto empírico, desde a origem do seu conceito até sua implantação em Pernambuco, em que foram circunscritos os ambientes e delimitadas as articulações que possibilitaram a implantação do CICC-PE.

1.3.1 Origem do conceito

Os conceitos de segurança e defesa evoluíram ao longo do tempo. Nos primórdios, as antigas muralhas representavam o entendimento de segurança e vigilância, bem diferentes dos modernos arranjos adotados pelas nações nos tempos atuais. Com respeito à defesa, os primeiros conceitos fundamentavam-se no guarnecimento das posições fortificadas.

Os assuntos relacionados com segurança e defesa adquiriram relevância, ainda, na formação dos Estados modernos no século XV e XVI. Na medida em que as ameaças militares foram se sofisticando, os sistemas também o foram.

Com o decorrer da história da humanidade, o homem condicionou muito das evoluções tecnológicas à guerra, no que Virilio (1993) chamou de *máquina de guerra*. Para o autor, desde a antiguidade, instituições militares realizaram muitas descobertas tecnológicas e científicas, levando em consideração os mais diversos fatores. Deleuze e Guatarri (1997) afirmam que a máquina da guerra inventa a velocidade como arma. A velocidade passa a ser vista como o próprio ordenamento do espaço social e político.

A guerra passa a ser um espetáculo, em que a arma é o medo. As novas descobertas militares, antes mesmo de serem instrumentos de destruição, o são de percepção, ou seja, não existe descoberta militar sem uma sofisticada mistificação psicológica (VIRILIO, 1993).

Em meio a uma máquina de guerra cada vez mais tecnológica, o homem passou a ingressar em guerras cada vez mais prolongadas. A primeira grande guerra da sociedade contemporânea teve como palco os países europeus, que disputavam poder e território, especialmente o africano. Nela, muitas descobertas passaram a ingressar na vida cotidiana da sociedade, como a penicilina, que foi a maior revolução médica e farmacêutica da modernidade (FLEMING, 1946). Já na Segunda Guerra Mundial, estas se concentraram na militarização da vida cotidiana, tais como a introdução do conceito de comando e controle.

A primeira sede do comando e controle foi Londres, quando o então presidente americano Roosevelt se aliou ao primeiro ministro inglês Churchill com o intuito de impedir o avanço nazista no continente. O planejamento do que ficou conhecido como "Dia D" foi a primeira operação em que diversas forças militares, de países diferentes, se uniram com o intuito de combater um inimigo em comum, neste caso, a Alemanha Nazista. O Comando e Controle (C2) foi desenvolvido neste período, podendo ser compreendido como um processo por meio do qual comandantes e gerentes exercitam autoridade e recursos materiais e humanos para alcançar uma estratégia em específico (INCE et al., 1997), e poderia ser de natureza militar ou não, visto que tal conceito logo passou a ser incorporado por grandes organizações, na tentativa de minimizarem a concorrência, compreendida como um inimigo a ser derrotado.

Com o fim deste conflito, o mundo ingressou em um conflito conhecido, a Guerra Fria. Nele, o conceito de C2 foi ampliado para Comando, Controle e Comunicação (C3). Athans (1982) defende a tese de que mesmo essa evolução não é o suficiente para acompanhar todos os avanços tecnológicos desta época, e seria indispensável a inclusão da comunicação com inteligência, quando o conceito passou por mais um período de evolução, ficando conhecido como Comando, Controle, Comunicação e Inteligência (C3I).

Com a descoberta e disseminação da internet, a capacidade de vigilância da vida cotidiana se agigantou e passou a interessar a muitos grupos poderosos e organizações privadas. O conceito de C2 passou por outra evolução, e passou a ser visto, então, como Comando, Controle, Comunicação, Computadores, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4IRS) (PFOHL, 2001).

Todavia, esse ainda não era suficiente para alcançar os avanços tecnológicos do mundo moderno, passando por mais uma evolução e alterando seu conceito, passando a ser tratado como Comando, Controle, Comunicação, Computadores, Coordenação e Sistemas de Inteligência (C5I). Vale salientar que, apesar de existir uma evolução histórica do mesmo, não há uma linearidade do conceito, já que nações usam-no de acordo com suas necessidades e recursos, como no caso brasileiro, no qual o conceito que está sendo aplicado é o C5I, apesar de possuir localmente outra nomenclatura: Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

Mas o que todos estes sistemas podem fazer? O potencial deles aumentou com o avanço da tecnologia ou continuam na seara militar? Hoje em dia as cidades são envolvidas por uma quantidade maior de problemas e para garantir uma eficiência do sistema público, o Estado precisa fornecer água, energia, transporte, infraestrutura e outros serviços, para tanto as cidades precisam acessar uma gama cada vez maior de informações, que muitas vezes estão separadas e desarticuladas em diversos órgãos públicos.

Mas, infelizmente, muitas cidade ao redor do mundo não conseguem atingir esse nível de eficiência e eficácia pública. Sem uma visão ampla e interligada, eventos naturais

(chuvas, secas, deslizamentos, etc.), provocados pelo homem (incêndios, desmatamento, etc.), incidentes ou crises iminentes não podem ser minimizados ou impedidos. Sem a capacidade de uma comunicação integrada e compartilhada de informações, uma cidade pode se tornar incapaz de proporcionar um maior crescimento econômico e social.

Todavia, um centro de monitoramento como é o caso do CICC-PE tem o potencial de interligar todo o sistema de uma cidade, não só a segurança pública. Este é apenas um dos elos centrais. Um centro de monitoramento pode monitorar a saúde, a educação, a mobilidade urbana, os crimes, consumidores, o próprio governo, os empresários, as alterações climáticas, além de prever e planejar momentos de crise e planejar grandes eventos.

Portanto, nesta dissertação, está definido que um centro de monitoramento é um aparato tecnológico que nasce com um grande potencial, mas a forma que ele será significado o definirá.

Diante do exposto, o país estaria seguindo uma tendência mundial de vigilância? Quais são os motivos que o conduziram a adotar tais medidas? Isto seria um sinal do processo de militarização da vida cotidiana? A quem interessa este projeto?

1.3.2 O CICC no Brasil

O conceito de CICC começou a ser pesquisado pelo governo brasileiro, em seguida o país foi escolhido como sede para dois grandes eventos mundiais: a Copa do Mundo de Futebol Masculino FIFA 2014 e as Olimpíadas de 2016. Com os holofotes do mundo voltados para o país, e ciente dos problemas infraestruturais nas áreas de mobilidade urbana, turismo, segurança pública e defesa social, o governo repassou recursos para que os estados com cidades-sede desenvolvessem seus projetos. Foram desenvolvidas 13 ideias para construção ou modernização de estádios, 25 para mobilidade urbana em todas as cidades-sede. Treze destes projetos deveriam apresentar um projeto de segurança pública.

Os projetos, focados em segurança, poderiam ter suas particularidades, mas deveriam seguir caminhos e procedimentos básicos determinados pelo governo federal. De acordo com a matriz de responsabilidades, seriam investidos R\$ 782 milhões na construção dos CICC's nacionais, regionais, locais e móveis (PORTAL DA COPA, 2012). Todos os centros deveriam estar conectados com o CICC *nacional* instalado em Brasília, responsável pela gestão integrada de todos os sistemas tecnológicos. O CICC *regional* deverá ser o local de gestão do estado, tendo na proteção da cidade-sede sua principal função. Neste sentido, o estado teria a liberdade de reduzir ou ampliar o escopo deste projeto de acordo com seus recursos e/ou necessidades. Os regionais podem se interconectar com outros estados.

Já o Centro de Operações Especiais (COE) é uma unidade mais especializada ligada ao regional, que tem como função manter a ordem em grandes eventos, combatendo a criminalidade e os tumultos. Os Comandos de Operação Local (COLs) são grupos operacionais que controlarão o interior dos estádios, e aí se localizarão. Por fim, os Comandos Móveis (CMs) serão grupos móveis com viaturas. Com isso, o CICC *regional* terá a sua disposição qualquer informação que precisar, sem se sobrecarregar ou haver sobreposições (SENASP, 2010).

1.3.3 O projeto pernambucano de CICC

O projeto CICC propriamente dito teve seu início em 2010, com a escolha de uma cidade da região metropolitana do Recife como sede da Copa do Mundo FIFA 2014. Porém, a elaboração de projetos pelo governo do estado de Pernambuco acontece desde 2007, intentando reduzir os problemas sociais causados por anos de descaso com a polícia local, que conduziram Recife a ser uma das capitais mais violentas do Brasil.

Em maio de 2007, o governo deu início ao projeto Pacto pela Vida (PPV), que consiste em um plano que apresenta como meta a redução progressiva de ocorrências de homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal seguida de morte, agregados sob a designação de "Crimes Violentos Letais e Intencionais" - CVLI. O PPV é composto por 138 projetos, divididos em seis linhas gerais de ação, que são: Repressão Qualificada de Violência; Aperfeiçoamento Institucional; Informação e Gestão de Conhecimento; Formação e Capacitação; e Prevenção Social e Gestão Democrática.

O "Pacto pela Vida" contempla ações estratégicas e procedimentos de gestão inspirados em modelos que conseguiram reduzir drasticamente índices de violência, tais como os implantados em Nova York e Bogotá. Pelo sexto ano consecutivo, o projeto registra a redução de CVLI, que já soma 34% do total, o que significa quase 6 mil vidas salvas (GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, 2012). Paralelamente, o Governo do Estado iniciou o projeto da construção do Centro de Operações Integradas de Defesa Social (Ciods), criado em 2009, com o objetivo de auxiliar o Pacto pela Vida com novas tecnologias de vigilância eletrônica.

A primeira ação do Ciods foi implantar 237 câmeras de CFTV em diversos pontos da cidade. O Ciods, aliado ao Pacto pela Vida, iniciou um intenso processo de redução da criminalidade e da violência no estado. Com a instalação das câmeras, muitos assaltos e crimes não ocorrem mais em determinados locais de alcance das câmeras. Seria esta, a solução para os problemas sociais da capital pernambucana? Um sistema tecnológico de vigilância serve apenas para segurança pública?

Com o sucesso do Ciods e a proximidade da Copa do Mundo FIFA 2014, o Governo do Estado necessitava de ações mais pontuais e efetivas para garantir todas as exigências da FIFA quanto à segurança deste grande evento esportivo. Com base nisto e considerando a possibilidade federal de investimento neste setor, o governo estadual decidiu ampliar o projeto de Centro Integrado de Comando e Controle regional, para um centro com a magnitude do nacional.

A proposta inicial dos centros regionais é garantir a segurança na *Fun Fest* e no estádio e seu entorno. Entretanto, o pernambucano foi além. O CICC-PE será o maior prédio do país e contará com tecnologia de ponta que tem a capacidade de ampliar o potencial de vigilância e ir à busca do controle dos fluxos sociais. É evidente que apenas um aparato, mesmo que de alta tecnologia, não é capaz, sozinho, de realizar tal tarefa hercúlea, mas nitidamente é um passo importante. Este deverá ser composto por uma governança tecnológica, com o intuito de, por meio de seus complexos sistemas, minimizar os problemas causados pela burocracia falha e lenta. Para tanto, contará com instituições – federais, estaduais e municipais – trabalhando de forma integrada e sem sobreposição.

O prédio terá dois pavimentos, um heliporto, gerador de energia e diversas salas, como apresentado nas figuras a seguir.

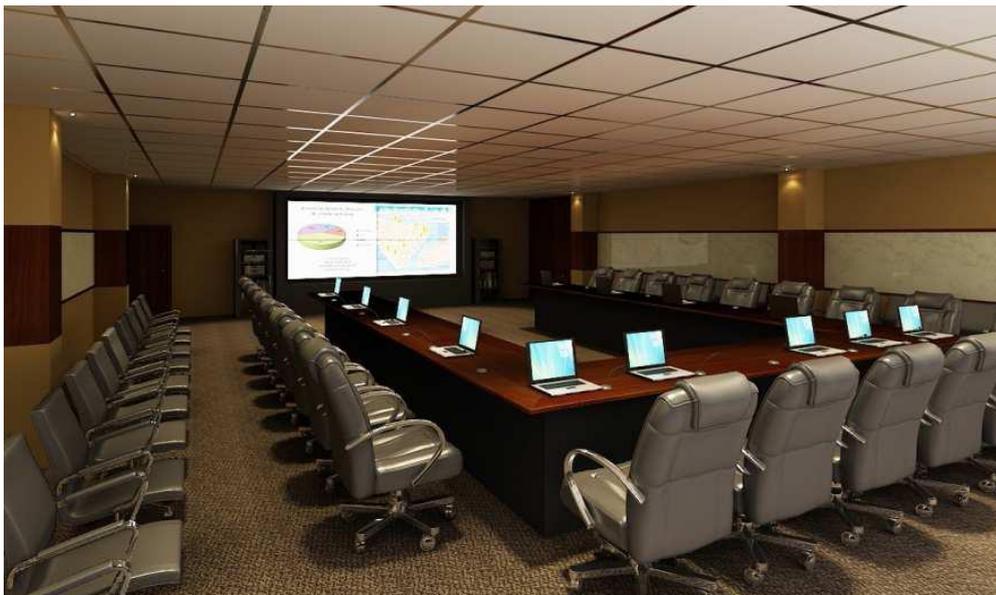
A primeira é a sala de monitoramento e funcionará em todo o pavimento térreo, constituindo o maior espaço do projeto. A segunda figura representa a sala de crise em que as ações emergenciais serão tomadas. Vale destacar, que todas as salas do segundo pavimento serão voltadas para o monitoramento.

Figura 1- Sala de monitoramento



Fonte: Elaborada pela autora

Figura 2- Sala de Crise



Fonte: Elaborada pela autora

O CICC-PE será o maior centro regional do Norte-Nordeste e compete diretamente com o centro regional carioca, que utiliza o discurso da preservação à vida. Mas seria mesmo este o real motivo da implantação de um centro com essa magnitude? O que está em jogo atrelado ao projeto? A quem interessa? Quem está disputando a significação do discurso governamental da vigilância em torno do CICC-PE?

Este espantoso projeto é subdividido em diversas partes, quais sejam:

1.3.4 Centro de planejamento

O Centro de Planejamento serve para coordenar, planejar, aprimorar e executar ações com o intuito que tudo seja feito da forma planejada. Um CICC deve controlar cada instante de uma operação e ter diversos planos de contingência para superar as emergências. Deve ter caráter proativo e buscar a eficiência de qualquer ação.

1.3.5 Monitoramento

A Central de Monitoramento do CICC-PE constitui uma das maiores áreas físicas da infraestrutura do projeto, por ser também um dos principais discursos dentro das teorias da vigilância, que é o uso do CFTV para controlar os fluxos sociais. E no caso de Pernambuco, este centro será o responsável por grande parte da captação de informação e da criação de banco de dados.

O monitoramento consiste na captura, transmissão, análise, gerência, armazenamento e recuperação de imagens de locais com grande fluxo de pessoas e/ou áreas críticas definidas pela contratante, tais como ruas, avenidas, cruzamentos, interiores e exteriores de prédios públicos, com a finalidade de apoiar ações de segurança pública voltadas à diminuição da criminalidade nesses locais. Dentro do escopo de monitoramento do CICC há alguns projetos distintos, a exemplo do Centro Integrado de Operação de Defesa Social, o Projeto De Olho na Rua e o Projeto PE Conectado.

A rede contará com 1.500 câmeras em vias públicas e 10.000 em prédios. A Central de Videomonitoramento conta com capacidade para 800 câmeras, 1.200 pontos de captura com câmeras tipo Speed Dome, sendo 700 unidades na capital e RMR e 500 no interior do estado, 300 câmeras tipo Fixa, com tecnologia para leitura de caracteres de placas de veículos, sendo 100 unidades na capital e RMR e 200 no interior do estado.

O projeto também contará com o Centro de Gerência Central (CGC). Este serviço será destinado ao gerenciamento, armazenamento e recuperação das imagens obtidas através dos pontos de captura na capital e RMR, bem como a supervisão do trabalho dos centros de Gerência Setoriais.

1.3.6 Comunicação

A comunicação é uma questão crucial em qualquer sistema integrado, pois é por meio dela que as forças serão acionadas em caso de necessidade. No CICC-PE, isto será realizado por meio do intercâmbio entre todas as viaturas – policiais, de bombeiros, do Samu, dentre outras – que terão comunicação direta com a central de monitoramento e controle. Também existirá uma intensa comunicação entre os centros nacionais regionais, locais e móveis, caso seja necessário.

1.3.7 Rede Corporativa

A Rede Corporativa viabilizará a comunicação interna entre as instituições envolvidas. Esta rede unificará todas as ações alusivas à segurança no estado de Pernambuco e possibilitará que reuniões sejam feitas em tempo real sem a necessidade do deslocamento de pessoas, diminuindo gastos governamentais e agilizando e integrando as ações.

1.3.8 Capacitação

Com o alto investimento em tecnologias de vigilância, Pernambuco necessitará de mão-de-obra qualificada, e o CICC-PE, como centro de excelência nesta seara, realizará a tarefa de capacitar e contratar novos funcionários para que o centro possa atingir suas expectativas com eficácia e eficiência.

1.3.9 Rastreamento de Viaturas

Este sistema de monitoramento será implantado em todos os automóveis de segurança do estado, de todas as instituições envolvidas no CICC, com o intuito de evitar furtos e desvios de rota, e contará com banco de dados com todas as informações do automóvel e seus integrantes por, no mínimo, dez anos, o que se consolidará como mais uma fonte de informações para controle de fluxos sociais.

1.3.10 Objeto empírico

Com base no exposto, a análise de um objeto empírico deste porte demanda tempo, esforço, habilidade e material empírico, incompatíveis com a estrutura literária e documental de que se dispõe atualmente sobre o assunto. Ciente das limitações de análise do objeto, a pesquisa intencionou vê-lo de forma ampla e busca compreender sua formação de maneira

holística, sem detalhar em profundidade as subseções expostas e muitas outras que estão sendo consequentemente desenvolvidas.

Ao delimitar o discurso governamental da vigilância, o campo empírico foi drasticamente reduzido, mas, neste momento, outro corte será feito, com base no objeto.

1.4 Objetivos geral e específicos

Este estudo examinou o CICC-PE como um objeto empírico, por ser um sistema utilizando tecnologia de ponta e o uso da vigilância eletrônica como uma nova forma de significação para a sociedade brasileira.

Trata-se de um projeto focado na vigilância eletrônica e no controle dos fluxos sociais, projetado às margens do estádio da Copa do Mundo de Futebol Masculino FIFA 2014, na primeira cidade inteligente totalmente planejada da América Latina. Apesar de ter sido uma exigência da FIFA que os estádios seguissem o padrão de vigilância internacional, o governo do estado de Pernambuco decidiu ampliar seu escopo utilizando-o para além da Copa do Mundo FIFA 2014, considerado um dos principais legados de vigilância eletrônica para o estado pernambucano.

Com o CICC-PE ampliado, iniciou-se um intenso jogo político em torno do seu processo de significação. Considerando a problemática e pertinência deste, o objetivo geral foi identificar e entender o papel e a relevância dos diferentes sujeitos políticos envolvidos na construção do discurso governamental do CICC-PE.

A operacionalização do objetivo geral aconteceu a partir dos seguintes objetivos específicos: (i) entender como foi o processo de candidatura do Brasil para Copa do Mundo, (ii) compreender o processo das escolhas das cidades-sede, (iii) identificar os elementos participantes em torno do CICC, (iv) compreender a emergência política dos sujeitos que estão construindo o CICC-PE, e (v) entender como alguns sujeitos políticos se destacam entre tantos.

1.5 Hipóteses

Com base no processo retrodutivo desenvolvido por Glynos e Howarth (2007), a dissertação foi desenhada partindo de hipóteses que, no decorrer do processo de problematização, foram sendo questionadas e retrabalhadas, visando, ao final do ciclo retrodutivo, à criação de uma nova teoria. Vale destacar que nesta pesquisa realizou-se apenas parte deste ciclo, descrito detalhadamente no Capítulo 6, que apresenta a Teoria do Discurso. Portanto, inicia-se o trabalho a partir de duas hipóteses centrais, descritas a seguir:

H¹ Devido à ineficiência do estado em prover todos os serviços públicos, com a qualidade e quantidade compatíveis com as demandas populares, é necessário o desenvolvimento de um sistema de governança tecnológica, baseada em vigilância eletrônica.

H² O CICC-PE é um sistema com uma capacidade muito maior do que apenas segurança pública, e essa potencialidade está sendo perdida no processo de constituição.

1.6 Contribuição da pesquisa

Esta pesquisa tem como principal contribuição a discussão sob as perspectivas críticas e políticas a respeito da emergente sociedade da vigilância, analisando-a como um fenômeno discursivo complexo. Como o objeto empírico é de suma importância para o futuro da sociedade pernambucana, quicá brasileira. Sua compreensão se faz ainda mais relevante na medida em que apresenta à sociedade uma descrição clara do referencial teórico que envolve este processo.

Outra contribuição interessante foi a fusão de três teorias pós-estruturalistas e críticas que buscam separadamente compreender, sobre outros aspectos, o mesmo fenômeno. Ao unilas, foi realizado um intenso esforço com o propósito de criar harmonia, para que o mesmo fosse compreendido holisticamente. A partir desta perspectiva, o processo de problematização desenvolvido nesta pesquisa foi de suma importância para o avanço da compreensão deste fenômeno. Portanto, a contribuição final é uma nova abordagem sobre a sociedade a cada dia mais vigiada e controlada, o que abre espaço para novas pesquisas.

1.7 Organização da dissertação

A dissertação foi desenvolvida em torno de algumas questões, além das supracitadas: quais discursos da vigilância estão sendo significados no Brasil? Qual racionalidade está por trás destes discursos? Como a natureza governamental da vigilância define estes discursos? E ainda: como o discurso da vigilância se articulou no processo de significação?

A organização da dissertação baseia-se nas correntes pós-estruturalista e pós-marxista, centradas nos estudos político e crítico do contexto social. Para tanto, a teoria básica de toda a apreciação foi a Teoria do Discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe.

A estrutura da dissertação é a seguinte:

Capítulo 2 - Teoria da Vigilância: Panóptico, Pós-panóptico: inclui uma revisão detalhada da teoria da vigilância, desde sua origem com George Orwell até os dias atuais, perpassando por pontos importantes, como o primeiro indício da sociedade da vigilância no Brasil e o porquê de ser apenas agora a sua implantação. Também foram incluídos os debates e controvérsias da vigilância, demonstrando a importância da compreensão dos discursos desta para o seu processo de significação.

Capítulo 3 - Da Governabilidade à Governança Tecnológica: Biopolítica de Foucault aos dias atuais: delibera uma revisão detalhada sobre a governabilidade focada nos pensamentos de Foucault. Esta visão acerca da governabilidade fornece ao leitor uma compreensão mais clara acerca da governança tecnológica. A teoria de Foucault é o meio para se compreender a evolução do pensamento sobre biopoder no mundo atual. Este capítulo perpassa, por todas as fases da governabilidade até adentrar em suas evoluções e outros pensadores expoentes do mundo pós-moderno.

Capítulo 4 – Metodologia - Teoria do Discurso e Análise do Discurso: define a teoria metodológica e constitui a base investigativa de toda a pesquisa. Apesar de ser

basicamente exploratória, foram analisados alguns dados por meio da crítica ao Discurso, visando à compreensão do processo de significação. Intentou-se que as perguntas de pesquisa fossem transformadas em possíveis respostas a partir do uso da Teoria do Discurso, derivada de Laclau e Mouffe, que definem e codificam os discursos em torno do processo de significação da sociedade da vigilância.

Capítulo 5 - Construindo uma teoria sobre o CICC-PE: delibera toda a parte analítica do trabalho em que os dados apresentados no capítulo anterior serão tratados e trabalhados com a finalidade de, ao fim desta parte, se dar início à construção de uma teoria do discurso da vigilância eletrônica focada no discurso governamental do CICC-PE.

Capítulo 6 – Conclusão: delibera neste capítulo as principais considerações e relevância deste estudo. Em que foram apresentados as principais críticas baseadas nos pressupostas das teorias utilizadas no trabalho. Por fim apresentamos as possibilidades de futuras contribuições

2 Teoria da Vigilância: Panóptico, e Pós-panóptico

2.1 Introdução

Este capítulo pretende realizar três tarefas centrais. A primeira é demonstrar a centralidade do conceito do panóptico para as novas pesquisas em vigilância. A segunda é mostrar a evolução histórica do conceito de vigilância, e ainda suas principais correntes, modelos, lacunas, controvérsias e críticas. Nesta parte, o capítulo demonstra as nuances da sociedade da vigilância, as alterações de conceito e suas crises até que alcançasse a atualidade. Por fim, demonstrará o papel central do discurso como meio de se alcançar a vigilância. Esta pesquisa, apesar de fazer um resgate histórico do conceito em questão, se baseia nas mudanças ocorridas no mundo após 11 de setembro de 2001.

Com base nestas propostas centrais, todo o capítulo foi separado em seções, com a intenção de facilitar a leitura e compreensão deste tema, que é atual, atemporal, político e histórico.

2.2 Compreendendo a vigilância

O conceito de vigiar é muito antigo. O homem, desde os primórdios, habituou-se a observar o "outro" como um modo de defender sua sobrevivência. Com a gradativa evolução da sociedade e a descoberta de novas tecnologias, os sistemas de vigilância se sofisticaram. Sennett (1990) argumenta que os espaços sempre foram vigiados, mas a intensidade da vigilância em Ágora, em Atenas, não pode ser comparada à realidade atual de uma simples Praça em Londres.

Quando Guilherme I, da Inglaterra, criou o *Domesday Book* em 1086, com o propósito de fiscalizar e taxar os proprietários de bens nas novas terras conquistadas, demonstrou que a vigilância poderia ser usada para definir e categorizar uma população (WEBSTER, 2002). Desde Guilherme I, as tecnologias de vigilância vêm evoluindo.

Na modernidade, algumas questões são trabalhadas quanto ao tema discutido. Entretanto, o debate sobre proteção de dados, privacidade e a própria vigilância deve ser (res)significado. Em primeiro lugar, a noção de proteção é diferente daquela de privacidade, que tem como ideal o homem liberal, racional e consciente, diante do qual prevaleceria o direito de "ficar sozinho", o que já não faz sentido em uma sociedade globalizada e interconectada.

Definitivamente o sujeito não está mais sozinho. Por outro lado, a noção de privacidade se baseia na dicotomia do público e do privado, que também está chegando a seu fim. Com o crescente processo de individualismo e de privatização do espaço público, as fronteiras que os separavam estão desaparecendo. Ainda sob outro aspecto, a imagem atual da vigilância é de que se trata de algo onipresente e onipotente, semelhante à ficção criada por

George Orwell em seu livro *1894*, ratificado pela teoria da sociedade disciplinar de Foucault que se baseou no estudo do conceito do panóptico.

Mas por que um desenho de quase 200 anos – o panóptico – de uma prisão que nunca chegou a ser construída, é reconhecido por muitos autores como algo atual e intrigante?

Em sua estrutura arquitetônica, o panóptico dá ao observador o alibi de nunca ser visto; de trazer a ordem ao caos de uma prisão, mediante categorização e segmentação dos prisioneiros que seguem suas ordens sem nunca saber quem está ordenando, e, por fim, e mais importante, dá ao observador o poder de exercer o controle dos corpos ali confinados. "O dispositivo panóptico organiza unidades especiais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente" (FOUCAULT, 1995, p. 224), podendo ser considerado uma masmorra invertida, em que o propósito não é apenas isolar o prisioneiro na escuridão, e sim observá-lo em plena luz, controlá-lo em meio aos outros, num eterno ciclo em que "é visto, mas não vê; objeto de uma informação, mas nunca sujeito em uma comunicação" (FOUCAULT, 1995, p.224).

Essa metáfora, apesar de antiga, serve para compreender o mundo em que se vive e entender a história e os motivos que conduziram a sociedade moderna ao caminho da vigilância total.

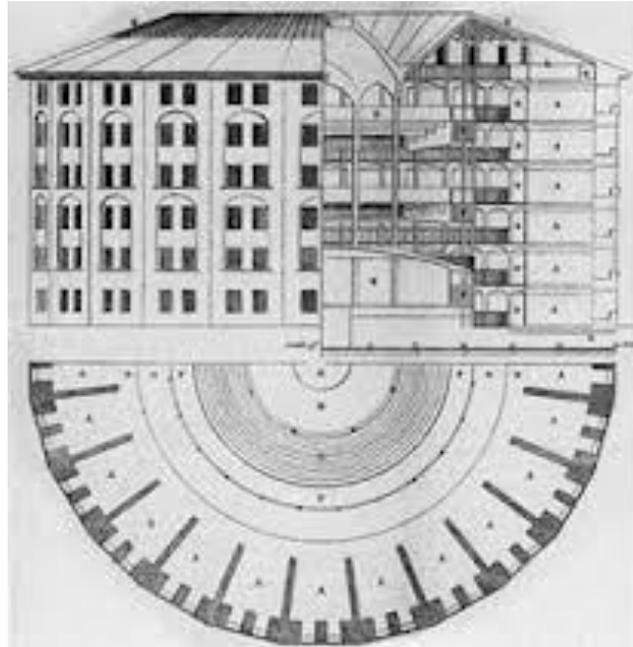
2.2.1 O panóptico de Bentham

Jeremy Bentham foi um filósofo e jurista inglês que, dentre seus ensaios, desenvolveu o conceito de Panóptico⁶, que consiste em um desenho arquitetônico desenvolvido em 1791. Este fato é contemporâneo da primeira Revolução Industrial, sendo compreendido como um instrumento para o controle das ações sociais e domínio máximo dos indivíduos, na tentativa de conter a criminalidade e as revoltas contra o poder instituído.

Neste contexto, tal conceito é ampliado para além da prisão e sua formulação, e seria, originalmente, um grande projeto utópico, que suprimiria qualquer subjetividade e privacidade do observado com o intuito de manter a ordem social. Este dispositivo é caracterizado por ser um edifício circular em forma de anel, com um pátio no meio, onde se encontra a torre vigilante, e à sua volta e em cada andar estão as celas. Cada cela tem uma janela feita para deixar entrar apenas o ar e a luz, mas, simultaneamente, impede o prisioneiro de ver o que está do lado de fora (BENTHAM, 2000; FOUCAULT, 1999), como ilustrado na figura a seguir.

⁶ Pan = todo óptico= ver

Figura 3- Desenho do panóptico de Bentham



Fonte: Foucault, 1999

A característica mais importante deste projeto estrutural é a capacidade de fazer com que os detentos estejam constantemente visíveis, o que consiste em um princípio de inspeção. Os presos estão fisicamente isolados, sempre visíveis à torre, e incapazes de ver quem está dentro, acreditando que estão sob eterna vigilância. Com isso, Bentham (2000) argumenta que esse ato irá forçá-los a conter seus comportamentos criminosos e torná-los submissos e em um estado constante de supervisão e olhar do inspetor, que os faz perder o poder, em vigor, de fazer o mal (LYON, 1994). O panóptico controla antes do corpo, a mente.

O mesmo representa, analogicamente, a manifestação social do olhar onipresente de Deus, que conhece de antemão o íntimo de todas as coisas, indo muito além das prisões, nas quais quaisquer dispositivos que tivessem como propósito manter a ordem e a produtividade poderiam servir de base para vigiar os observados.

Os organizadores deste dispositivo acreditaram que, por meio da instauração desse amplo sistema de observação das ações individuais, todos os grandes problemas sociais da humanidade seriam banidos, já que o aparato coibiria comportamentos que fossem contrários à normatização estabelecida (AGAMBEN, 2009).

O panóptico exerce um poder de vigilância sobre a coletividade muito mais potente do que o olhar humano. Isso não se trata apenas de uma ideia de arquitetura como um esquema de controle social; vai muito além ao influenciar organizacional e espacialmente o modo de agir dos observados e dos observadores. Deve-se levar em consideração, independente do fato de haver ou não alguém na torre de vigilância, que no panóptico o poder é inverificável, e é neste momento que o olhar da dúvida pode ser incorporado.

O poder passa a ser a principal ferramenta do mesmo, que busca sem recorrer à força bruta, utilizando apenas tecnologia, disciplinar o indivíduo, fazendo deste princípio sua própria sujeição à norma. O objetivo a se atingir é transcender do vigilante, fazendo do sujeito

seu próprio objeto de controle, chegando ao ponto da autovigilância. A disciplina passa a constituir a essência do ser confinado, seja na prisão, igreja, escola, fábrica, família ou qualquer outra instituição disciplinar.

2.2.2 O panóptico de Foucault

Depois da criação do panóptico, muitos autores tentaram implantá-lo, ora como prisão ora como teoria. Todavia, nenhum deles obteve tanto sucesso quanto Michel Foucault. Foucault foi um importante filósofo francês que dedicou grande parte de sua carreira ao estudo sobre a mente humana, mas foi também o responsável por trazer e evidenciar o panóptico, especialmente a partir da obra *Vigiar e Punir: O nascimento da prisão*, em 1975, quando o debate ganhou força e novos estudos.

Foucault (1999) situa a mudança da sociedade soberana para a sociedade disciplinar mediante a ótica do poder. Na sociedade soberana o poder sobre a vida e a morte era exercido a partir de uma figura superior, o regente, por meio de práticas de punição e de suplício em praça pública. O corpo supliciado tinha um papel central em todo o processo de ritual, nos aspectos políticos, sociais e culturais, pois representava a força da lei que atacava o crime, transformando-se na forma absoluta de demonstração de poder pelo soberano.

Contudo, essa relação começou a mudar no século XVIII, quando Billouet (2003) afirma haver um clamor entre filósofos e juristas em favor do fim dos castigos físicos, argumentando que nem mesmo o pior dos assassinos poderia perder sua humanidade. A crítica ao suplício expressa à insatisfação quanto ao poder absoluto e soberano. O suplício se tornou intolerável, passando a ser visto como revoltante ato de tirania.

Com a extinção gradativa dos rituais de punição – fogueiras, guilhotinas e esquartejamento –, houve uma mudança significativa na forma de punir, vistos por Foucault (1999) como dois processos sem a mesma cronologia ou razões que conduziram a sociedade a não aceitar mais os rituais de morte e suplício como um espetáculo. O primeiro é a perda de sentido do mesmo, onde suas funções adquiriram um cunho negativo. "O carrasco se parece com o criminoso e os juízes com os assassinos, invertendo no último momento os papéis, fazendo do supliciado um objeto de piedade e admiração" (FOUCAULT, 1999, p.13), fazendo-se necessário domesticar os corpos, a partir de outros métodos, pois com o fim desta forma de domínio este tipo de poder sobre o corpo se extinguiu.

O segundo momento é a transformação destes atos em práticas mais veladas, em que a punição não estava no corpo, mas na mente. Com o surgimento das prisões, a relação corpo-castigo é alterada, mas não extinta: agora o corpo seria recluso em um espaço vigiado para a realização de trabalhos obrigatórios e a punição era a perda de sua liberdade, um direito e ao mesmo tempo o maior bem do homem (FOUCAULT, 1999). Neste processo, os carrascos foram substituídos por guardas, médicos, psiquiatras, educadores e líderes religiosos.

Essa transição não ocorreu de forma inesperada e a partir de um momento histórico específico, e sim por meio de um processo contextual e político de mudança na sociedade. A disciplina passa a constituir todas as instituições sociais – escolas, igrejas, família, fábricas, hospitais e prisão.

O panóptico passa a representar a nova forma de castigo. Há uma mudança do corpo para a mente, em que o mesmo é usado para isolar e observar o confinado, colocando-os em posição de vulnerabilidade, em que o poder da vigilância é exercido. Desta forma, o panóptico é (re)significado por Foucault, que o vê como um mecanismo disciplinar. Este, ao mesmo tempo em que vigia, tem a função de punir, coibindo os desejos dos confinados, atribuindo ao observador a capacidade de penetrar no comportamento dos homens, passando a ser um modelo a ser seguido por todas as instituições disciplinares que tivessem como função principal controlar e manter os mecanismos sociais.

Foucault (1999) argumenta que o bom funcionamento do sistema penitenciário, baseado na lógica vigilante do panóptico é relativo ao mesmo sucesso dos hospitais em controlar e vigiar seus pacientes, das escolas para com os alunos, dos militares para com os soldados. "A prisão é a imagem invertida da sociedade transformada em ameaça" (FOUCAULT, 1996, p. 123). A crítica ao suplício se deu porque a sociedade estava se transformando. Mas por que as instituições disciplinares não são criticadas e repugnadas?

No fundo, elas não são criticadas porque representam fielmente o que era feito, na época, e que fazia parte de um consenso social. Se o fizessem, estariam criticando a própria conduta da sociedade. Com essa aceitação velada, as instituições disciplinares passaram a ser vistas como algo positivo e distante da prisão em que este mecanismo passaria a pairar sobre todos os indivíduos como forma de poder absoluto.

Esta é uma técnica de poder que fabrica os indivíduos ao utilizar a política do corpo. A distribuição superficial dos corpos em um espaço delimitado os deixa dóceis, mas essa docilização visa à construção de um ser incorporal sem subjetividade e, portanto, altamente maleável a este poder instituído. No panóptico não haveria espaço para qualquer respeito à privacidade e subjetividade. Rodotá (2008) argumenta que na sociedade disciplinar a privacidade, além de não ser reconhecida como um direito fundamental, é considerada um risco à segurança, e, portanto, legislações são criadas com o intuito de garantir a "paz social" em detrimento da liberdade.

Na sociedade disciplinar, a liberdade é uma falsa ilusão implantada pelo sistema que controla os comportamentos sociais, dando a todos os confinados institucionais pequenas quantidades desta. Os sujeitos se tornam submissos aos imperativos dos seus supervisores que são os detentores do poder disciplinar das instituições sociais (FOUCAULT, 1996).

Para que esse objetivo fosse alcançado, as instituições adotam práticas coletivas de controle das massas, mediante a criação de uma série de medidas, como regras e jurisdições, até o momento em que a massa começa a aceitá-las de forma dócil, em decorrência da perda da capacidade de contestação. Essa sociedade preconiza a domesticação dos impulsos singulares dos seres humanos desmobilizando qualquer possibilidade de revolta social (FOUCAULT, 1999).

Essa sociedade é marcada por microestruturas de poder, no qual são inseridas situações vigilantes em que o indivíduo tem papel significativo. Neste caso, o Estado se enquadra em um robusto sistema tecnológico com poder de regular as trocas mercantis, a regulação individual e fiscalização espacial.

O Estado, ao inserir-se nessa prática normatizadora, busca, a partir dos corpos dóceis, criar uma sociedade ideal em que seu governo seria perfeito e absoluto. Neste caso, seu papel na sociedade da disciplina resume-se a dar certa margem de liberdade aos

indivíduos, mas que, de fato entrelaça-os em uma relação de subserviência. Ao dar a "liberdade" de agir, escolher e comprar o que estes desejarem, implantam em seu imaginário um ideal de liberdade sem amarras; entretanto, isto assegura ao Estado o funcionamento do seu poder de regular, controlar e fiscalizar os atos dos indivíduos e puni-los pela possibilidade futura de algum ato fora do normatizado (FOUCAULT, 1999).

A disciplina se vale da vigilância como um dos seus mecanismos mais eficientes. Foucault (1999) demonstra que os efeitos de poder, tais como autocontrole, não precisam estar relacionados a castigos físicos, e sim à sensação de vigilância. Engana-se quem acredita que na sociedade disciplinar existe uma grande quantidade de pessoas vigiando; pelo contrário, nestas instituições se precisa de cada vez menos pessoas. Todo o segredo da vigilância na sociedade da disciplina está na arquitetura observacional em que o vigiado tem a eterna sensação de vigília. Assim, os micropoderes podem ser exercidos, em um único olhar que poderia ver tudo permanentemente.

Ao resgatar o panóptico de Bentham, Foucault descobriu a alegoria adequada ao instrumento de vigilância. O panóptico, além de proporcionar ao vigilante, em última instância, o poder onipresente e onisciente de Deus, automatiza e desindividualiza o poder (LYON, 1993; FOUCAULT, 1999). Essa metáfora representa para Foucault o instrumento ideal para, disseminar as práticas de vigilância como algo além de aceitável, desejável pelos sujeitos vigiados e o estabelecimento das práticas da microfísica do poder. Mas a sociedade em que Foucault desenvolveu sua teoria não é a mesma.

2.3 Vigilância na modernidade tardia: os primeiros passos de um mundo pós-panóptico

À medida que as sociedades modernas se transformavam em algo mais complexo, adquiriam uma força mais coletiva e social. O indivíduo passou a ser visto mais localizado e definido no interior de grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade. Com o fim das certezas da modernidade, as identidades dos sujeitos passaram por um processo de significação do que ficou conhecido como modernidade tardia.

O que aconteceu com a concepção de sujeito moderno, na modernidade tardia, não foi simplesmente sua degradação, mas seu deslocamento. A descentralização do homem cartesiano ocorreu por conta de cinco grandes avanços na teoria social e nas ciências humanas: Tradições do pensamento marxista; Descoberta do inconsciente por Freud; Trabalhos da linguística freudiana de Saussure; Impacto do feminismo; e Trabalho de Michel Foucault (poder disciplinar). Todos os cinco pontos são de suma importância, porém trabalhou-se nesta pesquisa com a modernidade tardia a partir da influência de Foucault, indo-se além de suas instituições disciplinares.

Giddens (1990) argumenta que o desenvolvimento das instituições sociais modernas possibilitou ao homem uma sensação de segurança que não poderia ser alcançada na era pré-moderna. Percebendo a vigilância como parte essencial desta, que deve ser entendida por meio de um processo completo, ao invés de compreendê-lo apenas mediante seus aspectos econômicos, o autor percebe que, mesmo com tantos avanços sociais e tecnológicos, e com o

uso intensivo de sistemas de vigilância que prometem proteger cada vez mais, esse período esconde um lado sombrio, "submetendo muitos seres humanos à disciplina de um labor maçante" (GIDDENS, 1990, p.13). Neste contexto, a vigilância é vista como uma oportunidade e ao mesmo tempo um perigo.

O desenvolvimento de condições de vigilância superiores aos observados nas eras pré-modernas e seus novos aparatos tecnológicos passaram a constituir a terceira dimensão institucional associada, com o capitalismo e o industrialismo (GIDDENS, 1990). A vigilância passou a fazer parte da supervisão das atividades de uma população, em que o fator mais importante é o controle das informações.

Diferente da era foucaultiana em que as informações eram usadas para controlar os corpos confinados, na modernidade tardia ela é aplicada para controlar as informações dos corpos já docilizados pelo processo, em espaços cada dia mais abertos.

Dankeker (1990) ratifica o pensamento de Giddens, e argumenta que nesse período os processos militares passaram a ser incorporados nas cidades com o intuito de promover a paz social. O processo de militarização sempre esteve presente na sociedade; entretanto, nesse novo tipo de poder, a organização militar é absorvida por esta no que é conhecido como militarização da vida cotidiana. "A *industrialização da guerra* muda radicalmente o caráter desta, introduzindo uma era de *guerra total*" (GIDDENS, 1990, p. 55).

Para o autor, os contornos da difusão da vigilância podem explicar os motivos que a conduziram em um processo de informatização. Neste, o Estado-Nação está relacionado intimamente com a guerra, a defesa social, os direitos e deveres dos cidadãos e com o capitalismo. Percebendo-a não como uma sociedade da informação, e sim como da vigilância, Shiller (1981) argumenta que o desenvolvimento de novas tecnologias permite uma maior vigilância pública, em que os sujeitos seriam alvos cada vez mais desprotegidos.

McGrath (2004) defende que por muitos anos a teoria de Foucault sobre a vigilância permaneceu absoluta. Todavia, esse reinado começa a ser desafiado por outros autores, pois estão surgindo questões que o panóptico não pode mais responder. Essa corrente é conhecida como pós-panóptica e desenvolvida por autores da modernidade tardia, tais como Lyon (1994, 2003, 2007), Bogard (1996), Haggerty e Erickson (2000), Grahan, Murakami Wood (2003).

Cabe lembrar que nos dispositivos disciplinares há uma espécie de polarização entre a opacidade do poder e transparência do indivíduo, em que esse poderia ser observado constantemente. Mas esse conceito não se adéqua em um mundo marcado por ataques terroristas no qual o inimigo deixa de ter nacionalidade, etnia, raça ou rosto, implantando na mente dos sujeitos o medo constante (VIRILIO, 2012).

Simon (2005) defende que com os ataques de 11/9 o mundo mudou definitivamente e os sistemas de vigilância passaram a constituir o cotidiano das pessoas que, por medo, desejavam perder sua liberdade em detrimento de uma falsa ilusão de proteção. A vigilância utiliza-se de uma lógica invertida. Ao mesmo tempo em que promete liberdade e segurança aos sujeitos assustados, tira deles o seu bem mais precioso: a própria liberdade.

Além disso, existem correntes fenomenológicas e psicológicas que aproximam os estudos da vigilância do medo e do amor de quem está sendo observado (JAY, 1994). Muitas análises desta resistência emergem a partir deste tipo de compreensão, centrando-se na experiência do indivíduo sob a vigilância, tais como fazem muitas das contribuições artísticas para a compreensão cultural do fenômeno (KOSKELA, 2006). Nesta nova sociedade,

muitos aparatos tecnológicos focados em vigilância eletrônica estão sendo desenvolvidos com o aval dos sujeitos. Os homens estão mais alienados no que eram no panóptico? Os corpos dóceis se multiplicaram?

Com isso um novo tipo de administração surge, a do risco, que está atrelada a um medo, em que serão criados mecanismos governamentais e policiais para orquestrá-lo e a partir dele controlar as massas amedrontadas (VIRILIO, 2012).

2.3.1 Sociedade do risco na modernidade tardia: uma visão sociológica da vigilância

Foucault (1988) defende que o que estava em pauta na sociedade disciplinar era a gestão da vida, segundo as reflexões do livro *A história da sexualidade I: A vontade do saber*, no qual elabora duas reflexões centrais. A primeira centrou-se na visão corpo-máquina típica do século XVII; a segunda, mais tardiamente, percebeu no corpo-espécie uma nova forma de governar a população.

O poder disciplinar, fundamental para o desenvolvimento do sistema capitalista industrial, tinha por objetivo o controle dos corpos, tornando-os dóceis. Entretanto, Foucault pensa a modernidade clássica, mas essa sociedade se deslocou para uma modernidade tardia.

Para compreender todo esse deslocamento ocorrido recentemente na sociedade, a referência fundamental é Ulrich Beck (1993). O autor argumenta que o projeto da modernidade tardia implica na gestão do risco – e não mais na gestão da vida. Beck introduz o conceito de *sociedade do risco* para referir-se a esses deslocamentos, o que não significa dizer que as estratégias anteriores – soberania e disciplina – tenham perdido todo o seu valor. Mas existem deslocamentos importantes, aos quais tais teorias deixam de responder com eficiência. O risco muda a sua natureza e passa a constituir e influenciar a sociedade.

A sociedade do risco passa a pontuar a complexidade dos riscos modernos, complexidade esta referida aos da modernidade tardia, em que se enfatiza a crescente presença destes riscos em novas tecnologias, produtos e ciências (BECK, 1993; GIDDENS 1998). Na modernidade tardia foram criadas tecnologias com uma categoria de risco com baixa probabilidade, mas com um potencial tão elevado que logo se transformariam em catástrofes (BECK, 1986).

Em seus trabalhos, o autor focaliza a compreensão dos riscos científicos e ambientais, porém sua análise foi expandida para toda a sociedade, a criminalidade e a segurança, destacando os mecanismos preventivos e a operação da vigilância em áreas supostamente não-políticas, tais como seguros e a família como uma forma de manter o risco distante (BECK, 1986).

Emerge, então, uma nova sensibilidade: a percepção crescente de que os riscos são sistêmicos, acompanhada da consciência da imponderabilidade dos mesmos e da necessidade de mecanismos igualmente complexos de gestão do imponderável.

Sobre esta ótica, Beck (2006) defende que a sociedade do risco é irônica. Para o autor os sistemas de tecnologia tentam antecipar o que não pode ser previsto. Se isso fosse possível, a até então maior potência militar do mundo não teria sofrido um ataque terrorista no

coração de uma das suas cidades mais importantes. A sua lógica é ser imprevisível, na qual a experiência do passado não pode prever ações futuras.

Considerando-os ilimitados, e com o discurso de preservar os cidadãos contra novos ataques, a criminalidade ou o vandalismo os Estados limitam os direitos civis e a liberdade. Os sistemas de vigilância têm a capacidade de prever os riscos? Como explicar que eles continuarão ocorrendo? Por que se incentiva a vigilância, ao invés de promover a igualdade social entre os grupos antagônicos?

Para enfrentar estes desafios, os sistemas de vigilância têm que ser transdisciplinares, transparentes e transnacionais em que existam mecanismos sofisticados da gestão da informação (HAGGERTY; ERICKSON 1997). Assim, a informação na sociedade globalizada do risco passou por um processo contínuo que se dá *dentro e fora* das instituições.

Como resultado da potencialidade do risco, do clima de medo excessivo e a insegurança, a demanda popular por novos sistemas de vigilância se agiganta (HAGGERTY; ERICKSON 1997). Em todo esse procedimento há uma vulgarização destes sistemas (VIRILIO, 1993).

A identificação da avaliação do risco preventivo, combinada com normas disfarçadas de fatos não políticos, pode ser vista em vários campos de pesquisa em vigilância, tais como os estudos de Oscar Gandy sobre um novo tipo de panóptico.

Do ponto de vista do bem-estar das pessoas, um estudo sobre os sistemas de classificação individual poderia trazer muitos benefícios. No entanto, por outro lado, estes mesmos dados podem ser usados para manipular e controlar as pessoas, em que a posse das informações de um grupo social proporcionaria ao seu possuidor um poder sobre a vida destes. Este tipo de problemática foi levantado por Oscar Gandy no seu livro *The panoptic sort: a political economy of personal information*, no qual discute a criação de bancos de dados como uma nova forma de exercer o poder (GANDY, 1993; 2006).

"O panóptico classificatório é uma tecnologia de discriminação complexa (...). É discriminatório porque é usado para classificar as pessoas em categorias com base em estimativas" (GANDY, 1993, p. 133-134). Naturalmente, informações são geradas em uma ordem de perfil e classificação, e é a partir destes dados que as pessoas são qualificadas em incluídas ou excluídas.

O risco de um novo ataque ratifica o uso da vigilância e do panóptico classificatório em um processo retroalimentado por eles mesmos. No momento em que se discrimina e exclui, gera neste a possibilidade do risco. O possível ataque faz com que novos sistemas de vigilância sejam implantados sem que a população encontre uma maneira mais racional de evitá-los. Prever o risco é praticamente impossível, mas utilizar sistemas de vigilância e o panóptico classificatório para evitá-los posiciona-os em uma roda viva sem fim, em que sempre serão necessários novos sistemas para proteger a sociedade dos seus próprios monstros.

2.3.2 Administração do medo: como um dos principais discursos pós-panópticos

O trabalho de Beck (1986) sobre a Sociedade do Risco é importante por estabelecer em termos práticos desde as supostas certezas e previsibilidade características da modernidade até as incertezas da modernidade tardia, onde o mundo é cada vez mais um lugar perigoso, caracterizado pelo risco e pelo medo em quase todos os aspectos da sociedade, sejam eles econômicos, sociais, espaciais ou culturais.

O medo que é derivado de um risco em potencial, porém real, pode ser visto como uma nova forma de controlar os fluxos sociais. Este novo tipo de poder tem a capacidade de administrar a humanidade. O medo da bomba atômica, do terrorismo, do esgotamento dos recursos naturais, de catástrofes, tem conduzido o homem a um estado constante de atenção e alerta. Virilio (2012), ao usar o termo "administração do medo"⁷, estava se referindo a duas questões centrais. Primeira: o medo está no âmago do mundo. Antes este era ligado apenas à guerra, epidemias e à fome. Hoje em dia, o mundo ultrapassa uma claustrofobia, onde tudo passa a representar um risco e, portanto, deve ser temido. "O medo é o mundo, o pânico é um todo" (VIRILIO, 2012, p. 3). Segunda: a visão do terror como chave para questões políticas e estatais.

A sociedade sempre esteve envolta por medos. Na guerra fria o grande temor era de um ataque nuclear. No século 21 esse medo se direciona para outra esfera. Com os ataques terroristas, o mundo passou a temer esse novo inimigo sem rosto e totalmente imprevisível. "A ideologia da segurança" passou a compor todos os sistemas de vigilância ao redor do mundo (VIRILIO, 2012), especialmente nos Estados Unidos e Inglaterra.

Este gera conseqüentemente uma reação por segurança, que por sua vez incentiva o capital e a criação de novos produtos, podendo-se dizer que a economia política por trás da vigilância eletrônica e pós-panóptica é o medo. A administração do medo faz com que a economia em torno deste se torne mais forte em que a corrida da morte garante vida eterna ao sistema (VIRILIO, 1996)

As tecnologias de vigilância passam a utilizar o discurso do medo para implantar seus aparatos, e toda a sociedade entra em um tipo de cultura do controle (GARLAND, 2001) nos quais muitos países ao redor do mundo implantam sistemas com respostas cada vez mais rápidas, a velocidade das informações passou a ser crucial em todo o sistema. Todavia, faz-se necessária uma compreensão do que é velocidade para o Virilio.

O autor considera a velocidade como valor a partir do advento da revolução política. Não se trata apenas de produzir riquezas depressa, mas, sim, destruir mais depressa, ou seja, o mundo para o autor é definido da equivalência-velocidade à equivalência- riqueza. Para o autor velocidade é poder e riquezas (VIRILIO, 1996).

O autor trabalha na lógica produção-destruição-produção. Para ele, é preciso que aja produção, em seguida a destruição e com uma velocidade superior uma nova produção. Com isso, a guerra passa a ser vista como um elemento político importante. A lógica da corrida –

⁷ Apesar de o autor usar o termo Administração do Medo, nesta pesquisa será usada a expressão gestão do medo, significando a mesma coisa.

dromologia – é vista como parte essencial da sociedade focada na velocidade, ou seja, é o pensamento que identifica a velocidade como a referência absoluta, o objetivo perseguido pelo poder e pela política – que lhe permitem explicar, nos processos de vigilância desenvolvidos atualmente o valor conferido às transmissões de informações, onde quem detém ou controla a velocidade detém o poder.

Depois da guerra fria, em que novamente a velocidade das descobertas tecnológicas determinou quem venceu esse conflito, houve um período em que as nações buscavam se reconstruir e a velocidade das descobertas e novas tecnologias foi reduzida. O medo de um ataque nuclear havia sido afastado, mas um novo medo deveria surgir.

Com os ataques terroristas de 11/09 uma guerra foi iniciada e com ela a velocidade. *A guerra ao terror* trouxe a corrida pela implantação de sistemas de vigilância, "o terror é a realização da lei do movimento" (VIRILIO, 2012).

Para Virilio (1984), encaixar a ação da vigilância às TICs significa uma ampliação do poder visual sobre os territórios e indivíduos. Com a dualidade mais-poder mais-velocidade, o autor justifica o uso de sistemas de vigilância como forma de garantir a visibilidade em favor dos procedimentos de controle de fluxos sociais. Com isso, os sistemas de vigilância passaram a constituir uma importante ferramenta para a administração do medo, em que terá poder o sistema com mais velocidade de processar os dados oriundos dos mais diversos bancos de dados disponíveis na sociedade da vigilância eletrônica.

2.3.3 Máquina de guerra: a vigilância para além dos muros institucionais

A utilização de novas tecnologias de vigilância eletrônica, tais como o CFTV, é vista por Virilio (1996) como um aperfeiçoamento do olhar humano, que na busca por espaços mais seguros e iluminados utilizam os sistemas de vigilância para eliminar as zonas obscuras e potencialmente de risco. Dessa forma, o autor julga a ideologia da ciência e da técnica como um progresso que tem a fatalidade da aceleração tecnológica que, polarizada, não implica em progresso, mas em retrocesso (VIRILIO; LONTRINGER, 1984).

Com os sistemas de vigilância, o vetor da velocidade perde definitivamente a sua localização, passando a estar em qualquer interface de medo ou risco na sociedade contemporânea. A onipresença da velocidade tecnológica torna todos os lugares potenciais espaços tangíveis de seu poder. O autor afirma que este momento se caracteriza como a *guerra pura*. Guerra não mais no sentido militar, mas em todas as esferas da sociedade (VIRILIO; LONTRINGER, 1984).

Neste contexto de *guerra pura*, o Estado passa a ter papel central em toda a legitimação da velocidade. A ele, reserva-se o monopólio do uso legítimo da velocidade, lembrando que velocidade é poder. Portanto, o cidadão deve ceder ao Estado sua velocidade-atividade em prol de uma mobilidade-prontidão (VIRILIO, 2002).

Em todo esse processo de globalização, gestão do risco e administração do medo, o Estado passou a conter, internalizada em suas instituições, uma máquina de guerra. Todo o processo de desterritorialização pressupõe uma reterritorialização. Os sistemas de vigilância em conjunto com a globalização pareciam um caminho para liberdade almejada pelos

cidadãos, que estariam livres de seus territórios, dos riscos e medos, mas revela-se, por vezes, conter paradoxalmente uma dominação mais brutal que a anterior (DELEUZE; GUATARRI, 1997).

O Estado passa a constituir uma máquina de guerra: "enquanto máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho do Estado, exterior a sua soberania e anterior ao seu direito" (DELEUZE; GUATARRI, 1997, p. 8). Neste sentido, a máquina de guerra não pode ser do estado, uma vez que se é capaz de imaginá-la exterior ao aparelho Estatal, ao passo que este constitui a interioridade dos hábitos e costumes.

Como um exemplo de uma máquina de guerra estatal, pode-se citar o projeto Total "Terrorismo" *Information Awareness* (TIA). É um sistema de alta tecnologia utilizado pelo governo britânico com o intuito de rastrear terroristas em potencial e criminosos que cometem atos ilícitos difíceis de serem rastreados. A estratégia do projeto é rastreá-los, coletando tantas informações quanto forem possíveis, com a utilização de softwares inteligentes que analisam as informações pessoais para detectar ações em potencial de risco. Neste projeto, está sendo desenvolvido um superbanco de dados, para que as informações não se percam com o tempo. É com esse material que os comportamentos podem ser rastreados e padronizados. O reconhecimento dos padrões está diretamente ligado à mudança dos métodos de vigilância das ações individuais.

No TIA todo e qualquer cidadão é passível de investigação, ultrapassando o modelo foucaultiano de sociedade disciplinar. Atualmente, a sociedade está muito além disso, e esse projeto é apenas um exemplo do mundo pós-panóptico para o qual a sociedade se encaminha. A vigilância perpassa as instituições e adentra na mente dos sujeitos, que não são mais capazes de perceber os grilhões que o aprisionam em uma sociedade da vigilância total e absoluta.

Este tipo de projeto evidencia que as tecnologias de controle social tornaram-se disponíveis, ultrapassando os muros das ficções científicas e adentrando nas cidades. Nota-se que esta sociedade é da vigilância. Gabriel (2004) argumenta que a gaiola de ferro teorizada por Marx Weber está sendo gradativamente substituída por uma gaiola de vidro cada vez mais flexível e invisível. Neste contexto, a liberdade passa a ser uma doce ilusão utópica de uma sombra inalcançável.

2.4 Controvérsias e debates sobre a vigilância na era pós-panóptica

Dada a natureza generalista da vigilância, a multiplicidade de suas formas e a ampla gama de possibilidades, há uma substancial heterodoxia na investigação desta. Esta subseção examina os debates e controvérsias principais: em primeiro lugar, houve uma análise sobre a mudança da sociedade disciplinar para de controle e, por fim, da vigilância eletrônica, seguindo para uma análise da sociedade total e de controle absoluto. Esta parte conduz para a compreensão das tendências do superpanóptico e sinóptico como uma nova forma de poder. Logo foram apresentadas as principais utopias e distopias desta sociedade, conduzindo o leitor a uma visão sobre a vigilância eletrônica e sua ferramenta mais difundida, que é a utilização

do CFTV. Mas todos estes eventos foram influenciados direta ou indiretamente pelos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, e nesta parte foram introduzidas as mudanças ocorridas na sociedade da vigilância eletrônica graças a esse evento. Por fim, o Brasil é inserido neste universo tecnológico de vigilância e controle.

2.4.1 Da sociedade de controle a da vigilância eletrônica

Deleuze sintetiza em poucas palavras a crise das instituições disciplinares em seu texto *Post-Scriptum sobre a sociedade de controle* (1992). O próprio Foucault já previa que a sua teoria disciplinar estava com a crise anunciada. Mas, essa passagem não se deu de forma abrupta ou com um marco histórico específico, e sim por um processo de deslocamento e (re)significação.

Deleuze (1992) salienta que as configurações institucionais que caracterizavam a sociedade disciplinar estariam passando por uma crise generalizada, dando lugar às chamadas sociedades de controle. Em uma coletividade focada em sistema interconectado e com a utilização das novas tecnologias de comunicação, a lógica do confinamento não fazia mais sentido. Com isso a sociedade da disciplina cedeu lugar para a de controle, cujo alvo deixou de ser a população confinada em um espaço determinado e passou a ser o planeta em que o controle seria exercido em campos abertos, por meio das tecnologias.

O autor defende que a questão do espaço físico havia sido superada. O controle passava a não provir de um lugar central, de um ponto único no espaço, mas sim de todos os lugares, como uma rede, sem começo, meio ou fim.

Com isso, os indivíduos passam, na sociedade de controle, para a questão de "divíduos", ou seja, divisíveis e aninhados por meio de bancos de dados, perdendo sua identidade em favor do acesso a um código. "Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma identidade nem um número, mas uma cifra: uma cifra é uma senha" (DELEUZE, 1992, p. 222).

No âmago desta ideia está o conceito central de sua obra: o rizoma. Para Deleuze e Guattari (1997), o rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido e construído com o intuito de facilitar o controle. Esta analogia constitui toda a questão da sociedade de controle, no que é denominado controle rizomático, ou seja, aquele que é exercido de qualquer ponto central sem precisar ter um referencial físico e estático, que pode ser rompido e retomado em qualquer lugar e a qualquer hora (DELEUZE, 1992).

Hardt (2000) percebeu que os muros que cercavam as instituições disciplinares estão sendo destruídos, e no seu espaço um grande tecido social controlável está surgindo. O autor observa que, na passagem da sociedade disciplinar para a de controle, ao invés de uma oposição, o que temos é uma intensificação, uma generalização da lógica disciplinar, agora livre dos muros que a circunscrevia.

Deleuze (1992), apesar de sinalizar a emergência das novas configurações institucionais que definem a sociedade de controle, não vai muito longe nas suas explicações conceituais. Com isso, novas perspectivas passam a surgir como soluções para os problemas da sociedade contemporânea, entre elas a da sociedade da vigilância eletrônica.

No início do século 21 houve uma explosão de estudos sobre vigilância que logo desenvolveram um campo teórico para analisar os impactos destes sistemas na vida das pessoas. Diversas práticas e processos passaram a lidar com bancos de dados cada vez mais velozes e poderosos. As velhas burocracias estavam sendo substituídas por sistemas informatizados e em rede. Com um mundo mais digitalizado nem mesmo a sociedade de controle era o suficiente para responder todos os questionamentos, com isso uma nova evolução parecia surgir. A sociedade da vigilância eletrônica foi um termo cunhado por David Lyon em seu livro *O olho eletrônico: o nascimento da sociedade da vigilância*, com o intuito de dar respostas tão rápidas para os questionamentos deste mundo agora hiperveloz.

Neste sentido, Amoree (2006) propõe que o controle e a gestão das fronteiras é uma ação historicamente fundamental para a soberania do Estado-Nação. A verificação, autorização ou recusa de mercadorias e dinheiro por meio de passaportes, vistos, transações, sempre constitui a vida de uma sociedade. Porém, o conceito de vigilância passou a ser visto cada vez mais como algo político e uma forma segura de controlar os fluxos sociais.

Lyon (1994) também defende que um dos primeiros sistemas de vigilância foi sobre o corpo, mas que essa relação vem mudando drasticamente. A vigilância precisa ser vista como algo mais complexo do que apenas algo a observar, dirigindo-se para um contexto mais amplo que envolve a maioria dos atos humanos: transações bancárias, uso do cartão de crédito, do cartão da biblioteca, ligações telefônicas, dirigir um carro, parar em um sinal de trânsito, reduzir a velocidade por causa de fiscalização, uso da internet e interface em qualquer nível com os serviços públicos por meio de tecnologias. A capacidade de vigilância nesta nova sociedade é composta por uma matriz enorme e complexa que envolve todos os aspectos desta (LYON, 2001).

Sinteticamente, na sociedade da disciplina os corpos eram o principal alvo de vigilância; na de controle são as informações geradas por bancos de dados; já na da vigilância eletrônica se controla, corpo, mente e alma. Lyon (1994) qualifica a sociedade da vigilância eletrônica com a metáfora de Deus, que tudo vê e tudo sabe, sua onipresença e onisciência passaram a controlar os sujeitos no âmbito de seus desejos. O olho eletrônico serve para "manter vigilância constante em cima das vidas íntimas e relações de cada cidadão" (LYON, 1994, p.59).

A vigilância eletrônica passa a ser cada vez mais significativa para o controle governamental nas sociedades conhecidas como da informação e do conhecimento (LYON, 1994). Rose (1999) coloca a vigilância eletrônica como algo que realizamos no dia a dia sem nem ser notado, em que os ciclos da vida são monitorados e controlados. Atualmente, cada vez mais as rotinas estão sujeitas a vários tipos de fiscalizações e monitoramento. Esta relação passa a ser tão passiva que deixamos rastros de onde e o que se está fazendo.

A transformação de ambientes construídos a partir da infraestrutura de sistemas de vigilância eletrônica desafia radicalmente a ideia de anonimato e privacidade. Este deslocamento é cheio de possibilidades e riscos. Com um espaço mais vigiado, o olho eletrônico, onipresente, garante uma sensação de segurança e bem-estar em que os serviços públicos passam por um processo de aceleração de suas respostas às demandas populares. Mas essa interação eletrônica transcende todas as barreiras de tempo-espaço e passa a invadir a vida dos sujeitos (GRAHAM; MURAKAMI WOOD, 2006).

Lyon (2002) sugere que à medida que as novas tecnologias foram sendo integradas na vida das cidades, permitiu o gradual desaparecimento do corpo e a desconfiguração do rosto. Com esse processo, os sistemas de vigilância eletrônica criaram outros mecanismos mais complexos e seguros para se identificar e controlar os fluxos sociais. Na era informacional, a velocidade em que os dados são processados por supercomputadores é quem define o poder (VIRILIO, 1996).

A sociedade da disciplina estava superada, o panóptico tal qual Bentham e Foucault se debruçaram não faz mais sentido. Um novo sistema estava se apresentado como mais cruel e invisível que o anterior. Nesta sociedade, o controle é invisível, as amarras são imperceptíveis e os homens mais dóceis e alienados com as falsas promessas destes sistemas.

2.4.2 Sociedade da vigilância total

Lyon (2007) argumenta que graças às tecnologias de análise dos dados cada vez mais sistemáticas é conveniente falar da sociedade da vigilância. Não apenas como uma prisão, e sim em todos os aspectos do dia a dia desta sociedade. Rule (1973), em seus estudos sobre a propriedade privada e a pública, já previa que um dia a ficção criada por Orwell se tornaria realidade e conduziria à sociedade no que ele cunhou de "vigilância total". Apesar de este autor ser contemporâneo de Foucault, não acreditava que as instituições disciplinares seriam o fim deste sistema, e sim apenas o começo.

Rule (1973) teve como objetivo comparar as sociedades existentes, na sua época, com relação a esse tipo ideal de vigilância total, medindo a quantidade de informações existentes, a velocidade dos fluxos, a centralidade destas e a capacidade de transformá-las em tomadas de decisões, no qual esse sistema de vigilância e controle afetaria a todos em seus aspectos comportamentais, culturais, políticos, sociais e econômicos. Neste caso, todas as informações coletadas por sistemas de vigilância serviriam para o controle dos fluxos sociais. Apesar de seus ensaios serem da década de 70, suas ideias ecoam na sociedade contemporânea e são cada vez mais atuais.

Um dos aspectos mais interessantes desta nova sociedade é a utilização dos sistemas de vigilância em todos os espaços sociais. Se a vigilância antes era limitada a instituições – escolas, prisões, hospitais – ou categorias sociais – alunos, prisioneiros e pacientes –, hoje em dia, isso não faz mais sentido e os sistemas se espalharam por todo o mundo social, tornando-se uma ação rotineira e natural. Haggerty e Erickson (2000) se inspiram nas teorias desenvolvidas por Giles Deleuze e Félix Guatarri para elaborarem o que chamaram de "*surveillance assemblage*", em que percebem que a vigilância passou por um processo no qual foi convertida em algo discreto e quase invisível.

Para os autores, este conjunto de ações passou a operar em uma série de ciclos discretos que são reagrupados de acordo com um banco de dados. Eles argumentam que a sociedade da vigilância está diante de um processo rizomático de hierarquização em que grupos sociais que outrora eram desconsiderados como objetos passíveis de vigilância transformaram-se em algo cada vez mais monitorados. Neste processo, nada mais pode escapar à vigilância (ERICKSON; HAGGERTY, 2000).

Com o aumento da quantidade de bancos de dados disponíveis nesta sociedade, a cada dia mais tecnológica, uma nova corrente sobre o estudo da vigilância surgiu. Ela é conhecida como *vigilância dos dados* – *dataveillance*, que é a união das palavras em inglês "data" com "surveillance" – na qual o uso sistêmico dos bancos de dados serviria para controlar os indivíduos em suas ações rotineiras (CLARKE, 1988).

O princípio deste novo tipo de vigilância segue as orientações foucaultiana sobre a sociedade disciplinar, mas apresenta nas novas tecnologias uma evolução significativa; uma vez que na sociedade disciplinar os dados eram oriundos da observação direta, que nestas novas práticas digitais estão sendo incorporadas (LYON, 2001).

Poster (2004) reintroduz o conceito de autovigilância, entretanto, observando-o como uma nova visão da vigilância eletrônica, em que os indivíduos fornecem dados voluntariamente, mediante preenchimento de formulários, criação de cadastros personalizados em *sites* de compras coletivas, dentre outros, que servem como uma fonte legítima de dados.

Além desta movimentação voluntária, existe um enorme interesse por dados de cartão de crédito, de hábitos de compra, e imagens que possam viabilizar tanto para os Estados como para as organizações privadas um maior controle dos fluxos sociais (LYON, 1994).

Nesta sociedade em rede (CASTELLS, 2003), as informações passam a constituir disputas discursivas, pois o poder que estes dados detêm fornece ao seu possuidor a capacidade de previsibilidade e controle absoluto dos desejos, gostos e necessidades de um grupo social em específico.

Poster (2004) vai além dos estudos de Foucault e demonstra que a sociedade baseada nos bancos de dados gera um "superpanóptico" em que o controle das massas é feito por meio das informações em uma sociedade pós-moderna e pós-industrial. O autor defende que a disseminação do uso de cartões de créditos e de outros tipos de *ID cards* alimenta os bancos de dados a ponto de chegarem a uma vigilância absoluta.

Bauman (1999) ratifica o pensamento de Poster (2004) e afirma que nesta nova vigilância os sujeitos disponibilizariam suas informações para a geração dos bancos de dados, pois com isso se sentiriam seguros quanto aos dados dali retirados, gerando uma dupla credibilidade, por um lado, dos indivíduos, e por outro, das organizações – governamentais e não governamentais – que utilizam estes dispositivos. Neste caso, as funções deste banco de dados seriam excluir e segregar em uma visão semelhante ao trabalho de Gandy (1993) sobre o panóptico classificatório.

Gandy (1993) considera este tipo de panóptico algo focado na informação do indivíduo que tem a potencialidade de exclusão. A classificação social representa uma inferência fiel aos sistemas de vigilância eletrônica como lógica para o bom funcionamento da sociedade, sendo compreendido como uma das soluções para a governança e governabilidade, por fornecer informações seguras e atuais dos sujeitos. Arvidsson (2005) argumenta que a partir das técnicas de vigilância geodemográfica os indivíduos são categorizados e fornecidos a eles os produtos e serviços que desejam. Entretanto, Gandy é totalmente consciente que esse sistema é racista e discriminatório. Hardt e Negri (2006) defendem que a sociedade contemporânea é mais racista do que antes, e o uso de certos mecanismos oculta esse tipo de ação. O novo racismo agora é cultural, no qual os grupos são classificados como inferiores e tratados como tal. Tanto para Gandy (1993) como para os autores, o panóptico classificatório

gera uma falsa ilusão de que são todos iguais, já que os sistemas estão cada vez mais invisíveis e absolutos. Mas, pelo contrário, a classificação gera mais separação do que união.

Gandy (2006) sugere que devido à disponibilidade e vulnerabilidade das informações e com a utilização de marcadores controversos, tais como raça, etnia, religião e cultura, as estatísticas geradas são demasiadamente discriminatórias. Aferir que os grupos sociais classificados tendem a se transformar em riscos em potencial para a sociedade afeta o comportamento social e as ações futuras destes (BLANK; DABADY; CITRO, 2004), percebendo o panóptico classificatório como "uma máquina da diferença que localiza os indivíduos em categorias e classes com base nas medições de rotinas" (GANDY, 1993, p.15).

Já Manthiesen (2004) observa essa nova sociedade da informação sobre a ótica do sinóptico. Este termo é baseado no conceito de mídia de massa, em que poucos veem, no sentido de perceber sua presença, e acreditam que esta não os controla, mas serve para seu bem-estar, quando na verdade existe uma investigação intensa sobre muitos. Bauman (1999) também utiliza essa metáfora para afirmar que muitos passam a vigiar os poucos, em detrimento do ocorrido no panóptico de Foucault.

O sinóptico passa a ter duas características principais que o diferencia do panóptico: a primeira é uma visão global da vigilância e a segunda é o seu caráter voluntário. Assim, os sujeitos não estariam sendo subjugados pelo sistema de vigilância, mas ofereceriam dados em prol de suas seguranças e qualidade de vida. No sinóptico, as pessoas são seduzidas a se deixarem vigiar (BAUMAN, 1999). Este ponto de vista é compartilhado por Poster (2004), que afirma que a alienação é feita mediante brindes e premiações para quem fornece seus dados.

O uso dessa vigilância, assim, assume um caráter paradoxal: se, por um lado, o Poder Público e as organizações privadas acumulam informações sobre os sujeitos de forma arbitrária, por outro, contam com a busca de inclusão destes que, mesmo sem ter consciência, estavam dando poder ao seu vigiador, contribuindo para a formação da sua própria torre, invisível, de vigilância (BAUMAN, 1999).

Todas estas abordagens demonstram que Foucault teve importância nos estudos sobre a vigilância. Contudo, um número considerável de estudiosos questiona a adequação das teorias foucaultiana para a vigilância contemporânea. Lyon (1994) argumenta que a noção foucaultiana não corresponde mais a dois aspectos centrais da vigilância eletrônica: as tecnologias de informação e o consumo.

Outros autores ratificam que a vigilância, atualmente, está mais descentralizada e em rede. Bogard (2006) percebe que a vigilância eletrônica é a cada dia mais descentralizada, menos sujeita a restrições espaciais e temporais, em que o sistema de controle foi desterritorializado. Haggerty (2006) indica a desestruturação da noção foucaultiana de panóptico. Haggerty e Erickson (2000) acordam que a vigilância eletrônica na era contemporânea é cada vez mais heterogênea, e envolve seres humanos e não-humanos, estatais e não estatais.

Os autores seguem este argumento incorporando a noção de *assemblages*, que denota a conversão discreta da sociedade em um ambiente vigiado. Para eles, com a proliferação de informações e novas tecnologias, os homens passam por um processo de transformação de homem-corpo para homem-máquina. Nesse novo mundo, Manthiesen (2004) defende que as

coisas são muito piores das imaginadas por Foucault, onde o controle é muito mais absoluto e forte o suficiente para suprimir a resistência.

2.4.3 Vigilância eletrônica e o CFTV

Até meados da década de 1980, a implantação de CFTV era, praticamente, exclusiva de instituições privadas (HEMPEL; TOPFER 2002). McCahill e Norris (2002) também sugerem que entre as décadas de 1970 e 1980 esse instrumento de vigilância eletrônica tornou-se corriqueiro em espaços privados na cidade de Londres, apesar de haver um incentivo limitado na área pública. A aparição constante destes sistemas em espaços públicos é relativamente recente ocorrendo com o entusiasmo de países europeus que viram suas taxas de violência urbana caírem com a implantação destes sistemas. No contexto contemporâneo, o uso predominante de CFTV em espaços públicos deve-se a dois fatores centrais: a gestão do risco (BECK, 1986) e a administração do medo (VIRILIO, 2012).

Fyfe (2004) percebe que com uma intensa discussão sobre as questões utópicas e distópicas em relação à vigilância, a compreensão do uso do CFTV parece se configurar como uma busca utópica por uma sociedade ideal e sem problemas. Entretanto, gera, ao mesmo tempo, a distopia de um controle absoluto.

Os entusiastas deste sistema citam uma ampla variedade de benefícios ligados a ele: ambientes mais seguros, medo reduzido, seguros de carros e casa mais baratos. Mas existe o outro lado desta equação, com a cultura do medo e com a desmaterialização da face do inimigo: todos os cidadãos passam a ser *terroristas em potencial*. Com isso existe uma perda significativa da liberdade conquistada por meio de muitas lutas e que, por hora, aproxima a sociedade atual da ficção orwelliana. Neste novo ambiente, todos, sem exceção, seriam vistos como inimigos em potencial. Com o uso do lema "Se você não tem nada a temer, também não tem nada a esconder" (LYON, 2003, p. vi), as tecnologias invadem e cerceiam os homens a estar confinados em suas celas, invisíveis, sem fronteiras ou barreiras e, acima de tudo, imperceptíveis.

Muitas abordagens destacam o lado distópico do uso do CFTV, por exemplo, Haggerty e Erickson (2000), Hier (2003), Williams e Johnstone (2000) e Lyon (1994), todos trabalhando sob a visão foucaultiana. Outros como Newburn e Hayman (2001) salientam uma tendência para descrever o CFTV em termos de uma vigilância absoluta (NORRIS; ARMSTRONG, 1999) ou por meio de uma super-representação do CFTV (COLEMAN, 2004).

Por muito tempo, este aparato foi implantando em cidades, sem que houvesse estudos claros, objetivos e seguros sobre suas vantagens e desvantagens. Todavia, existe um valor simbólico envolvido com a implantação destes sistemas. Norris, McCahill e Murakami Wood (2004) alegam em seu estudo sobre o CFTV que na Grã-Bretanha a sua implantação foi uma medida populista orquestrada pelo Estado, com o intuito de indicar aos cidadãos que o governo estava preocupado com o aumento da criminalidade e estava tentando reduzi-lo. Isso refletiu positivamente, pois os políticos argumentavam que o olho eletrônico estaria à disposição dos cidadãos de bem e contra os criminosos, além do fato que a implantação de CFTV é algo muito mais visível do que ações contra tráfico de drogas, mulheres, órgãos e

crimes de forma isolada. Agora as câmeras estavam expostas para ratificar na mente do cidadão que ele não estava sozinho na luta contra a criminalidade (MCCA HILL, 2002).

Em muitas nações, o mesmo foi visto como uma ferramenta de combate ao crime. Apesar disto, essa tecnologia vai além da preservação da criminalidade (TILEY, 1998), sendo na realidade um importante instrumento de controle de conduta e dos fluxos sociais. A câmera de vigilância não deve ser vista como um sistema isolado e com uma única função. Ela é, na verdade, complexa, interligada e correlacionada com outras tecnologias (COLLEMAN; SIM, 2000).

Com a invasão gradativa do espaço público por sistemas de vigilância, o CFTV passou a ser uma importante ferramenta de difusão do controle social por meio de tecnologias. Entretanto, um acontecimento histórico alterou toda uma concepção mundial com relação à vigilância. Os ataques terroristas foram um evento ambivalente. De um lado, o mundo se assustou com a possibilidade de novos ataques; do outro, os sistemas de vigilância passaram a ser vistos como a única solução para impedir novos ataques. O medo havia sido implantado novamente na mente das pessoas e a vigilância eletrônica parecia ser a melhor solução para afastá-lo. A vigilância eletrônica tem essa capacidade? Ou na verdade está se embasando em um discurso convincente para se instalar?

2.4.4 Guerra ao terror ou um admirável mundo novo? O mundo depois de 11 de setembro

Após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, houve uma intensificação da vigilância em todos os aspectos sociais, tornando-se uma tendência mundial em quase todos os países. Enquanto as nações mundo a fora reforçavam a ideia do uso de sistemas de vigilância para manter a segurança nacional e afastar o temor de um novo ataque terrorista, uma nova onda de controle dominava quase todas as cidades sem nem ao menos ser notada (LYON, 2007). Lyon (2003b) defende que depois dos ataques terroristas muitas questões relacionadas à vigilância eletrônica tornaram-se urgentes. Com eles, tudo que existia e conhecia até então foi alterado. Hoje em dia não é raro ver sistemas avançados de vigilância sendo implantados em escolas, hospitais, hotéis e aeroportos. Mas qual é o risco deste discurso, pós-ataques?

Com isso, a segurança nacional se transformou na tarefa primordial do Estado. Alguns teóricos ratificam que esse discurso se apresenta como emergente (BIGO; TSOUKALA, 2008), no qual existe uma profunda preocupação com a possibilidade de novos ataques. O medo estava sendo administrado em favor da vigilância eletrônica (VIRILIO, 2012). Este sentimento era compartilhado por políticos mundo a fora e o grande público em geral. Como resultado, as políticas governamentais para implantar mais aparatos de vigilância foram legitimadas e bem aceitas (ABE, 2004; LYON, 2003b). Após 11/9 tornou-se uma prática comum os sistemas de vigilância invadir a vida das cidades em uma nova forma de militarização da vida cotidiana.

Lyon (2007) ratifica a ideia de Virilio (2012) e argumenta que o terreno social da sociedade da vigilância eletrônica é o medo, observando a cultura do medo como algo

essencial na contemporaneidade. Todos os sujeitos passam a ser alvo em potencial deste medo e a utilização de vigilância eletrônica é vista como uma maneira de afastar esse medo/risco.

Teóricos e estudiosos em vigilância passaram a analisar o mundo pós-ataques como a proliferação da cultura do medo (GRAHAN, 2006), pois existe uma demonização dos Árabes e mulçumanos e em todas as áreas que estão envolvidas nos ataques militares norte-americanos intitulados de *guerra ao terror*, que usam o discurso da democratização destas nações para invadir, controlar e absorver suas riquezas. Ball (2006) argumenta que o medo do crime e do terrorismo tem ratificado a importância dos sistemas de vigilância, porém defende que se deve existir uma resistência mais organizada contra estes sistemas, que com o discurso de se aumentar a segurança interna e proteger os cidadãos as identidades e subjetividades estão sendo esquecidas.

Diante deste medo, novas medidas foram tomadas. Lyon (2003b) ratifica seu pensamento ao afirmar que depois de 11/9 muitas das liberdades conquistadas por meio de lutas por igualdade e direitos civis foram revogadas por leis como a US Patriot Atc. Com esta lei, todo e qualquer cidadão seria alvo em potencial de uma investigação e o governo teria acesso sem restrições a qualquer dado e a qualquer hora. Em seguida, foi implantado o Homeland Security Atc, que é um departamento governamental no qual os dados são tratados e classificados, fora os outros sistemas criados em outros países com o mesmo intuito (LYON, 2003b; 2007).

Depois dos ataques terroristas dois aspectos centrais da sociedade da vigilância eletrônica sofreram mudanças significativas: o primeiro é a vontade dos governos em investir massivamente nestes sistemas, e o segundo é a aceitação passiva dos cidadãos quanto a sua implantação. Ao mesmo tempo, graças aos avanços em tecnologias da informação, existem muitas maneiras novas de se marcar, controlar e conduzir o comportamento social. Estas técnicas passaram a se propagar pelo mundo, não como sistemas de vigilância controladora e implacável, mas como a única forma de proteger as pessoas no combate ao crime, especialmente ao terrorismo. A sociedade da vigilância eletrônica é uma mistura cruel do admirável mundo novo, como o livro de Orwell, "1984", no qual os cidadãos são sujeitos de uma complexa teia política de dominação e controle dos fluxos sociais. Todavia, o que isso tudo tem a ver com o Brasil?

2.5 Vigilância no Brasil pós-panóptico

No Brasil, é fato, nunca houve um atentado terrorista semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos, as tragédias brasileiras são outras. Em uma sociedade onde as instituições públicas são lentas, burocráticas e corruptas, os serviços que deveriam manter os cidadãos seguros inexistem ou estão sucateados, e a violência urbana se configura como o principal risco à sociedade brasileira. Todavia, o que realmente interessa é saber: o que conduziu o Brasil a investir em vigilância eletrônica?

O país vem passando historicamente por longos períodos de descaso na saúde, educação, mobilidade urbana, infraestrutura e defesa civil, causando em muitos centros urbanos um caos em suas instituições. Mas o principal discurso utilizado na implantação deste tipo de tecnologia é a criminalidade, que no país alcança dados alarmantes. A quantidade de

assaltos, homicídios, estupros, entre outros, é tão grande que a nação é considerada uma das mais violentas do mundo, mesmo sem ter guerra declarada. A guerra brasileira é urbana, silenciosa, mas amedronta a todos, gerando uma cultura do medo semelhante o do terrorismo em países como Estados Unidos e Inglaterra.

Em meio a um mundo pós-ataques 11 de setembro, envolvido em uma guerra intitulada "guerra ao terror", e com altos investimentos em vigilância eletrônica mundo afora, os grandes eventos em nações com poucos sistemas tecnológicos de defesa social, como é o caso do Brasil, tornam tais eventos sumariamente um alvo em potencial. Para coibir qualquer tipo de ação terrorista ou de violência urbana, foi exigida a implantação maciça deste tipo de tecnologia. A tecnologia tem o poder de solucionar os problemas sociais de um local?

Muito se questiona sobre a utilização e potencialidade destes sistemas no pós-evento. Antecipar o que será feito e como o será é uma tarefa praticamente impossível. Pode-se apenas afirmar, com base em outras experiências semelhantes, que após a inserção de sistemas de controle dos fluxos sociais é praticamente impossível que estes sejam retirados.

Com base na matriz de responsabilidades, o governo federal está investindo milhões na implantação dos chamados Centros de Comando e Controle Integrado (CICC), cerca de 1,879 bilhões de reais (PORTAL DA COPA, 2012). Entretanto, não é contraditório o governo aprovar um investimento de quase 2 bilhões de reais, enquanto luta para não disponibilizar 10% do produto interno bruto (PIB) em educação? Enquanto paga salários baixos aos policiais civis e militares?

Esta análise não é uma tarefa simples, pois envolve uma intensa economia política em torno, tanto do evento em si como dos sistemas de vigilância eletrônica e a necessidade de uma governabilidade mais eficiente em conjunto com a governança tecnológica. Baseado no que já foi exposto sobre a vigilância eletrônica, pode-se deparar facilmente com a proliferação dos corpos dóceis, teorizado por Foucault. Fato este, identificado, por meio de uma análise rápida dos grandes meios de comunicação nacional, no qual enfatizam diariamente a violência urbana, incentivando a cultura do medo. Apesar de nunca ter ocorrido ataques terroristas, por que no país a implantação de sistemas invasivos e que cerceiam a liberdade não gera uma revolta nacional?

A legitimação destes sistemas, em solo nacional, dá-se principalmente pelo medo generalizado da violência urbana. O risco de ser vitimado pela violência nos grandes centros urbanos é real. Com isso, a gestão do medo utiliza-se deste argumento para docilizar os cidadãos.

2.6 Conclusão

Ao fim deste capítulo, toda a teoria sobre a vigilância, que é importante para compreensão do fenômeno da implantação do CICC-PE, foi debatida. Em meio a uma sociedade cada vez mais tecnológica e com uso de aparatos mais inteligentes, não seria possível se perceberem todas as nuances e possibilidades políticas do CICC-PE sem se conhecerem os caminhos pelos quais a teoria vem percorrendo ao longo do tempo.

A principal contribuição deste capítulo é, por fim, mostrar ao leitor, de forma crítica, que a implantação de um sistema de vigilância eletrônica é, na verdade, apenas uma forma

mais velada de controle absoluto. Entretanto, muitos acreditam que sua implantação servirá para o fim do medo. Pelo contrário, este tipo de sistema se alimenta do medo.

3 Da Governabilidade à Governança tecnológica: Biopolítica de Foucault aos dias atuais

3.1 Introdução

Neste capítulo, são apresentados os principais caminhos que conduziram o estado em busca de um governo mais eficiente. Vale salientar, que desde a Idade Clássica ocorreu um intenso processo de inserção de tecnologias do poder, sejam elas focadas no aparelho do Estado, nas instituições, na legislação ou na família.

O mesmo conduziu o leitor a adentrar no pensamento foucaultiano sobre a arte de governar. Logo de início, pode-se deixar claro que segundo esta concepção toda a investigação foi focada sob as formas de técnica de vigilância voltadas para o indivíduo, de modo a conduzi-los de maneira contínua e permanente, o que não significa total desvinculação dos métodos de governo político e estatal.

O termo *gouvernementalité* foi desenvolvido por Michel Foucault em suas palestras no Collège de France, que ficou conhecido na coletânea *Segurança, Território e População* (1978). Para o autor, este termo procura distinguir as mentalidades particulares das artes e dos regimes de governo. O termo governo é usado nesta visão para qualquer direção da ação humana (FOUCAULT, 2008, DEAN, 1999).

Historicamente, este termo surgiu no fim do poder pastoral, transformando-o sumariamente em um importante pano de fundo para se compreender todo esse processo que conduziu a sociedade moderna em busca de um governo mais racional (SIMONS, 1998). Foucault (2008) argumenta que o Estado moderno surgiu com a intensificação da governabilidade, tornando-se uma prática efetiva.

Ao fim da primeira fase deste capítulo, no qual foi apresentada uma visão puramente foucaultiana sobre a governabilidade, em seguida, foi iniciada a segunda fase, que consiste em uma explanação crítica sobre a governabilidade pós-Foucault. Com isso, foram inseridos os novos conceitos sob a visão de autores pós-modernos, tais como Antonio Negri e Michael Hardt, dentre outros, para, por fim, conduzir o leitor à governança tecnológica, que é uma evolução da governabilidade de Foucault.

3.2 A arte do governar: o poder pastoral em Foucault

A evolução da humanidade é facilmente associada ao conceito de governar. Quando o homem deixou de ser nômade e descobriu o cultivo de plantas e a domesticação dos animais, toda a estrutura da sociedade começou a ser modificada e os primeiros núcleos familiares surgiram.

Com a estruturação das nascentes sociedades, o homem poderia ter seguido por dois caminhos: o agrícola e o pastoral. Muitas das civilizações antigas optaram pelo pastoral. Este

pode ser associado a muitas culturas, entretanto teve na judaico-cristã sua representação máxima, na qual um povo nômade dotou um único senhor para conduzir suas vidas, e por meio dos pastores escolhidos por este "ser" onipresente e onipotente buscariam a terra prometida e a salvação eterna (HAUDRICOURT, 1962). Presente em muitas culturas antigas, Foucault (2008) ressalva que este tipo de governo não era bem visto nas civilizações greco-romanas, que dispunham de outra forma de governar suas cidades-estados. Mesmo sem representar todas as grandes potências da antiguidade, este tipo de poder é encontrado em outras nações, tais como a egípcia, por meio da figura dos Faraós, detentores do poder, dado pelos deuses, de governar a população, sendo facilmente associado à figura pastoral. Outra grande civilização que utilizava o conceito do poder pastoral, apesar de não explícito, era a chinesa, por meio da ideologia do confucionismo (FOUCAULT, 2008).

O pastor é visto como um líder/governante, detentor de total poder diante do rebanho-povo. Foucault (2008) percebe essa relação como algo essencialmente bom, pois toda a ideologia em torno desta é conduzida para a sobrevivência de uma coletividade.

Todavia, diferente de outras modalidades de governo, a atividade pastoral possui algumas peculiaridades. A primeira característica que a diferencia do modelo de governo greco-romano é o seu objeto. Diferente deste último, que visa na proteção da cidade sua principal função no governo pastoral, a importância está nos indivíduos, que constituem o rebanho-povo. O pastorado passou a estar atrelado ao deslocamento ao invés de territórios fixos (FOUCAULT, 2008; DEAN, 1999).

A segunda característica é a busca em se *fazer o bem*. Porém, esta particularidade não é exclusiva do pastorado, podendo ser identificada nos governos gregos e romanos. A diferença está na ênfase dada pelo pastor ao perceber esta função como seu foco central (FOUCAULT, 2008), conduzindo sumariamente a terceira distinção que é a noção de salvação.

Salvar o rebanho era a sua principal função. "O fato de existir um pastor implica que, para todo indivíduo, existe a obrigação de obter a salvação" (FOUCAULT, 2008, p.68). O poder pastoral, portanto, refere-se a uma análise da consciência. A salvação do rebanho logo se transformou na da alma. O pastorado também está relacionado com a lei, neste caso, divina, pela qual só poderia alcançar a salvação quem a seguisse sem questionar. Com isso, adentra-se na quarta característica que é a do responsável por zelá-lo, constituído a partir da imagem central do pastor. Como figura basilar deste tipo de poder, a ele foi concebidas atividades específicas, tais como reunir, proteger e guiar. Com isso, ele e o seu povo passam a ter dupla dependência, na qual um depende da existência do outro (DEAN, 1999; CASTRO, 2009).

A quinta e última característica é quanto à missão do pastor, que é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que ele tem o dever de olhar para todas as suas ovelhas, não pode descuidar de nenhuma em particular. O seu poder totalizante se transfere para o individual, no qual o saber se torna o elemento-chave deste tipo de governo.

Com base nestas características, o poder pastoral passou a formar um importante tipo de governo na antiguidade, que se expandiu por toda a Europa graças ao crescimento do cristianismo como instituição de poder e controle social.

Este tipo de governo obteve seu auge no período medieval, por meio da Igreja Católica. Durante quinze séculos o mesmo se deslocou, alterando-se por meio de novas

instituições e formas de poder. O controle exercido pela Igreja cristã cuidava essencialmente do governo das almas dos indivíduos, exercendo-o, entrando no âmago da principal instituição, a família. O poder pastoral cristão, contudo, apresenta duas características diferentes do anterior, mais livre das amarras da burocracia e das instituições (FOUCAULT, MICHEL, 1995).

A primeira novidade reside na vigilância minuciosa e ininterrupta sobre as ovelhas/povo, em que este poder teria como intuito ensiná-las e doutriná-las, conduzindo-as em direção da conduta integral. Por meio desta vigilância, este tipo de poder teria o saber/conhecimento sobre o comportamento das pessoas. É difícil não notar a semelhança entre o poder pastoral e o poder disciplinar exercido pelas instituições modernas e pós-modernas.

A segunda diferença está no uso da consciência como forma prática de controlar os cristãos, de modo que o olhar do outro o manteria sempre em estado de alerta e vigília, sendo instaurada a obediência individual, absoluta e permanente. Apesar de toda essa influência, foi com a Contra-reforma que este ganhou intensidade. Desta maneira, houve a busca por uma influência individual ainda maior, no que Foucault (1995) argumenta ser uma forma ostensiva e obrigatória de agir e pensar, influenciando diretamente na formação das subjetividades dos indivíduos, passando a ser reconhecida como uma *técnica de governo*.

O pastorado foi a primeira grande forma de governar do mundo antigo. Com influência em todo o continente Europeu, se apresentou como uma nova forma de controlar e vigiar os fluxos sociais. Todavia, o mundo estava mudando rapidamente e este sistema de governo não condizia mais com a realidade. Apesar de relevante, estava sendo substituído. Com o surgimento do Estado Moderno e suas práticas racionais de governar – por meio de controles estatísticos, policiais e fiscalização –, se fazia necessário bem mais do que o conhecimento sobre os indivíduos. O poder deixava gradativamente as mãos dos pastores. Esse movimento ficou conhecido por Foucault (2008) como a *arte de governar*.

3.3 Racionalidade do governo: o nascer da governabilidade

No decorrer de séculos, o poder pastoral detinha o poder hegemônico social, cultural e econômico. Contudo, uma nova forma de pensar e governar surgia como um contraponto às leis religiosas. A razão se apresentava como uma nova lógica governamental. Foucault (2008) alega que com o nascer da razão estatal a legislação perde seu caráter religioso e adentra em uma esfera mais política. Para ele, este novo tipo de governo carrega em si o próprio golpe e a paz vista no pastorado é substituída pela violência do golpe estatal.

Com base neste pensamento, Foucault (2008) viu-se desprovido de uma palavra que representasse todo o seu conceito. Sem encontrá-la no dicionário francês, o autor, por meio de neologismo, criou uma palavra que definisse esse novo tipo de poder estatal mais racional. Por meio dela possibilitou a explicação do funcionamento desta complexa rede de articulações políticas, econômicas, éticas, religiosas e de controle que formava o Estado moderno. A palavra desenvolvida por ele foi *gouvernementalité*⁸.

⁸ Esta palavra foi criada por Foucault, portanto não existe nem na língua oficial francesa nem em nenhuma outra, podendo ser traduzida de duas formas distintas, mas que para esta pesquisa tem o mesmo significado são elas:

A governabilidade emerge com a separação do governa à pessoa do soberano, que por meio da razão estatal impõe uma nova forma de poder mais violento que o pastoral, que vem velado, em forma de racionalidade. Emergindo a ascensão do poder sobre a vida como um problema político e estatal (CANDIOTTO, 2010).

Ao fundir o termo governar (*gouverner*) com a mentalidade (*mentalité*), Foucault (2008) enfatiza a interdependência entre o exercício de governo (práticas) e as mentalidades que sustentam tais práticas. Em outras palavras, a governabilidade pode ser vista como um esforço de se criarem sujeitos governáveis por meio de controle, normatização e modelagem das mesmas. Portanto, a governabilidade como conceito identifica a relação entre o governo do Estado (prática) e o governo do eu (moralidade).

Concomitante ao processo histórico que culminou na formação da governabilidade, é possível distinguir três tipos de Estado. O primeiro é o *Estado de Justiça*, próprio do período feudal, onde as leis definiam a territorialidade. Em seguida, entrou em vigor o *Estado Administrativo* onde a territorialidade era determinada pela delimitação das fronteiras, das forças, das riquezas de cada potência. Por fim, *Estado de Governo* que não se define mais essencialmente em função do território, mas, sim, em função do conjunto de população. Cada tipo de Estado corresponde a um poder diferente (o soberano, o disciplinar e o biopoder). Vale salientar, que não existe uma linearidade histórica entre os três tipos de Estado.

O poder governamental difere do pastoral no tocante ao fato de que o mesmo não está interessado em buscar a felicidade e a individualidade de todas as ovelhas. Há uma mudança substancial neste conceito em que as pessoas agora são vistas como uma população e a busca agora seria por um bem-estar totalitário. "Trata-se agora de fazer de tal modo que o Estado não intervenha senão para regular" (FOUCAULT, 2008, p. 466). A arte de governar passa a ser atrelada à racionalidade econômica e à razão do Estado passa a ser dominado pelo pensamento economista do mundo (DEAN, 1999).

A governabilidade envolve um governo de conduta, a partir de um controle direto baseado em um tripé desenvolvido por Foucault (2008): soberania-disciplina-governo. Isto é claramente mais impactante que o tipo do governo do soberano. Na verdade, este novo tipo de poder infiltra-se em uma série de discursos, normalmente concebidos como alheios à política do poder (DEAN, 1999; BROWN, 2006). Diante de tantas mudanças, Foucault (2008) argumenta que existe uma nova governabilidade. Esta passa a ser vista não como uma forma de impor à lei e, sim como uma maneira de se criarem táticas e estratégias para conduzir o controle dos fluxos sociais. Com a razão econômica sendo incorporada pela razão estatal, a governabilidade passa a ter outras características que a constituem como uma nova forma de racionalidade.

Foucault (2008) elenca algumas destas: a primeira diz respeito à própria inclusão da economia no Estado, passando a ser vista com naturalidade. Com essa naturalidade social implantada, o segundo ponto surge quase sem ser percebido, que é o conhecimento científico, passando a garantir neste novo tipo de governo o sucesso ou insucesso. O "conhecimento científico é indispensável ao governo, mas o que é muito importante é que não é um conhecimento certo (...) interno a arte de governar" (FOUCAULT, 2008, p. 472). A ciência e

governabilidade ou governamentalidade. Portanto, em todo o texto será usado o termo governabilidade fazendo uma alusão a *gouvernementalité* de Foucault.

o governo possuíram uma racionalidade importante para a governabilidade. Parece racional o uso da governabilidade como ferramenta entre as formas de governo e as racionalidades (LEMKE, 2001; CANDIOTTO, 2010).

O conceito-chave da nova governabilidade é a razão política da governança, conduzindo este conceito à formação de subjetividade, por meio da formação de sujeitos/cidadãos governáveis, e à subjetificação (FOUCAULT, 1991, ROSE, 1999, LEMKE, 2001).

Com base em tudo que foi exposto sobre a governabilidade, esta pesquisa a considera sob a perspectiva da política crítica. Diante disto, Dean (1999) fornece uma tipologia que ele chama de análises de governo. Ele lista a identificação da problematização como prioridade relativa ao processo, mecanismos e táticas de governança, percebendo-a como assembleias ou regimes, não uma totalidade homogênea em uma alusão no que Haggerty e Erickson (2000) percebem em relação à vigilância, vendo-a como uma assembleia complexa. Já sobre a perspectiva de Deleuze (1992), o dispositivo de poder, destaca-se a preocupação com os aspectos técnicos de governo. A análise de governo também o considera racional.

Seguindo esta linha analítica, o pensamento racional é um coletivo, em vez de uma atividade individual. A governabilidade não se trata da representação da mente individual, e sim de uma coletividade. As mentalidades são unidades relativamente limitadas que são facilmente acessadas, mas está diretamente ligada à construção discursiva do espaço social. Por tal motivo que o estudo da governabilidade possibilita um controle mais efetivo dos fluxos sociais (BURCHEL, GORDON, MILLER, 1991).

3.4 Governabilidade e o biopoder

A evolução do significado de governabilidade deu-se em conjunto com diversas mudanças nas formas de poder. Entre elas, pode-se destacar o poder estatal, que mostrou ser um regulador de forças. Desta forma, ele deixou de ser possuído e passou a ser exercido. Foucault (2005) alega que o exercício do poder cria o saber, que começou a ser visto como a forma de controlar, no qual o poder legitimado só pode ser exercido com base em um saber coletivo.

Desta forma, a governabilidade percebe na população a possibilidade do exercício do mesmo. Com o surgimento de uma nova racionalidade governamental, entende-se no termo "segurança" o desenvolvimento socioeconômico de uma população. Foucault (2008) propõe que a questão da segurança sempre permeou os diversos tipos de governo. A diferença para ele é que na governabilidade ela ganha conotações econômicas, passando a representar a prosperidade do próprio Estado moderno.

Quando o autor analisa o poder na governabilidade, define-o como o princípio do próprio agir, que significa que os indivíduos são livres para escolher. Todavia, vale lembrar que na concepção foucaultiana não existe a liberdade per se, e sim práticas de liberdade que podem criar e produzir modos de se governar a população (FOUCAULT, 2008, DEAN, 1999). Portanto, a governabilidade é mais uma doutrina econômica e política.

Sobre a problemática da população, a sua descoberta conduziu à identificação do indivíduo como um ser *metafísico*, trabalhador e social. O elo população-indivíduo introduziu

um sentido um pouco paradoxal da vida para o exercício de poder (DEAN, 1999). A população passou a representar produção de riquezas, trabalho e tecido social governável (FOUCAULT, 2009; ROSE, 1999). Esta forma de pensar deu origem ao conceito de biopoder.

Quando o poder abandonou o modelo da soberania e adentrou no da disciplina, o mesmo passou a tomar forma de biopoder, no qual o conceito da vida tornou-se objeto central deste. Este conceito trata da atuação do poder sobre os corpos, a partir de diversos processos de organização da vida social. A arte de governar, como o biopoder, não se exercerá mais sobre o corpo do indivíduo como na sociedade disciplinar, mas sobre a população (FOUCAULT, 2008). Sob esta perspectiva, o autor vai chamar o governo político em torno da população de biopolítica, ou seja, trata-se de governar populações, controlá-las. A população tornou-se sumariamente um objeto que importa ser conhecido para ser controlado (FOUCAULT, MICHEL, 1995).

A biopolítica passou a constituir um esforço preventivo empreendido pelo Estado, em controlar e regular as condições de vida de uma população. Por meio deste conceito, tentou-se mapear todas as variáveis relativas à vida. A ideia seria intervir em todos os aspectos em comum de um contingente populacional. "De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando?" (FOUCAULT, 2000, p. 289). O autor introduz este questionamento no início de uma de suas palestras, evidenciando a importância do novo entendimento acerca da população, pois, para ele, antes de ser uma questão política, o biopoder se referia às taxas de natalidade e mortalidade. Apesar de este ter sido o primeiro elemento da biopolítica, tudo passou a configurar uma questão de Estado no momento no qual ações políticas e econômicas passaram a compor as questões ligadas à vida. Por exemplo, se um país tem baixos índices de natalidade, poderá sofrer escassez de mão-de-obra jovem, um envelhecimento acelerado da massa economicamente ativa, o que provocaria em longo prazo dados econômicos ao país. Invertendo a situação, se em um país existe um alto índice de natalidade, a necessidade de infraestrutura é muito maior e a possibilidade de se criarem zonas de exclusão também o é. Por meio de um simples exemplo, foi possível perceber que o biopoder é tanto econômico quanto político-social. Seguindo a mesma linha de raciocínio, a biopolítica lida com a população e a população com os problemas políticos.

O biopoder destina-se, portanto, à preservação do homem-espécie, da vida coletiva, do corpo social. Foucault (2000) alega que estas ações políticas são como objeto de poder – um poder que se preocupa com a vida e que, ao mesmo tempo, busca normatizá-la – a partir de um novo conceito de população compreendido por meio da biologia. Logo, se no poder disciplinar o foco estava nos corpos individualmente dispostos, o biopoder privilegia o corpo social amplo, aberto e contingencial. É preciso, por conseguinte, proteger o corpo social e a vida da população. Neste caso, o biopoder se exerce ao nível da vida (FOUCAULT, 2000; HARDH, NEGRI, 2006). No novo tipo de poder, não são só os corpos devem ser controlados, e sim toda uma população.

Outros mecanismos passaram a ser implantados. Diferente dos disciplinares, os da biopolítica vão tratar primordialmente do indivíduo coletivo. Os mecanismos disciplinares se importavam com o controle e a produtividade de uma população. Entretanto, esta relação foi modificada e o que importa agora não são medidores locais e individuais de qualidade e eficiência, e sim estatísticas globais sobre a população. Na biopolítica, leva-se em

consideração a vida, na qual os processos do homem-espécie servem para assegurar a regulamentação (FOUCAULT, 2000; CANDIOTTO, 2010).

Foucault (2008) argumenta que os mecanismos de poder disciplinar são vistos como uma forma de controlar o corpo-máquina, no qual o poder disciplinar age a partir do controle do tempo e da produtividade. No poder biopolítico, essa relação sofre uma mudança para o controle do corpo-espécie, sendo a gestão da vida como um todo. Todavia, ele chama atenção para uma mudança significativa no conceito da vida. No poder soberano, o regente tinha o poder de definir quem vivia ou morria, por meio do suplício. Na sociedade disciplinar, o poder está sobre a vida e no biopoder está em gerir a vida, por meio da vigilância e do controle, com o intuito de ampliar os aparelhos de produção capitalista.

O conceito de biopoder passou na modernidade e pós-modernidade a ser facilmente associado ao poder, relacionado diretamente à economia capitalista, na qual a população perde sua coletividade e é conduzida em um processo, quase esquizofrênico, de individualismo. Com o deslocamento da noção de população, não é de se estranhar que o próprio conceito de biopoder foi ressignificado. Mas, como esse processo ocorreu? O que fez o Estado, antes soberano, perder sua hegemonia para a economia? O liberalismo e posterior neoliberalismo tornaram-se o algoz de seu criador?

Com base nestes questionamentos, para se compreender este processo complexo e cheio de nuances, o capítulo adentra em sua fase crítica, e quiçá mais densa, sobre as causas que levaram o mundo ocidental a ser o que é. Para tanto, foi selecionada uma coletânea de autores críticos ao liberalismo e neoliberalismo sobre a perspectiva do biopoder, para que ao fim deste caminho a governança tecnológica fosse desvelada.

3.5 Crítica ao liberalismo: uma visão acerca do biopoder

O capitalismo é apenas mais um modo de produção, e, como tal, produz e se reproduz, contendo algumas particularidades que o diferenciam dos anteriores, já que neste novo tipo a vida é vista como algo a ser transformado em produto e o biopoder é cada vez mais presente. Sua configuração mutante, isenta de reprodução social, sujeita a sociedade inteira. Tudo agora passa a ser visto por meio do olhar econômico. Todavia, não se pode compreender a dinâmica política e as configurações contemporâneas que conduziram o mundo a um biopoder pós-moderno e a um liberalismo violento, sem perpassar por um dos principais críticos da política e economia do século passado.

Carl Schmitt foi um jurista e filósofo alemão que, por meio da crítica a República de Weimar, tornou sua teoria, sobre a política, a democracia e o Estado moderno, atemporal. O autor, por toda a sua obra, condensou debates entre liberdade e igualdade, autoridade e democracia. Apesar de inicialmente ter se associado ao pensamento liberal, logo começa a criticá-lo de forma veemente.

Vale salientar que, por ser um autor complexo, Schmitt será apresentado nesta subsecção com base em seu pensamento central, que é a crítica ao liberalismo. A escolha desta se deu, pois é considerada uma das suas principais críticas. Mas o que, necessariamente, isto tem haver com o biopoder, a governabilidade e a governança tecnológica?

Explicitamente, é muito tênue essa ligação. Entretanto, sem a compreensão clara do que é política, não se podem alcançar com nitidez os caminhos também tortuosos do biopoder pós-moderno. Muito menos compreender por que o neoliberalismo foi incorporado na sociedade de tal modo que não há, por hora, como separá-lo. Por tal motivo, nesta subseção, optou-se por retornar às teses schmittianas sobre o liberalismo, já que este é o fio condutor de toda a articulação política em torno do discurso da governança tecnológica do CICC-PE, questão central desta pesquisa.

Schmitt, em toda a sua vasta obra, escreve acerca da sua crítica ao liberalismo, e mesmo tendo sido um dos idealizadores da Constituição de Weimar, passa a criticá-la veementemente e declara guerra à junção ilógica entre a democracia e o liberalismo. Nesta crítica, ele perpassa por diversos temas centrais, tais como individualização, democracia parlamentar, soberania e o conceito do político.

Schmitt (1986) compreende em seus estudos sobre o romantismo político que o sujeito passou a ser idealizado e individualizado em uma espécie de mundo paralelo em que tudo se transformou em um espetáculo estético. Ao construir este argumento, o autor intenta adentrar em um solo pouco explorado pelos seus contemporâneos, que foi a influência da cultura do romantismo para a política moderna. Com base em um estudo aprofundado sobre o homem romântico, ele começa a esboçar uma de suas principais críticas, que é o processo de *Deuzificação* do homem, peça fundamental de toda a ideologia liberal.

Para o autor, os pensadores românticos – podendo-se incluir os pensadores liberais que compartilhavam este ideal – passaram a atribuir ao liberalismo toda e qualquer arte. O homem liberal era, hipoteticamente, livre para escolher como desejaria viver e seu universo era o único que importava. Com isso, o espaço coletivo e público passou gradativamente a perder representatividade. Está visão estetiza os conflitos reais, e a religião, a moral, a ciência e a política passaram a ser tratadas como temas de um indivíduo isolado, intensificando o processo de individualização da sociedade ocidental. Em meio a este processo, os antagonismos sociais, importantes para uma construção crítica da sociedade, são transportados de uma realidade concreta para a abstração individual (MCCORMICK, 1997).

A natureza secreta do romantismo criticada por Schmitt (1986) evidencia que o liberalismo age sob a égide da sedutora relação emocional, transformando o homem em seu próprio senhor e, ao mesmo tempo, passando a ser escravo de seus próprios desejos, esvaziando a atividade política dos seres humanos. Para Bernardo (2004), o romantismo político criticado por Schmitt evidencia que essa despolarização e neutralidade, de certo modo desejada pelo liberalismo, estaria ligada a todas as ações sociais, especialmente às questões política e econômicas. Para Schmitt (1986), a política exercida pelos românticos é, portanto, a inclusão bio-estética da passividade, em detrimento da vitalidade política. Com isso, o liberalismo, ao conduzir o indivíduo centralizado à condição de ordem suprema, despolariza e neutraliza a vida política, dando a ele a falsa ilusão de autogestão.

Com base nesta crítica, o autor adentra no conceito de Estado moderno e soberania. "O conceito do Estado pressupõe o conceito do político" (SCHMITT, 1992, p. 43). Com isso, o Estado é visto como o lugar do político, no qual estes dois mundos se fundem, mas vale salientar que sem a política não existe nada. Em sua crítica ao Estado liberal, Schmitt (1992) conduz seu pensamento à compreensão da formação do Estado moderno e sua complexa relação com o conceito do político, uma vez que, de modo geral, o político é relacionado ao

Estado e a sociedade é vista como algo não-estatal e não político (MCCORMICK,1997). Contudo, o pensamento Schmittiano vem desfazer esta ideia, evidenciando que o político nasce do povo e o Estado é apenas uma versão privilegiada do conceito do político (FERREIRA, 2004).

Diante disto, Sá (2001) compreende a tese schmittiana por meio de duas partes centrais: a representação e a soberania. Para o autor, o Estado moderno nada mais é do que uma unidade política e sem ela não tem como existir o sujeito político, importante para a construção da sociedade. Schmitt (2007), em seus ensaios sobre a representação do Estado, argumenta que tal unidade política não é apenas uma ação normativa, mas algo que precisa tornar-se visível. O autor, então, separa o conceito de representação em três vertentes centrais: a primeira é a relação entre ausência e presença do Estado. Em seguida, a representação tem haver com a dignidade, quer seja do representante ou do representado. Por fim, traduz-se no caráter público, não apenas privado quanto ao representante e representado, como tanto defendem os liberais.

Schmitt (2007) descreve que a representação apenas de assuntos privados abandona a representação pública e a dignidade do representado. Neste, o Estado moderno deveria consistir na representação de um agrupamento político, portanto, coletivo de uma pluralidade. Com isso, o povo se transformaria em uma unidade política. Com base neste conceito, Schmitt critica a democracia liberal, já que para ele não existe democracia, e sim um totalitarismo disfarçado por meio da ditadura da maioria.

Ao criticar o liberalismo, o autor inicia uma dura crítica ao sistema conhecido como democracia parlamentar. Esse tipo de governo, desenvolvido no período da república de Weimar (1919- 1939), foi visto inicialmente pelo autor como a única forma de democratizar a Alemanha, que havia sido devastada pela primeira guerra mundial. Porém, logo o ideal liberal também foi absorvido por este sistema de governo e o corrompeu, transformando-o em uma das principais críticas schmittianas ao liberalismo. Schmitt, ao conceituar a representação, está, na verdade, criticando declaradamente a democracia parlamentar ou o próprio conceito de democracia.

Vincular liberdade à democracia é, para o autor, um artifício utilizado para evocar o individualismo perante o Estado, tornando-o seres passivos e cada vez mais distantes do sujeito político e coletivo. Schmitt (2006) acaba declarando que a democracia parlamentar nada mais é do que um falseamento liberal. Para tanto, o autor define o conceito de democracia: "democracia é a identidade entre dominados e dominadores, de governantes e governados, dos que mandam e dos que obedecem" (SCHMITT, 1996b, p. 230). Na democracia schmittiana, o ato de autodeterminação do governo de si mesmo passa a ser parte essencial de sua crítica, onde a democracia parlamentar é vista pelo autor como uma fachada utilizada para que os partidos políticos, regidos pelo poder econômico, impusessem suas vontades em nome de toda a população.

Com isso, existe uma transformação do conceito de representação e a democracia parlamentar é vista como o fim da unidade política. Neste momento, o autor inicia a sua crítica mais polêmica, que é a ligação entre democracia e ditadura. A ditadura em termos schmittiano é vista como uma forma de dominação. Com isso o que está em jogo não é a liberdade, e sim a homogeneidade social. Para ele a ditadura da maioria, a ditadura do

proletariado, deve ser vista como formas totalitárias de exceção de poder e não por meio da representação da uma unidade política e social (SCHMITT, 1968).

Com base no seu conceito de ditadura, o autor observa que não pode existir ditadura sem um soberano, portanto, "soberano é aquele que decide sobre o Estado de exceção" (SCHMITT, 2006, p.15). De forma simples, o soberano não é apenas uma figura ilustrativa, e sim a entidade que detém o poder de decidir. Sá (2001) argumenta que o poder soberano não pode ser visto como uma imposição ou um elemento exterior, e sim como uma ação legalizadora da ordem social. Desta forma, a decisão passa a estar atrelada a todas as ações políticas.

Com este conceito, o autor inicia mais uma fase de suas críticas ao liberalismo, já que é sabido que no liberalismo existe uma supremacia do privado em detrimento do público e o Estado moderno. Com isso, o campo político estaria ligado ao sujeito social, portanto, a soberania também o seria. Ferreira (2004, p.173) diz que "o soberano, em primeiro lugar, é, por definição, um sujeito político".

Schmitt (2006) interpreta a soberania sob a perspectiva de que o soberano é aquele que tem o poder de decretar o estado de emergência. Na crise, o poder real mostra-se para enfrentar o risco instituindo com isso o estado de exceção, e só ele pode revelar o verdadeiro soberano. Com o liberalismo, o soberano deixa a figura de um regente e passa a ser composta pelo capital.

Mouffe (1999) argumenta, sob a perspectiva schmittiana, que a soberania popular deve ser vista a partir do princípio da construção de identidades coletivas, por meio das quais os conflitos são criados e resolvidos, em um ciclo sem fim de criação de amigo-inimigo, ratificando a crítica do autor ao liberalismo, por também considerá-lo um modelo enganoso de controle, uma vez que impede a formação de identidades, já que o poder está nas mãos da economia.

Entretanto, na tese schmittiana sobre o político e sua importância para a sociedade o autor inclui um dos seus critérios mais importantes, no qual "a distinção especificamente política a que podem reportar-se as ações e os motivos políticos é a distinção entre o *amigo* e o *inimigo*" (SCHMITT, 1992, p. 51).

O autor arremata a peculiaridade do político, indicando que é sobre o poder soberano que recai a capacidade de declarar um *amigo* ou *inimigo*. A razão imposta ao Estado, na visão schmittiana, é garantir a ordem e a estabilidade.

Essa relação amigo-inimigo é o conceito central da crítica deste autor ao Estado Liberal, pois com a inclusão da economia como poder soberano os antagonismos são anulados em prol de uma lucratividade.

A dialética amigo-inimigo deveria, em tese, construir identidades políticas, pois com a noção de inimigo a formação da identidade do *nós* se dá na medida do *eles*, ou seja, por meio da diferença (SCHMITT, 1992), por meio do inimigo que se pode ter a noção do próprio *ser* metafísico, e sem ele as identidades e as ideologias são esvaziadas.

Schmitt compreende a sutil relação do inimigo ao afirmar: "o inimigo é a nossa própria pergunta enquanto forma e ele nos arrasta, e nós a eles, para o mesmo fim" (SCHMITT, 1991, p.223). Schmitt deixa claro que o inimigo a que se refere sempre será o inimigo público (hostis). Entretanto, com a transformação deste inimigo em adversário, por

meio do liberalismo, existe um processo de criminalização do mesmo. Assim, não basta apenas a distinção entre amigo-inimigo, mas faz-se necessária a distinção entre paz e guerra.

A perspectiva da guerra rompe com a normalidade, sendo, portanto reveladora do ser político, em suma a guerra traz o político. Contudo, não se deve compreender o político apenas com base em um conflito, mas pensá-lo em uma perceptiva extrema. Por fim, a guerra no pensamento Schmittiano é uma espécie de situação limite, a partir da qual se determina o político.

Com esse conceito, o autor invade a questão da vida como parte essencial do conceito de política. Neste momento, o autor, mesmo que acidentalmente, adentra no conceito foucaultiano de biopoder. Mas, diferente de Foucault, Schmitt percebe na formação política do diferente todo o poder do soberano. Todavia, o Estado liberal, por meio da sua ideia romântica, reduz o diferente e esvazia o político dos seres humanos. Por tal motivo, Schmitt é um defensor do antagonismo social e da formação de um biopoder desatrelado à economia. O autor reconhece a importância da economia, mas alega que tão importante quanto é a moral, a religião, a cultura e a política perdida com o liberalismo.

Schmitt (1992) argumenta que o liberalismo será o responsável por promover despolarização, anulando a capacidade decisória do Estado de separar inimigo do adversário e do amigo, ficando a cargo do capital a fazer tal trabalho, que passa gradativamente a assumir as funções estatais. Mas, em que o biopoder moderno está relacionado à crítica schmittiana?

A soberania e o poder do Estado estiveram por muitos séculos relacionados à defesa de territórios, mas com a inclusão do Estado moderno, duramente criticado por Schmitt, a gestão do território passou a ser a gestão da vida. Assim, a vida passou a interessar e integrar o poder soberano. Foucault, inspirado em estudos de Schmitt, argumenta que o poder soberano era o de decidir sobre a vida ou a morte de seus súditos, transformando-se em um poder político. Negri e Hardt (2004) defendem que os corpos dos sujeitos passam a constituir uma nova forma de poder soberano cada vez mais liberal e globalizado "o biopoder é outro nome dado da subjunção real da sociedade do capital" (NEGRI; HARDT, 2004, p. 399).

Com isso, a compreensão clara de todos os conceitos schmittiano deve ser compreendida como um passo essencial para uma visão clara e coesa do biopoder pós-moderno em um Estado moderno e de democracia liberal, tão criticado pelo autor em questão.

3.6 Hardt e Negri: um biopoder pós-moderno?

O conceito de biopoder desenvolvido por Foucault serviu para designar uma forma de poder recorrente nos séculos XVIII e XIX, que foi incorporada pelo capitalismo industrial, em que os corpos eram controlados e disciplinados (FOUCAULT, 1999). Na sociedade disciplinar, o confinamento era a maior expressão do mesmo, e com isso controle da vida e da morte perpassava todas as instituições disciplinares. O biopoder sobre esta perspectiva pode ser visto com base em duas óticas: por um lado, a administração dos corpos, revelando que o mesmo era tratado como uma máquina; por outro, a gestão global da vida, que compreende a biopolítica da população, vista como tecnologia regulamentar. O autor elaborou este conceito para designar, o poder de administrar, controlar e formar as populações. Porém, as instituições

fechadas não faziam mais sentido, e com a conectividade, a globalização e o capitalismo pós-industrial o biopoder também mudou.

Como já foi evidenciado, o conceito de biopoder foi desenvolvido por Michel Foucault, entretanto não respondia mais as questões contemporâneas, com isso alguns autores, no intuito de harmonizá-lo com o contexto atual, iniciaram um processo de evolução e quiçá mudança de paradigma deste conceito. Entre estes autores podemos destacar Antônio Negri, Michel Hardt, Hanna Arendt e Giorgio Agambem, que tornaram esse termo a base para suas críticas à sociedade pós-moderna. De forma geral, estes autores sugerem que o biopoder contemporâneo passou a ser envolvido em uma política de dominação e exploração da vida.

Todavia, deve-se, compreender que para cada um dos autores supracitados existe uma perspectiva analítica diferente. No caso específico de Hardt e Negri, eles desenvolvem uma teoria acerca do poder Imperial. Com base nesta tese, os autores argumentam que o mundo passou a ser coordenado por uma ordem mundial, que para eles é o Império, não da forma tradicional do termo, e sim uma força, territorial ou não, com poder de controlar e dominar as posições políticas. Por ser uma teoria complexa, os autores, ao explicá-la de forma clara e coerente, bebem nas fontes da teoria do Estado, mas eles vão um pouco além e compreendem que o Império também é gerador de subjetividade e controle da vida, portanto é um tipo contemporâneo de biopoder: "O objeto do seu governo é a vida social como um todo, e assim o Império se apresenta como uma forma paradigmática de biopoder" (HARDT; NEGRI, 2004 p.15).

O poder imperial não é mais limitado por espaços geográficos ou limites estabelecidos entre nações, é, na verdade, um poder absoluto que controla e manipula a vida social. Para Hardt e Negri (2004), o biopoder é um termo totalizante que serve para designar de forma global a dominação essencial para a manutenção do Império. Sem o poder de controlar a vida, o Império perderia gradativamente sua função soberana diante do Estado-Nação. Nele, o trabalho, o capital e a própria vida são vistos e analisados de forma diferente do conceito de biopoder desenvolvido por Foucault. Portanto, o biopoder de Hardt e Negri, apesar de ser baseado nos estudos deste autor, se diferencia por está mais ligado a uma ordem global de dominação, na qual o mesmo é peça central.

Hardt e Negri (2004) em suas análises sobre o poder imperial argumentam que este é um biopoder exercido no contexto da biopolítica. No império não existe mais o controle sobre a vida, mas sobre o próprio contexto biopolítico, em que a vida social é produzida, transformou-se na força motriz da máquina imperial. Esta passa a agir para manter todos sobre a sua dominação e manipulação. O império regido pelo biopoder tende a coincidir com o poder econômico e político. Hoje em dia as grandes corporações industriais não produzem mais apenas mercadoria, e sim subjetividade, como é o caso da FIFA, que é uma organização imperial que determina e cria subjetividades.

Com isso, o biopoder acaba sendo incorporado à noção de soberania imperial. O poder soberano imperial é caracterizado por sua desmaterialização e desterritorialidade, que aos poucos incorpora tudo e coloca dentro de suas fronteiras abertas. A soberania imperial funciona em três momentos distintos: o primeiro é o inclusivo, em que o império aceita e ignora as diferenças, fazendo com que os grupos políticos que foram incorporados não se revoltam ou criem conflitos dentro do Império, tornando-os mais fácil de manipular. O segundo é o diferencial, que envolve a afirmação das diferenças aceitas dentro do próprio

império, e com isso se exalta o racismo imperial. O racismo neste novo contexto não é mais biológico, mas cultural. Neste segundo momento, as diferenças ideológicas dos diversos grupos incorporados são elevadas, mas não criam unidades de resistência, pois todos como querem ser aceitos e desejam ser incorporados, não se rebelam contra o império. O terceiro e último momento é o gerencial, já que, por fim, o Império tem que controlar e coordenar toda essa pertencente ao seu tecido social. A função do Império é dividir e conquistar (HARDT; NEGRI, 2004).

Está claro que em todo o poder soberano o biopoder está envolvido. O biopoder passa a ser parte integrante do poder soberano. Com isso a vida passa também a fazer parte do processo de produção capitalista, globalizado e liberal: "A produtividade de corpos e o valor do afeto são absolutamente essenciais neste contexto" (HARDT; NEGRI 2004, p. 49).

Para formular tais pensamentos, os autores se baseiam na visão de Gilles Deleuze sobre a sociedade de controle, na qual um novo paradigma de poder se apresentava. Os corpos antes confinados agora estão expostos em campos abertos, e o poder passa a ser visto sobre outra perspectiva (DELEUZE, 2002). Hardt (2000) argumenta que a sociedade da disciplina cedeu lugar para o de controle, em princípio, com o desmoronamento dos muros, mas logo todo o tecido social passou a compor uma grande massa. Com isso a sociedade não possuía mais uma fronteira definida, mas o poder não havia parado de ser exercido, pelo contrário estava cada vez mais forte.

O biopoder se agiganta com a sociedade do controle, já que sem as instituições rígidas e fechadas este pode adentrar com mais facilidade em esferas da vida social cada vez mais profunda. Na sociedade do controle, pode-se estar em todos os lugares ao mesmo tempo. A prisão perde seus muros e passa a constituir todo o tecido social. Hardt e Negri (2004) assumem que na sociedade do controle o poder sobre a vida – biopoder – não é mais exercido de cima para baixo, mas de baixo para cima.

Diante disto, o conceito do Império passa a ser associado ao controle e ao biopoder, em que os sujeitos devem ser conduzidos, e com isso existe uma noção clara de produção da vida. Hardt e Negri (2004) defendem que o controle sobre os indivíduos não é feito só por consciência ou ideologia, e sim de forma física, somática e biológica.

A vida passa a ser vista por meio das imaterialidades, e o biopoder, em meio a um mundo cada vez mais globalizado e com um controle rizomático, acompanha o ritmo e se retroalimenta do capitalismo pós-industrial em que o que realmente importa é o conhecimento (biopoder). O conhecimento passa a ser tratado como uma mercadoria tangível, ao mesmo tempo desmaterializa o trabalho. Com um império sem fronteiras claras, o conhecimento se transformou em uma forma de gerar riquezas, em uma forma de fundo humano de conhecimento, acessível apenas para os que detêm o biopoder para controlá-lo (PRADO, 2004)

Hardt e Negri (2004) se baseiam nesta mudança do confinado para o aberto com o intuito de desenvolver suas teses sobre o poder pós-moderno exercido por um novo tipo de biopoder. Para os autores, além de uma mudança na forma de compreender o corpo, a transição da sociedade da disciplina para a de controle foi também uma mudança no modo de produção capitalista, passando do industrial para o cognitivo, e com isso inserindo o conceito de trabalho imaterial em que o conhecimento (biológico) passa a ser visto como uma nova forma de valor.

"O poder agora é exercido mediante máquinas que organizam diretamente as mentes e os corpos" (HARDT; NEGRI 2004, p.42). A mente passa no Império a ser gradativamente valor de troca e cobiça dos detentores do poder. Foucault já anunciava que conhecimento era poder. Virilio (1996) afirmava que velocidade era poder e era veloz quem tinha conhecimento. Castells (2003) defendia que a sociedade contemporânea era focada na informação e no conhecimento. Com isso, a mente passa a ser vista como um poder a ser dominado e controlado. Hardt e Negri (2004) utilizam o termo de trabalho imaterial, para designar esta nova forma de controle do conhecimento, mas é nítido que, apesar de utilizarem termos diferentes, todos estão dialogando sobre as diversas funções do biopoder contemporâneo.

A passagem de uma lógica de reprodução para de inovação evidencia que a sociedade moderna utiliza a vida e a produção como se fosse um só elemento. No capitalismo cognitivo a inovação passa a fazer parte da produção, portanto, pertence ao capital (CORSANI, 2003).

Com isso, Hardt e Negri inserem no mundo imperial o conceito de trabalho imaterial: "É a alma do operário que deve descer a oficina" (LAZZARATO; NEGRI, 2001). Nesta nova forma de biopoder o trabalho também foi alterado para se adequar às novas exigências do capital que exigia uma quantidade cada vez maior de criação de subjetividade. Esse novo mundo é tratado por Corsani (2003) como um novo sistema de produção de conhecimento por conhecimento.

O capital passa a investir na *bios* – na vida – do trabalhador, com o intuito que este produza mais conhecimento para sua empresa. Com a mudança da forma de capital, o trabalho passou a ser uma coisa cada vez mais intangível e a biopolítica começou a ser parte integrante do capitalismo pós-industrial ou pós-fordista. O capital, ao investir na vida do trabalhador está, na verdade, procurando ativas propriedades imateriais que façam com que este produza mais subjetividades. Negri (2003, p. 180) argumenta em torno este assunto que "o sujeito é o produto diferente de diversas tecnologias em jogo em cada época; elas são ao mesmo tempo a do conhecimento e a do poder. Cada sujeito é, pois, resultado de uma subjetivação".

Com isso, o biopoder pós-moderno, se assim se pode chamá-lo, passa a configurar a forma mais violenta de poder, que é o que se vê além da decisão sobre a vida e da morte. Ele agora adentra nos desejos e subjetividades. Até mesmo o trabalho foi corrompido por este poder às vezes cruel e surpreendente.

3.7 Biopoder e a globalização: do liberalismo ao neoliberalismo em crise

O início de século XXI foi marcado por uma série de incidentes que modificaram o que se conhece de sociedade: a queda das torres gêmeas, a crise financeira mundial, o crescimento do desemprego na Europa, as políticas de austeridades... Estes são apenas alguns exemplos da complexidade na qual a sociedade pós-moderna se encontra. Muitas sociedades convivem com a sensação de crise eterna. Por outro lado, o mundo nunca passou por um

período com tantas descobertas tecnológicas. A globalização é a cada dia uma certeza, e mesmo com o capitalismo em crise, o sistema neoliberal se reinventa e ressurgiu mais forte, o que levou o mundo do liberalismo para o neoliberalismo, e do local para o global.

O sistema de produção liberal baseado no fordismo norte-americano era um sistema rígido e inflexível em que o trabalho era repetitivo e hierarquizado, em que a busca pelo lucro não deveria ser mais regida pelo Estado. O mercado a partir deste modelo passa a ter autonomia, sendo afirmado como o melhor modo de se alcançar a justiça, eficiência e eficácia do governo. Desta forma, o liberalismo criou na sociedade civil e no mercado a sensação de um governo em excesso (DUARTE, 2009).

No modelo fordista de produção e capital, o Estado passou a representar o financiador do capital e o mantenedor da estabilidade e ordem política. Entretanto, o modelo entrou em crise e a elevação do preço de cada peça, fez com que o capital se desestruturasse, provocando uma queda na lucratividade das empresas. Com isso, era imprescindível que o capital encontrasse uma nova saída para voltar a crescer, iniciando o que ficou conhecido como era da acumulação flexível, da redução do poder do Estado e do aumento do poder do capital. No entanto, essa reestruturação seguiu a égide da mundialização do capital (CHESNAIS, 1999).

Neste ínterim, um novo modelo se apresenta, conhecido como políticas keynesianas, e promove o retorno do Estado que tem como função buscar o bem-estar social. O *new deal* norte americano dotava o Estado com o poder de controlar a macroeconomia. Mas este modelo também não permaneceu por muito tempo como hegemônico e, logo após a segunda guerra mundial, também entrou em crise dando lugar ao que se conhece hoje em dia como modelo neoliberal.

No neoliberalismo próprio, o capital se transforma em sujeito. Com isso existe um retorno da ideia individual de que não era necessário o governo como um órgão para controlar a sociedade civil; ao estado caberia apenas observar, regular e reconhecer leis que surgiriam naturalmente do mercado.

Paralelamente a este processo, o mundo ingressava na globalização da economia. É evidente que a globalização não é um movimento novo, mas na década de 1970 ganhou forças inimagináveis e a economia se tornou algo global. A revolução tecnológica invadiu o mercado financeiro e o mundo passou a ser uma mesma aldeia global (MCLUHAN, 1989).

Desta forma, o processo de globalização estaria associado à concentração de capital, redução do poder estatal, aumento da exclusão e revolução tecnológica, e com isso o mundo passou a ser regido pelo modelo econômico. Neste contexto, o biopoder não é apenas o controle da vida, mas sim um conjunto de técnicas de governo que passam a investir na vida como forma de obter o retorno financeiro desejado.

Com a necessidade de um novo modelo de produção, o capitalismo industrial, rígido com o trabalho como seu principal opositor, se transformou em um capitalismo pós-industrial no qual o trabalho foi destruído e desmaterializado. O trabalho imaterial passou a constituir uma força biopolítica. No modelo neoliberal, dever-se-ia agir sobre a população com o objetivo de estimular e garantir que haja capital humano o suficiente para a governabilidade neoliberal. Com isso, quanto maior o capital humano (gestão da vida), maior a possibilidade de lucratividade. Isso quer dizer que o capitalismo pós-industrial se transformou em uma

estratégia universal em que se defende que o mercado tem valor central das relações econômicas e sociais (TEXEIRA; OLIVEIRA, 1996).

O capital humano passa a ser visto como um elemento de poder, portanto, deve ser investido capital para transformá-lo em mais poder, sendo iniciado um intenso processo de melhoramento do capital humano, para que este tecido vivo torne-se cada dia mais competitivo, aumentando suas habilidades e competências. Neste sentido, o mercado neoliberal funciona como uma política de economização da vida.

No liberalismo, o trabalho passa a ser percebido como uma racionalidade que tem como função estabelecer um comportamento humano, ou seja, o investimento passa a ser no indivíduo e não no trabalho, evidenciando que o biopoder também está presente neste novo tipo de governabilidade neoliberal. "O problema do neoliberalismo é saber como se pode regular o exercício global do poder político com base em uma economia de mercado" (FOUCAULT, 2008, p. 254).

O capital humano passa a ser a forma de demonstração de poder do capitalismo neoliberal. Com a evolução do capital, da alteração do trabalho e do valor de troca, os atributos humanos passam a ser mais valorizados; a inteligência, competência e habilidade passam a fazer parte do trabalho (GADELHA, 2009). Neste processo, o corpo humano se transforma em empresa formando um importante elo com a governabilidade neoliberal e o biopoder, já que os sujeitos contemporâneos necessitam transformar-se em capital. "O *homo economicus* é um empresário, um empresário de si mesmo" (FOUCAULT, 2008, p. 232). O capital humano é o capital do biopoder pós-moderno. A governabilidade neoliberal evidencia bem este contexto. Entretanto, como efeito da globalização o mundo passa a ser cada vez mais tecnologicado, crescendo outra necessidade reverente: a arte de governar, que é a governança tecnológica.

3.8 Governança tecnológica: um estudo sobre o CICC-PE

O mundo moderno é cada vez mais complexo e as tecnologias ganham cada vez mais espaço no contexto social e político. A sociedade focada na informação e no conhecimento conduz o homem a uma busca constante por melhoramento tecnológico. Em meio a esta busca quase implacável, um novo conceito associado à governabilidade neoliberal se constitui, este é a governança tecnológica. A diferença da governança para a governabilidade neoliberal é no artefato, que, no primeiro caso, é apenas tecnológico, o que não significa dizer que não afeta todo o tecido social, constituído no biopoder pós-moderno.

A governança tecnológica é o ato de governar uma tecnologia para que esta seja utilizada em todo o seu potencial, e um dos desafios da administração pública, especialmente a brasileira, é utilizar este conceito de forma coerente. Com os estados investindo cada vez mais em sistemas tecnológicos de controle dos fluxos sociais, cresce a necessidade de uma melhoria na governança tecnológica.

Devido a sua importância cada vez mais presente, na gestão pública, a eficiência das missões dos órgãos públicos passou a estar atrelada a ela. Rose e Miller (1992) argumentam que a governança associada à administração pública é voltada para produzir trabalhadores autôflexíveis, que não necessitam de supervisão e se autoavaliam. Neste contexto, fica

evidente que a sociedade da informação passou a ser o alvo da gestão pública, que busca por meio das tecnologias superar seus problemas de eficiência e eficácia.

Tecnologia da Informação (TI) é um termo que significa um conjunto de recursos necessários para uma gestão pública de qualidade, mas ela vai muito além disso, e transforma a sociedade. A promessa de harmonia entre o homem e a natureza, a autodisciplina e a autogestão passa a ser os princípios desta sociedade (MASUDA, 1985), tendo como um dos resultados a racionalidade da governança em que as pessoas são tratadas como dados calculáveis, em que se mede a eficiência da gestão pública, em um biopoder estruturado com base nas tecnologias.

A governança tecnológica vem ganhando espaço em esferas mundiais após a crise financeira de 2008, já que esta foi provocada por uma falha da gestão pública que não percebeu que títulos podres estavam sendo vendidos no mercado mundial. Após este fato, diversos governos ao redor do mundo passaram a desenvolver software com o intuito de analisar as informações dos bancos de dados de forma mais detalhada. Com isso, a governança tecnológica pode ser separada em dois níveis, tendo como primeiro nível a governança corporativa. Wiel e Ross (2004) argumentam que a governança começou no ambiente corporativo das grandes empresas em que o desafio era controlar custos, melhorar o desempenho com os parceiros, aumentar eficiência dos funcionários, entre outros. Todavia, este conceito passou a ser empregado para designar uma arte de governar as tecnologias de informação. Mas o que tudo isso tem haver com o CICC-PE?

O CICC-PE é um sistema tecnológico focado em informações de banco de dados, que tem o potencial de controlar todos os fluxos sociais de uma pequena cidade e ir se expandindo até um controle total de macrorregiões pernambucanas. Também é um sistema com o intuito de trazer eficiência ao estado, que vem mostrando-se ineficiente em diversos aspectos, tais como, defesa social (controle de incêndio, enchentes, chuvas, alagamentos, desastres naturais e outros), segurança pública (assaltos, assassinatos, tráfico de drogas, crianças e mulheres, violência doméstica, violência nas escolas, entre outros), saúde (falta de informações sobre banco de sangue, de leite, a quantidade de leitos, médicos, falta de harmonia entre a Samu e os bombeiros, entre outros), mobilidade urbana (trânsito caótico, obras superfaturadas, atraso nas obras, entre outros), evidenciando que mesmo com programas sociais para redução da violência urbana, para melhoramento da mobilidade, existe um instrumento tecnológico com o potencial de governar todos estes aspectos.

A governança tecnológica passa a se configurar como um poder de controlar os sujeitos por meio de bancos de dados fornecidos pelos aparatos tecnológicos que têm o intuito de promover a eficiência do poder público, transformando-se em um híbrido entre o biopoder pós-moderno e a vigilância eletrônica onipresente e onipotente.

A governança tecnológica do CICC-PE é imprescindível para o seu bom funcionamento, pois sem as amarras políticas o sistema tecnológico pode exercer suas funções de controlar os fluxos sociais. Mas isso seria realmente possível, cientes de que a governança tecnológica está inserida em uma governabilidade neoliberal em que o capital humano se transformou em um poder cobiçado?

3.9 Conclusão

Este capítulo apresentou uma das muitas perspectivas de se estudar a arte de governar. Nele foi escolhido o caminho trilhado por Foucault e autores contemporâneos. Todas as seções foram desenhadas usando a lógica argumentativa de apresentar o conceito clássico de forma detalhada, já que ele é a base crítica dos autores pós-modernos. Neste também foram desvelados diversos conceitos-chave para a compreensão do fenômeno em questão, já que o CICC-PE está inserido em uma governabilidade neoliberal e é uma governança tecnológica. Com isso, o propósito do capítulo foi fornecer ao leitor ferramentas teóricas o suficiente que possam conduzi-lo a uma compreensão clara da análise dos dados observados e das conclusões. A última seção deste capítulo alcança o objetivo do mesmo, pois chega ao objeto empírico, evidenciando que este é inserido em um contexto de governabilidade e biopoder, lançando, por fim, uma questão que será respondida na análise dos dados.

4 Desenho da Pesquisa e Metodologia: Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, Análise do Discurso e Corpus de Pesquisa

4.1 Introdução

Este capítulo apresenta todo o caminho metodológico escolhido para dar validade, viabilidade e confiabilidade à pesquisa qualitativa. Cientes que, como tal, não existe uma generalização dos dados, seguiram-se critérios rígidos para construção da teoria método, base central de toda a dissertação, para o *corpus* e posterior análise.

Diante da dantesca tarefa de apresentar a Teoria do Discurso, desenvolvida por Laclau e Mouffe, harmonizando-a com a análise do discurso baseado nos estudos de Burity, o capítulo foi separado em três seções centrais: teorização, design, construto analítico.

A seção de teorização enfatiza a Teoria do Discurso (TD) como teoria-método para a análise dos dados. A TD foi desvelada nesta seção por meio da apresentação de suas bases, conceitos-chave e, principalmente, pelo método retrodutivo, desenvolvido por autores da área e que é a base argumentativa de toda a construção da presente dissertação.

Em seguida, o design da pesquisa foi discutido. Esta seção consistiu em apresentar de forma clara e objetiva, como a pesquisa foi desenhada, quais foram os critérios utilizados, por que e quem fez parte da pesquisa. Por fim, o construto analítico representou todo o corpus da pesquisa, bem como uma revisão das questões centrais da mesma, para que, ao fim deste, o capítulo posterior apresente os dados analisados e interpretados.

4.2 Visão inicial da teoria do discurso

A Teoria do Discurso (TD) tem sua origem na obra de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, denominada *Hegemony and socialist strategy*, de 1985. Explicitamente é uma teoria pós-marxista e pós-estruturalista. Laclau (2000) acredita que a TD é uma desconstrução da teoria marxista. Em vista da complexidade da mesma, foi preciso conhecer quais os aspectos ou fatores que influenciaram seu desenvolvimento e conduziram-na a ser o que é. A TD é uma teoria socioconstrutivista e dessa forma tornou-se uma contextualização do momento histórico e social no qual ela foi criada.

A tradição marxista obteve seu auge na década de 1960, momento em que o marxismo podia responder aos problemas sociais. Contudo, na década de 1980, em meio ao caos, vivenciado no continente europeu, ele não era mais capaz de fazê-lo. Nesse momento, começaram a surgir outras teorias como a da hegemonia de Gramsci, e os teóricos da escola de Frankfurt. Eles tentavam dar respostas mais coerentes para o caldeirão que a Europa ocidental e parte da oriental presenciavam. Em meio a tantos teóricos, Laclau e Mouffe surgem com uma teoria baseada no marxismo e no estruturalismo, propondo uma nova visão de mundo, ideologias e identidades políticas (LACLAU, MOUFFE, 2001).

Para compreender porque a TD foi desenvolvida nesta época, tem-se que ter ciência dos acontecimentos contextuais e políticos que a influenciaram. O principal foi o final da guerra fria, e com ela o sistema soviético ruía sucumbido pela força capitalista, assim como um dos seus maiores símbolos, o muro de Berlin, derrubado em 1989. Sem ideologias, inimigos ou fronteiras os sujeitos perderam, temporalmente, sua subjetividade e careciam de uma teoria que lhe respondessem a novas questões sociais. Esse momento, histórico, foi responsável por uma série de mudanças na democracia, nas identidades políticas, nas subjetividades e nas ideologias.

A década de 1990 surgiu, então, com diversas transformações sociais. Laclau e Mouffe tentaram com sua Teoria Política ou Teoria do Discurso dar um embasamento teórico e ideológico para o novo mundo que se apresentava, já que os antigos teóricos não eram mais capazes de compreender e justificar as mudanças sociais ocorridas (LACLAU; MOUFFE, 2001). Em sua teoria, o discurso passou a ser visto como um elo com o fator social, passando os sentidos e significados a estarem atrelados a ele. A subjetividade política do indivíduo muda e acompanha as consequências da nova ordem imposta pelas mudanças da economia e da sociedade mundial (LACLAU, MOUFFE, 2001; JORGENSEN, PHILLIPS, 2002).

A TD, em sua complexidade, nos permite analisar as transformações sociais em fenômenos problematizados, contendo em seu escopo um conjunto de conceitos teóricos, ontológicos e epistemológicos.

Desenvolvida com base na combinação e modificação de elementos de duas tradicionais teorias, o Marxismo, o qual possibilita formas de se pensar o social, e o Estruturalismo, que permite o estudo das significações presentes no processo de formação ou construção social (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). Essa abordagem pós-Marxista e pós-Estruturalista tem sido descrita de diversas formas, por exemplo, como uma fusão dos recentes desenvolvimentos Marxistas, pós-estruturalistas e da teoria psicanalítica e pós-analítica (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Laclau (2000) analisa a TD como uma desconstrução da tradição marxista. Já Andersen (2003) a compreende como uma genealogia da hegemonia que reinterpreta alguns trabalhos de Michel Foucault e desenvolve uma tensão entre a desconstrução e a hegemonia, que é a lógica básica desta teoria.

Segundo Howarth (2005, p.116), “a abordagem de Laclau e Mouffe depende da alegoria da catacrese”, ou seja, “eles utilizam de maneira ‘criativamente errada’ o conceito de discurso, de modo que possa abarcar todas as dimensões da realidade social e não apenas as práticas usuais de fala, escrita e comunicação”.

Para a TD todas as ações e objetos são significativos, onde seus significados são concebidos por meio de sistemas de regras específicos, contingenciais e históricos, nunca alcançando um significado último (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Os discursos são construídos social e politicamente, estabelecendo um sistema de relações entre objetos e práticas possibilitando o desenvolvimento de posições de sujeito no qual os agentes sociais podem se identificar. A dinâmica inerente de um campo social gera uma disputa constante em torno das definições de sociedade e identidade.

Basicamente, na TD todas as ações e objetos são significados, e cada significado confere a um momento contextual e histórico específico, que é contingencial às regras vigentes. Em outras palavras, cada significado depende da ordem do discurso que constitui a

sua identidade e significação, e cada discurso é social e político, constituído por meio de um sistema de relação entre as práticas ou objetos que produzem posições subjetivas com que cada agente social se identifica (HOWARTH, 2000).

4.3 Conceitos-chave

A TD desenvolvida por Laclau e Mouffe é nitidamente uma teoria complexa e cheia de facetas, que permite que o pesquisador tenha uma gama de conceitos e possibilidade de pesquisa. Ao mesmo tempo, cria em torno de si uma armadilha, já que com tantos conceitos possíveis a escolha de mais de um conceito-chave pode conduzir o pesquisador ao sucesso, como também ao fracasso.

Diante deste fato, as subseções abaixo apresentam, de forma rápida, os principais conceitos-chaves desta, para que, ao fim, possa ser validada a escolha de apenas um destes como foco da pesquisa.

4.3.1 Discurso

Os trabalhos de Laclau e Mouffe na TD circulam em torno de três conceitos centrais, discurso, hegemonia e antagonismos sociais. Os três são igualmente relevantes, mas é ao discurso que Laclau e Mouffe (1985) conferem o poder de ser e estar em todo lugar, quando argumentam que tudo é discurso, ampliando com isso a magnitude da própria teoria, sendo, portanto, compreendido por ele como "a estrutura totalitária resultante da prática articulatória" (p. 105), onde o significado social só teria sentido por meio do discurso (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Seguindo a visão de Torfing (1999), o discurso pode ser dividido em dois caminhos principais: por meio da desconstrução da noção de estruturas totalitárias e por meio da teoria de Derrida (1978), que percebeu e criticou a noção de uma estrutura espacial e geográfica que organizava toda e qualquer estrutura, orgânica e não-orgânica, de forma rígida ou pela desconstrução da noção de atomização dos elementos sociais. Com este papel social, o discurso para os autores passa a constituir um dos principais elementos sociais.

Gee's (1999) evidencia o questionamento sobre a diferença entre discurso e Discurso, que, para ele, Laclau e Mouffe (1985) são suficientemente claros ao afirmarem que o Discurso equivale efetivamente à *prática social*, rejeitando a ideia que possa existir o discurso e o não-discurso. Para os autores, todos os objetos são construídos por meio de objetos discursivos, e da identidade e significado dotados, e estes não podem estar fora do sistema discursivo.

Ratificando esta ideia, Torfing (1999) defende que o que outros autores chamam de não-discurso é compreendido por Laclau e Mouffe como um sistema relacional de diferentes identidades, não necessariamente do mesmo objeto, mas que compartilham um mesmo sistema discursivo.

Na TD, o mesmo passa a ser entendido como uma ideia profunda, onde o social pode ser construído por meio de processos discursivos. Ele pode ser visto como a essência de uma ideia, uma análise social de um fenômeno, que pode produzir e reproduzir as identidades. A

abordagem da TD observa que a linguagem não pode ser separada da prática/ação, analisando-a como uma continuidade de ideias que não podem ser desconexas (BRINK, 2004). Porém, os discursos não devem ser vistos como uma meta narrativa da história universal, na qual tudo podia ser explicado. Essa era a visão recorrente no marxismo, contudo ela não se ajustava mais à realidade pós-moderna. De acordo com Laclau (1983, p.31): “Ao invés de encarar o sujeito como uma fonte que forneceria um significado ao mundo vê cada posição de sujeito ocupando locais diferentes no interior de uma estrutura. A esta estrutura ou conjunto de posições diferenciais, damos o nome de discurso”.

4.3.2 Hegemonia

O termo hegemonia é usado há séculos para representar o poder de dominação, seja ele econômico, político ou cultural de uma nação. É muito comum afirmar que os Estados Unidos tornaram-se hegemônicos no pós-guerra (TORFING, 1999). Todavia, o conceito de hegemonia utilizado nesta pesquisa difere do que é lexicalmente conhecido. A noção de hegemonia, da qual se trata, nasceu junto com a tradição marxista como respostas às mudanças ocorridas graças à inclusão do capitalismo industrial inglês e à mudança da relação entre capital e trabalho (LACLAU; MOUFFE, 1985). Esta propõe uma nova noção entre estrutura e supraestrutura, evidenciando que existe a centralidade das supraestruturas na análise da sociedade atual. Diante do conceito desenvolvido por Marx sobre o capitalismo e sua crítica à burguesia, Antonio Gramsci inova e cria o conceito de hegemonia, transformando-o sumariamente em peça fundamental para qualquer processo de tomada de poder.

A teoria de Gramsci constitui-se de uma tentativa de compreender, porque a revolução proletária presenciada na Rússia, não se alastrou pelo mundo ocidental (COUTINHO, 1992). A hegemonia passa a ser um termo utilizado para a compreensão político e social que permeiam as relações de poder. Assim, interage de forma dialética e dinâmica, agindo diretamente na sociedade civil, a economia e no Estado.

Vale lembrar que a hegemonia é uma questão de dominação e de poder em que um grupo é subjugado por outro que passa a ser controlado em suas identidades, ideologias e culturas, não existindo, portanto, hegemonia sem luta. Baseados neste conceito, os autores, Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, desenvolveram o seu entendimento acerca deste imbricando-o na Teoria do Discurso.

Laclau e Mouffe (1985) entendem o conceito de hegemonia por meio da desconstrução feita da teoria marxista e dos trabalhos desenvolvidos por Gramsci (visto por ambos como uma grande fonte de inspiração). Porém, a ideia de Gramsci de hegemonia está vinculada a preceitos da classe dos proletariados, onde o proletariado poderia tornar-se capaz de representar os interesses do povo ou da nação por meio de uma transcendência de seus próprios interesses corporativos. Gramsci manteve a imagem de proletariado como uma classe fundamental para as mudanças sociais e também preservou a premissa de que, em última instância, a economia é o objeto de luta política e determinante da superestrutura. Laclau e Mouffe (1985), porém, descartam algumas dessas premissas, buscando desenvolver um conceito de hegemonia próximo ao trabalho realizado por Wittgenstein. Eles percebem a

hegemonia como uma categoria central da análise política, uma vez que compreendem a importância dessa noção para se pensar as relações sociais e políticas na sociedade contemporânea.

Com isso, o conceito de Hegemonia, desenvolvido com base nos trabalhos de Gramsci em torno da distinção entre coerção e consentir como um mecanismo alternativo do poder social, tornou-se um dos conceitos-chave para a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe. Laclau e Mouffe (1985) ressaltam a importância do trabalho de Gramsci, já que para eles este representou um verdadeiro divisor de águas, acerca do pensamento marxista. Assim como demonstrado por Althusser (2007), o termo coerção pode ser entendido como a capacidade repressiva do Estado em gerar ordem por meio da punição à desobediência. Por outro lado, o poder hegemônico age por meio de uma forma de voluntarismo e participação, onde os indivíduos são convencidos a seguir o senso comum sobre valores e normas que permitem o entendimento individual e coletivo da vida cotidiana (STODDART, 2007).

A noção de subdeterminação de Althusser possibilitou a Laclau e Mouffe (1985) criticar qualquer tipo de fixação absoluta de sentido. Os autores argumentam que a fixação parcial de sentido é uma das peças-chave para a compreensão de que a hegemonia não é um conceito sem mudança, ou seja, um poder hegemônico mesmo que aparentemente não possa ser destituído ele sempre será. Nesta perspectiva, o poder coercitivo está ligado ao Estado, e o poder hegemônico é produzido e reproduzido pelas outras instituições que constituem a sociedade civil, como, por exemplo, a Igreja, as escolas e as mídias de massa. Diferente da perspectiva de Althusser, o poder hegemônico aqui não é desenvolvido apenas em termos ideológicos, mas também em termos políticos e culturais.

Para a Teoria do Discurso, as práticas hegemônicas representam a articulação de diferentes identidades e subjetividades, por meio de atividades políticas que fazem parte de um mesmo projeto e que objetivam a produção de novas ordens sociais ou novos pontos nodais a partir do deslocamento de elementos ou significantes flutuantes dentro desse sistema, excluindo outras possíveis e potenciais formações hegemônicas (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). As formações hegemônicas são compreendidas como os resultados dessas práticas articulatórias. Para tal processo ocorrer, existem duas condições essenciais: a primeira é a existência de um campo social imerso em antagonismos e a segunda, a presença de elementos que podem ser articulados por meio de projetos políticos opostos.

Nenhum discurso consegue alcançar o nível hegemônico completo, impossibilitando a existência do antagonismo e do caráter flutuante do campo discursivo. Laclau e Mouffe (1985) rejeitam a ideia de uma sociedade totalizante, afirmando que esta é um campo aberto, incompleto e precário. Burity (1997) ratifica esta precariedade afirmada por Laclau e Mouffe, ao argumentar que a hegemonia é uma prática circunscrita no ambiente contingencial, portanto mutável. Porém, não podemos negar o grau de eficiência em que cada prática discursiva alcança ao tornar-se hegemônica. Para justificar isso, é necessário levantar dois conceitos, que são os mitos e os imaginários sociais, que emergem de um deslocamento estrutural. O mito constrói novos espaços de representação na busca de uma estabilidade ou fixação em um ponto nodal, ou seja, em uma hegemonia, por meio da rearticulação de significantes flutuantes. Ao alcançar um considerável número de demandas populistas e um determinado nível de estabilidade, o mito passa a ser considerado como um imaginário ou uma possibilidade de desenvolvimento de um campo de inteligibilidade (LACLAU, 1990;

HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000; NORVAL, 1996). Com isso, a hegemonia passa a ter o poder de controlar e criar subjetividades.

Diante do exposto, fica evidente o motivo, pelo qual alguns autores chamam a teoria do discurso como teoria da hegemonia, pois os autores desenvolveram um arcabouço teórico consistente em torno deste tema, fazendo-o central em suas análises críticas. Sem a compreensão do conceito de hegemonia, a TD não poderia criticar as articulações políticas, nem tão pouco identificar os pontos nodais em torno de cada discurso hegemônico. Com isso, este conceito passa a ser a base central dos outros dois conceitos-chave, que são discurso e antagonismo social. Este último será apresentado na subseção abaixo.

4.3.3 Antagonismo social

A teoria do discurso desenvolvida por Laclau e Mouffe, também conhecida como teoria da hegemonia, teoria pós-marxista, entre outros, pode ser considerada uma teoria que evidencia novas formas de se interpretarem questões clássicas. Os autores, para tanto, utilizaram diversas bases filosóficas com o intuito de criar conceitos-chave claros e coerentes, que dão base a todos os conceitos analíticos da mesma. Para tanto, os autores ao escreverem o livro base da TD estabeleceram os três conceitos-chave de sua teoria, são eles: discurso, hegemonia e, por fim, antagonismo social.

Mesmo que estes tenham realizado uma separação dos três conceitos, como também está sendo feito nesta pesquisa, estes são interligados e interdependentes, mas por questões didáticas são separados em três partes. Portanto, esta subseção apresenta o terceiro e último conceito-chave que é o antagonismo social.

Vale destacar que este conceito não é derivado apenas da luta de classe ou de gênero entre o feminino e o masculino, por exemplo, mas sim das relações antagônicas entre os planos sociais. Laclau e Mouffe (1985) argumentam que por muito tempo acreditou-se que as lutas de um grupo contra o outro, no caso do marxismo, capital *versus* trabalho, eram duas unidades sólidas que internamente não possuíam antagonismos, eram, portanto, totalizantes. Mas, para eles, este sistema totalizante inexistente e o antagonismo social é a base para qualquer sociedade, pois é a partir dele que as lutas hegemônicas acontecem e os significados discursivos são construídos.

O antagonismo, antes de ser uma relação entre objetos fixos, representa o próprio momento em que estes são significados, assim o antagonismo social é condição necessária para a formação de identidades políticas. Torfing (1999) argumenta que com o estabelecimento do "outro" em detrimento do "eu" existe uma negação de identidade iniciando o processo de luta hegemônica pela significação deste discurso. O ato de exclusão gera necessariamente grupos contrários ao poder hegemônico, entretanto, nem toda identidade negada gera antagonismo, pois para isto esta tem que organizar politicamente e lutar contra o poder que a nega. "O exterior é, portanto, um exterior radical sem medida comum com o interior" (LACLAU, 1993, p 35). Com a constituição deste exterior a identidade passa a ser negada, impedindo a objetividade do discurso. O antagonismo serve para a TD evidenciar que não existe um discurso completo e final, e que sempre existiram identidades negadas, portanto, antagonismos sociais.

O antagonismo ocorre como é identificado por Laclau e Mouffe (1985, p.120): “a presença do ‘Outro’ previne que eu seja totalmente eu”. Como os limites e unidade de um sistema discursivo não podem ser construídos com referência a uma essência interna, os antagonismos sociais ocorrem mediante exclusão de uma série de identidades e significados nos quais destacam as semelhanças entre os próprios elementos excluídos (TORFING, 2005).

A linha que separa o interior do exterior, no qual o antagonismo social é construído separa dois sistemas equivalentes opostos. Em meio à constituição do "outro", Laclau e Mouffe (1985) se baseiam na teoria schmittiano do inimigo. Nesta concepção, o outro é visto como um inimigo que deve ser aniquilado. A natureza particular do antagonismo político não deve ser buscada na substância das contraposições que dividem os grupos humanos, mas sim na dimensão existencial que dá ao conflito entre amigos e inimigos o seu caráter extremo (SCHMITT, 1992). Schmitt reorganiza a relação política envolvida no processo de antagonismo social. Ao criticar o liberalismo está defendendo o direito de se ter inimigos. Com o conceito de amigo-inimigo, Schmitt organiza e apresenta aos autores condições para a criação do conceito de antagonismo social. Na diferença de Schmitt para Laclau e Mouffe a relação é entre o "eu" e o "outro", ao invés de amigo-inimigo.

O inimigo na visão de Schmitt não é necessariamente algo ruim, simplesmente é contrária a sua posição político, portanto, antagônica a sua ideologia, mas isso também não é fixo. Utilizando a mesma base de pensamento na TD, uma relação de antagonismo social é defendida com base na ideia de que não existem discursos totais que possam estar localizados eternamente em posições antagônicas, evidenciando que a prática discursiva é um complexo tecido social repleto de identidades negadas e de lutas hegemônicas (LACLAU; MOUFFE, 1985; SCHMITT, 1992; TORFING, 1999).

Vale salientar, portanto, que um dos pontos fundamentais para a compreensão de uma relação antagônica é a construção do exterior constitutivo que ameaça a existência de um interior. A TD enfatiza que o antagonismo social é condição básica para a própria constituição discursiva. Paradoxalmente, Laclau (1996) argumenta que ao mesmo tempo em que o exterior constitutivo (discurso antagônico) é uma ameaça ao interior, ele é também a sua própria condição de existência. "O antagonismo social, longe de ser uma relação objetiva em que os limites são mostrados (...), não são internos, mas externos à sociedade, ou melhor, eles constituem os limites da sociedade, impedindo que esta seja totalmente constituída" (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 125).

A sociedade trata-se, portanto, de um intenso processo de construção e negação de identidades sempre incompletas, precárias e contingentes em que a presença do "outro" impede o sujeito de ser ele mesmo, negando a sua identidade e ao mesmo tempo estabelecendo limites que constituem o próprio eu. Isto quer dizer que a produção de sentidos pelo interior discursivo está diretamente ligada ao exterior antagônico. Neste sentido, Laclau (1993) afirma que no antagonismo social o que ocorre é a expressão da impossibilidade da construção plena de uma identidade política.

Diante disto, o antagonismo social torna-se o limite de toda a objetividade discursiva e a força antagônica impede que constituições plenas do campo discursivo sejam realizadas. Sem o preenchimento pleno deste sentido sempre haverá espaços para novas lutas.

O antagonismo social, portanto, se constitui em um dos principais elos da própria sociedade. Sem ele não haveria lutas hegemônicas, articulação, nem discurso. Por tal motivo,

os três elementos centrais da TD, que são discurso, hegemonia e antagonismo social, são na verdade um encadeamento só. Ou seja, o discurso surge quando identidades políticas são negadas por meio de relação antagônicas provocadas por disputas hegemônicas. Sem a hegemonia não existe antagonismo social, sem o antagonismo não existe discurso e sem discurso não existe hegemonia. Isto evidencia, portanto, que um precisa necessariamente da existência do outro.

4.4 Conceitos Analíticos

Como se apresentou acima, a TD possui três conceitos-chave, mas como esta além de ser uma teoria é um método de análise de dados, faz-se necessário apresentar os conceitos analíticos que a compõe e irão fazer parte da análise dos dados desta pesquisa. Portanto, segue abaixo os principais conceitos analíticos desta.

4.4.1 Articulação

O primeiro conceito analítico é articulação. Como a TD tem como objetivo investigar a formação das práticas discursivas, este só pode ocorrer por meio da articulação e rearticulação de diversos elementos significantes e contingenciais pertencentes e disponíveis no campo discursivo (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Além deste fato a articulação é condição necessária para a formação hegemônica como afirmam os autores: "Chamaremos articulação qualquer prática que estabelece uma relação entre elementos tal que suas identidades sejam modificadas como um resultado da prática articulatória" (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 177). Ao contrário da mediação, a articulação constitui uma relação precária com a formação de sentido. Com isto, a articulação não é uma forma de se alcançar a realidade, e sim a própria relação social que a constitui. Neste sentido, a prática articulatória constitui as relações sociais, fazendo com que diferentes *elementos* passem a agir de forma conjunta, formando *momentos*.

Ou seja, *elementos* são diferenças não articuladas em um discurso. Quando estes se articulam em torno de um discurso, formando uma unidade discursiva transformam-se em *momentos*. Todavia, esta transformação nunca é completa, por tal motivo constituem a articulação como conceitos desta. Uma articulação pode ser vista então como "qualquer prática que estabeleça uma relação entre os elementos, de tal forma que sua identidade é modificada como resultado da prática articulatória" (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 105). No entanto, é importante ressaltar que o resultado desta prática articulatória não é apenas uma soma de *elementos*.

Laclau e Mouffe (1985) introduzem três categorias, que são somadas à categoria de articulação, no intuito de justificar também sua concepção de identidade. São elas: os *momentos*, definidos como sendo as posições diferenciais que aparecem articuladas em um discurso; os *elementos*, os quais são essas diferenças que não se apresentam discursivamente articuladas por razão de seu caráter flutuante adquirido em períodos de deslocamento e crise social; e, por último, os *pontos nodais*, que são pontos de referência em um discurso, sendo responsáveis por gerar convergência dentro de um sistema de significados. O ponto nodal nos

ajuda a compreender melhor como é possível o surgimento de identidades ou formações sociais se essas mesmas são contingenciais e se a transição dos elementos para determinados momentos nunca é fixa por completo. "A prática articulatória consiste, portanto, na construção de pontos nodais que fixam parcialmente os sentidos" (LACLAU; MOUFFE, 1985, p. 113).

Um discurso é composto por tensões discursivas, a fim de se estabelecer um projeto hegemônico. Diante desta luta, a articulação se configura como uma prática na qual existe a consolidação de um *ponto nodal*, onde seus significados se fixam em torno do discurso, estabelecendo e modificando as identidades políticas e as práticas articulatórias, responsáveis também pela escolha de um discurso hegemônico em detrimento de outros (LACLAU; MOUFFE, 1985). Qualquer projeto hegemônico é temporário e não é isento do discurso do "outro" que constitui a articulação contrária ou antagônica.

Assim, Laclau (1993) afirma que as sociedades contemporâneas são marcadas pela diferença, produzindo diferentes posições de sujeito, que são o resultado de um complexo tecido social unificado pela articulação de diferentes elementos históricos e contingenciais que se transformam em momentos discursivos. O fato interessante é que como estes trabalham sobre a perspectiva pós-estruturalista, os significados só podem ser fixados de forma parcial e a cada discurso hegemônico um novo ponto nodal é estabelecido.

Sinteticamente, o ponto nodal é o significado que faz todo o discurso circular em seu entorno, como se fosse uma órbita. Neste sentido, a prática articulatória é estabelecida entre elementos que se transformam em momentos a partir de um ponto nodal, no qual todo o discurso se constitui. O discurso organiza-se por meio do estabelecimento de pontos nodais como princípio articulador e o próprio resultado do discurso. Assim, Laclau e Mouffe (1985) insistem que o discurso não é uma soma aleatória de palavras, e sim uma articulação concreta de palavras e ações que irão disputar sentido no espaço social. Ao estabelecer a articulação como um conceito analítico, os autores destacam a sua importância para todo o processo discursivo de qualquer fenômeno, já que por meio da prática articulatória se pode identificar o ponto nodal do discurso, que é um dos aspectos mais protegidos do mesmo.

4.4.2 Identidade política

Na concepção da TD, a questão da identidade não está mais relacionada à descoberta do verdadeiro "eu" ou da antes vislumbrada identidade pura ou essencial, mas, de fato, está voltada para a percepção de uma identidade política construída dentro de um jogo de linguagem e que é resultado deste. As identidades, assim como os discursos que as produzem, são entidades políticas que envolvem antagonismo e o exercício de poder (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

O discurso é também um elo importante para a identidade política e para a articulação. No pós-marxismo, a articulação ocorre quando os discursos interagem entre si, possuindo propósitos semelhantes, se unindo para formarem uma só identidade política, transformando-os em uma subjetividade política articulada. Portanto, a articulação pode ser entendida, como um movimento prévio ao da identidade, contudo não é um sistema cíclico, nem fechado, havendo alterações em seus pontos de partida.

Laclau (1993) argumenta que a possibilidade política é a possibilidade dos seus limites discursivos. Para o autor, estes limites são determinados pelas relações antagônicas. No discurso, uma identidade política se constitui na medida em que os inimigos ou "outros" são identificados nele (LACLAU, 1993; TORFING, 1999). É nesse campo de construção das identidades coletivas que se cria a relação do "nós" e do "eles", e com isso novas fronteiras políticas foram se estabelecendo em torno de uma representação discursiva. Prado (2002) defende que uma identidade política é um conjunto de significados sociais temporários, nos quais se estabelecem as fronteiras políticas e sociais, levando em consideração que uma identidade representa o discurso político de uma sociedade e o antagonismo é combustível para qualquer tipo de mudança e alteração social. Essa relação "nós/eles" impacta na construção dos discursos, fronteiras, identidades políticas, subjetividade, antagonismos e etc. Com isso, estamos assumindo, em conformidade com Mouffe (1999), que a ação política é formadora de identidades coletivas que, estão em uma constante relação entre os antagonismos e a distinção "nós/eles".

Diante disto, a compreensão da identidade política de um discurso transforma-o em uma "nova discursividade" (HOWARTH; STRAVAKAKIS, 2000, p. 2), sendo este um objeto complexo, social e de formação de identidade política, subjetividade política e antagonismo. Nenhuma identidade é, desta forma, estabelecida sem que haja discursos antagônicos e o processo de negação. Desta forma não existe processo identitário primário sem o movimento articulatório do discurso hegemônico (TORFING, 1999; MOUFFE, 1999)

Diante deste contexto, todas as identidades passam pela delimitação de um "outro" que desempenhará o papel de exterior constitutivo descrito na seção de antagonismo social, evidenciando que a construção da identidade política também é um processo fluido e volátil, em que novos antagonismos surgem com a possibilidade de constituir sua subjetividade diferente da imposta pelo discurso hegemônico.

4.4.3 Deslocamento: significante vazio e flutuante

O conceito de deslocamento foi desenvolvido por Laclau em resposta às críticas (ver Zizek, 1990) endereçadas ao conceito de antagonismo social. Zizek (1990) critica de forma clara e objetiva o antagonismo social, ao afirmar que ele não é o único responsável pela criação de identidades políticas. Diante da impossibilidade de responder a tal crítica, Laclau desenvolveu o conceito de deslocamento.

A ideia de deslocamento refere-se, então, a possibilidade de transformações ou mudanças nas identidades dos sujeitos e em suas posições dentro da estrutura discursiva ou campo discursivo. Esses deslocamentos podem ser compreendidos como processos que tornam visível o caráter contingencial da arena social e política. O deslocamento apresenta aspectos tanto positivos quanto negativos, à medida que representa o fim de uma e a construção, ou mesmo reconstrução, de outra identidade política. As crises de sentido ou significado, as quais ocorrem quando determinada identidade ou discurso não mais geram entendimento da realidade e de aspectos fora do discurso hegemônico, caracterizam um momento de deslocamento que será seguido por uma rearticulação dos elementos entre os

pontos nodais que fazem parte do campo discursivo em questão (HOWARTH, 2000; HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

O deslocamento passa a ser parte essencial do discurso, já que este abre o caminho para novas significações. Conforme afirma Laclau (1993), "o lugar do sujeito é o lugar do deslocamento". Já Howarth (2000) argumenta que com o deslocamento o discurso abre um espaço para a falha articulatória, já que o ponto nodal perde o sentido e o discurso se desloca para outro ponto nodal. Com isso, o sujeito é forçado a tomar decisões e a partir daí novas identidades políticas e subjetividades são estabelecidas. Mesmo com este novo conceito, Laclau (1990) afirma que o conceito de antagonismo social ainda tem muita relevância para a TD, mas que se deve, a partir deste momento, atrelá-lo ao de deslocamento.

Entretanto, para se compreender como se dá um deslocamento discursivo, faz-se necessário discutir dois outros conceitos, que é o *significante vazio* e o *flutuante*. *Significante Flutuante* são os significantes nos quais nenhum discurso tem hegemonia, portanto, objeto de lutas políticas e hegemônicas podendo se deslocar e flutuar entre um ponto nodal e outro. Já os *significantes vazios* possuem significados amplos o suficiente para serem considerados universais e nunca serem totalmente preenchidos. Estes atuam como portadores de significados universais, apesar de sua particularidade.

A ideia de isolamento discursivo para a TD representa uma impossibilidade por conta da produção de significantes vazios (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000). Enquanto os significantes vazios não adquirem sentidos estáveis e coerentes, esses aguardarão tal fixação por intervenções dos pontos nodais (HOWARTH, 2000). Tais considerações são cruciais quando se passa a tratar do conceito de coalisões discursivas desenvolvido por Hajer (1995).

Segundo Hajer (1995), uma consideração essencial ao tratar da coalisão discursiva está no fato de que o poder político de um texto não advém de sua consistência, mas de suas múltiplas possibilidades de interpretação. A articulação de determinado discurso só ocorre em torno de um *significante vazio* que funciona como ponto nodal. Dessa forma, esse vazio ou não-preenchimento torna-se uma condição e qualidade fundamental do sucesso hegemônico de certo ponto nodal (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

4.4.4 Posição de sujeito

A concepção de sujeito desenvolvida por Althusser em seu trabalho sobre os aparelhos ideológicos de estado são de grande utilidade para o entendimento e elucidação do que Laclau e Mouffe (1985) compreendem como posição de sujeito e subjetividade, além de nos encaminhar a uma compreensão do que representa o conceito de deslocamento.

Para Althusser, os sujeitos são construídos por meio de práticas ideológicas. Em sua visão a ideologia existe em um aparelho ideológico material que prescreve práticas materiais reguladas por um ritual material, práticas estas que existem nos atos materiais de um sujeito, que age conscientemente segundo sua crença. Partindo do entendimento da ideologia materializada, podemos descrever os mecanismos ideológicos básicos utilizados para "converter" o indivíduo em sujeito, fazendo-o agir por si, combinando efeitos da reprodução material, de reprodução da submissão e do reconhecimento da ordem. Um desses mecanismos

básicos é a interpelação, que transforma o indivíduo em sujeito, fazendo-o se reconhecer como tal. O outro mecanismo decorre complemento deste, sendo descrito como sujeição, o qual leva o agente social a se reconhecer como sujeito e se sujeitar a um Sujeito absoluto. Desta maneira, os indivíduos reconhecem a “realidade” de existência como sua. Em cada ideologia ou em cada aparelho ideológico de estado, o lugar do Sujeito é ocupado por entidades abstratas, Deus, a Nação, etc. (ALTHUSSER, 2007).

Laclau e Mouffe (1985) discordam em alguns pontos das ideias de Althusser (2007). Para esses autores, a concepção de que as práticas ideológicas possuem certa autonomia quanto à formação social é errônea à medida que contrapõe a premissa de que o conceito de discurso inclui todas as formas de práticas sociais. Continuando nesse debate, eles concordam com a concepção do sujeito construído por meio dos discursos, porém, vão adiante ao realizar a distinção entre dois conceitos: posição de sujeito, inserida em uma estrutura discursiva, onde o sujeito pode ocupar diferentes posições dependendo dos contextos e das articulações; e, subjetividade política, que está relacionada às formas de ação dos atores sociais (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000; LACLAU; MOUFFE, 1985).

A noção de posição de sujeito no interior de um campo discursivo garante uma relação social, portanto, toda esta é, na verdade, uma posição discursiva (LACLAU; MOUFFE, 1985). Os sujeitos políticos passam a corresponder às vontades coletivas oriundas das articulações e disputas antagônicas em que identidade e ideologias são constituídas. A posição de sujeito vai depender da forma como o "outro" interpreta um jogo discursivo.

A posição de sujeito é um conceito analítico importante, pois é por meio deste que se identificam os atores discursivos envolvidos no processo de significação. No caso desta pesquisa, identificar a posição de sujeito significa que o discurso em questão está sendo desvelado.

4.4.5 Lógica de equivalência e diferença

Na TD a lógica de equivalência possibilita a criação de identidades equivalentes que expressam uma negação da existência de um sistema discursivo. A lógica da diferença, por sua vez, age de forma oposta ao buscar expandir o sistema de diferenças dissolvendo os canais de equivalência e incorporando elementos desarticulados (LACLAU; MOUFFE, 1985; HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

Laclau e Mouffe (1985) consideram que a lógica da equivalência é uma lógica de simplificação do espaço político que expande o polo pragmático, reduzindo o número de possíveis posições de sujeito. Para eles, a lógica da diferença representa uma lógica que expande o polo sintagmático, levando a um aumento da complexidade e diversidade das posições de sujeito. Dependendo de quais dessas lógicas são dominantes, o espaço social será dividido de diferentes maneiras. Onde as relações de equivalência predominar, as interações entre grupos tendem a gerar relações amigo-inimigo, enquanto que onde a lógica de diferença dominar a multiplicidade das articulações e posições de sujeito, torna mais difícil a construção desse inimigo (NORVAL, 2000).

Na relação de equivalência, as diferenças mútuas são abandonadas temporariamente em prol de um objetivo em comum entre as posições de sujeito, devido ao que é idêntico entre

elas. Por meio da equivalência, novas identidades políticas são formadas em torno de um campo discursivo (LACLAU; MOUFFE, 1985).

A lógica da equivalência consiste na dissolução de identidades dos sujeitos dentro de um discurso particular, pela criação de uma identidade negativa que os ameaça. "Desta forma, uma unidade externa serve para unir uma série de diferenças" (HOWARTH, 2000, p. 107). Com isto, está lógica pode ser vista como o processo de criação da noção de universal. Mas essa unidade não é sem diferenças nenhuma. Uma equivalência pressupõe que existem diferenças, caso contrário as identidades políticas e as posições de sujeito seriam idênticas, mas isto é subvertido e minimizado.

Na direção contrária a lógica da diferença é a expansão das diferentes identidades e posições de sujeito, que acaba por quebrar uma lógica de equivalência. A diferença se constitui no fim do objetivo em comum que unia aquelas identidade em torno de um mesmo discurso, portanto da exaltação de suas diferenças, transformando momentos articulados em elementos sem articulação política. Howarth (2000) defende que em muitos casos são tentativas de enfraquecer as relações que unem os grupos sociais e criar divisões na sociedade. Diferente da lógica da equivalência, que tenta minimizar os antagonismos sociais entre os atores de uma cadeia, na lógica da diferença o importante é ressaltar tais antagonismos. Entretanto, uma lógica necessita da outra. Geralmente, a lógica de equivalência está atrelada ao discurso hegemônico, e à medida que novos atores discursivos são incorporados para manter o poder, maior é a possibilidade de que a lógica da diferença se manifeste, evidenciando que a sociedade é um tecido complexo em constante alteração. Ratificando este pensamento, Andersen (2003) considera a lógica como uma desconstrução do binário diferença-equivalência, para mostrar a interação entre os dois.

4.6 Críticas da teoria do discurso

Na TD o processo discursivo inclui todo o campo social, não apenas os sistemas de signos. Dessa forma, a teoria social faz parte da teoria do discurso de Laclau e Mouffe, onde a primeira está fundada em uma leitura crítica da teoria marxista. Reforçando este conceito, ao estudar as teorias desenvolvidas principalmente por Marx, e mais precisamente no Materialismo Histórico, deparamo-nos com o modelo tradicional que divide a sociedade capitalista em base e superestrutura, onde nessa mesma sociedade encontram-se estabelecidas duas classes, a dos capitalistas ou classe dominante, e a classe dos proletariados ou trabalhadora. A primeira caracteriza-se pela posse, tanto dos aparatos e dos recursos responsáveis pela produção como dos produtos resultantes dessa produção. A segunda é representada por aqueles que são donos apenas de sua própria mão-de-obra e estão submetidos à classe dominante.

A TD vem de encontro à ideia marxista de que o social se constituía apenas do seu valor econômico, procurando mostrar como o sistema social se apresenta mais complexo. No marxismo se pensava que apenas a base influenciava a superestrutura. No entanto, alguns pensadores marxistas perceberam que a superestrutura também influenciava a base. Dessa maneira esses pensadores acreditavam existir a necessidade da inserção de um elemento político. Ao inserir um elemento político no modelo base/superestrutura da teoria marxista,

não é mais a economia o único determinante de toda a sociedade, assim como, a consciência dos sujeitos (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002).

A teoria de Gramsci sobre a hegemonia abre uma nova vertente de pensamento, pois agora o sujeito poderia, por meio da superestrutura, também influenciar a base. Assim, o sujeito poderia ter mais autonomia de pensamento. Por meio da hegemonia, a relação social se tornaria hegemônica, evitando o surgimento de conflitos internos, já que estes estariam inseridos dentro de um sistema de valor. A teoria gramsciana parecia, de imediato, uma solução para que a sociedade não fosse mais comandada pela economia, porém, o próprio autor por fim reconhece que tudo acaba voltando ao econômico (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Laclau e Mouffe (1985) fazem na teoria do discurso uma crítica à teoria da hegemonia de Gramsci. Os autores mostram de forma clara que se apoiam nas teorias marxistas, porém com a perspectiva da ótica pós-marxista, olhando e analisando a teoria de Marx sobre a luz dos novos problemas e discursos sociais.

A tradição marxista percebe o discurso social a partir da identificação do proletariado como o grupo oprimido, o qual deve ser defendido e ouvido. A TD não o vê dessa forma e busca analisar todos os tipos de discursos sem amarras ou preconceitos, analisando o fator social de forma mais ampla. Como vimos, Laclau se inspira na desconstrução de Derrida para trabalhar a tradição marxista e com isso acaba por construir uma nova arena com os novos discursos sociais.

Laclau e Mouffe (1985) chamaram a atenção para a sobredeterminação do sujeito e da sua ideologia, independente do econômico, rompendo com a tradição marxista. Outro fator relevante em relação à TD se refere à emancipação do homem e à busca pela sua liberdade. Entretanto, para a tradição marxista, o homem era visto apenas como o homem proletário, e este procurava sua emancipação por meio da revolução. A TD coloca em cheque mais um postulado do marxismo (LACLAU; MOUFFE, 1985). Segundo a tradição, apenas a classe oprimida pode realizar esse movimento. O desejo marxista da emancipação não foi alcançado. A classe proletária acabou por não conseguir sua emancipação, já que esta seria por meio de uma mudança social, que trouxesse mais igualdade entre as classes, tendo, assim, fracassado em sua missão histórica.

4.7 Lógica crítica e metodológica da teoria do discurso: design da pesquisa

Nesta seção será apresentada a parte metodológica da TD. Como todos os conceitos centrais já foram expostos, o leitor tem condições teóricas de compreender os caminhos metodológicos que esta pesquisa seguiu, a fim de ser harmônica com suas teorias sobre o fenômeno - vigilância e governabilidade - e a própria TD.

4.7.1 Para uma lógica da explanação crítica

Este estudo empírico é baseado na perspectiva pós-positivista da teoria do discurso, portanto seguiu um conjunto de etapas norteadoras que iniciaram no processo de problematização do fenômeno ou objeto de estudo, neste caso o CICC-PE. Com base nisto, alguns teóricos passaram a estabelecer métodos para responder a todas as questões levantadas pela TD, e entre eles destacam-se Glynos e Howarth (2007), que elaboraram uma orientação metodológica numa tentativa de suprir uma carência da TD.

Essa compreende as seguintes etapas: problematização, explanação e persuasão. A problematização é extremamente importante para o que é denominado como a lógica da explanação crítica. Na problematização, buscou-se apresentar os fatores que possibilitaram a construção e interpretação do fenômeno em questão, com o intuito de expandir o campo discursivo para novas possibilidades de interpretação. Essa fase compartilha aproximações com a prática de problematização foucaultiana.

Glynos e Howarth (2007) consideram que o objeto de estudo é construído. Ou seja, certo conjunto de fenômenos empíricos deve ser construído enquanto problema. Após a etapa de problematização, se iniciou um segundo momento do estudo. Aqui, são realizados os chamados ciclos retrodutivos, caracterizados por uma sequência de reinterpretações das hipóteses geradas no primeiro momento. Os ciclos de racionalidade retrodutiva são constituintes tanto da lógica da descoberta quanto da lógica da justificação (GLYNOS; HOWARTH, 2007).

Para o desenvolvimento da retrodução também se levou em consideração as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas presentes na TD. São consideradas neste tipo de abordagem como unidades explicativas para a interpretação da formação, sustentação e transformações das práticas sociais, assim como das posições de sujeitos. Glynos e Howarth (2007) orientam que a articulação deve ser considerada enquanto modelo de relação entre as formulações teóricas e analíticas e os demais discursos presentes no campo discursivo analisado, como também, enunciados pelos sujeitos relevantes envolvidos.

O objetivo principal da TD é explicar criticamente, por meio de investigação, as transformações e formas de estabilidade apresentadas pelas práticas e regimes de práticas discursivas, no caso desta, a pesquisa da prática discursiva do CICC-PE enquanto sistema de monitoramento dos fluxos sociais. De acordo com Glynos e Howarth (2007), uma explanação da ciência social necessita mobilizar três tipos de lógica, ou seja, a lógica social, que possibilita a caracterização das práticas ou regimes de práticas em certo domínio social; a lógica política, que possibilita uma análise de como essas práticas são instituídas e contestadas, como, por exemplo, na ideia de lógica de equivalência e diferença; e, por último, a lógica de fantasia ou lógica fantasmática, que está mais próxima da dimensão ideológica e que busca razões pelas quais as práticas discursivas são transformadas ou mantidas por meio dos sujeitos.

Em contraste com outras formas de conteúdos, a lógica é considerada como o conteúdo da forma de explanação retrodutiva, onde essa lógica refere-se aos propósitos, regras e pressuposições ontológicas relacionadas ao funcionamento das práticas sociais, considerando-se aqui as três formas de lógica apresentada anteriormente, ou seja, social,

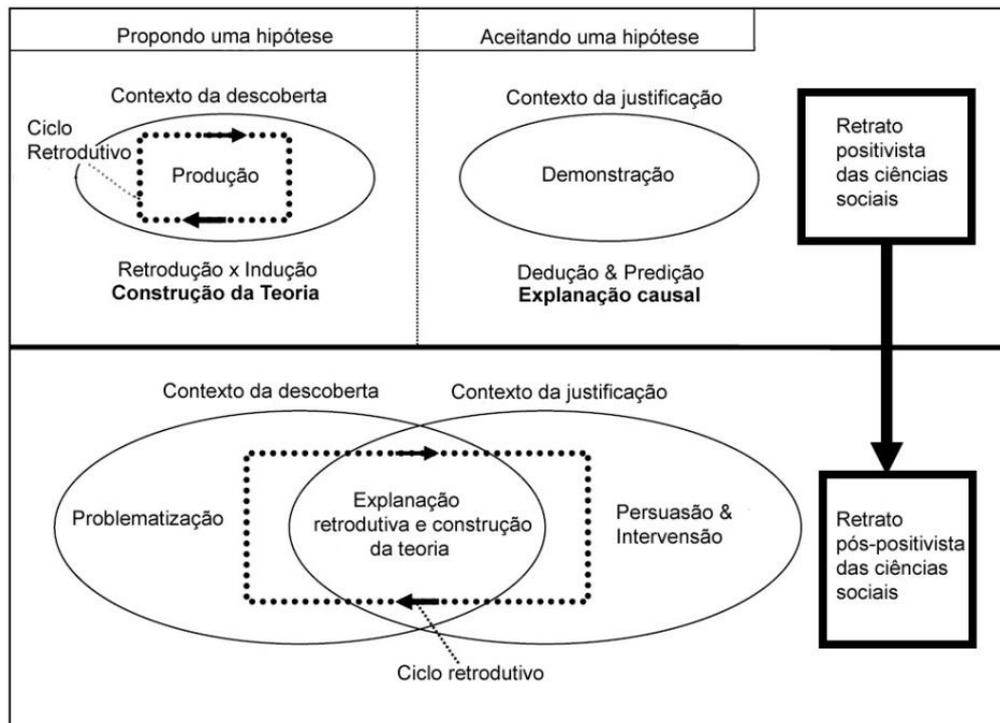
política e fantasmática. A articulação foi compreendida inicialmente como forma de entendimento de como os elementos discursivos interagem nas práticas sociais, porém o elemento de articulação está também relacionado a como se dará a prática e realização da própria pesquisa, ou seja, como se dará a articulação entre diferentes métodos e ferramentas da melhor maneira possível, de modo a não ampliar o fenômeno de forma a criar generalizações inapropriadas. Desse modo, procura-se articular os métodos e técnicas de modo dialógico e em convergência com os pressupostos ontológicos da Teoria do Discurso (GLYNOS e HOWARTH, 2007; GLYNOS, HOWARTH, NORVAL e SPEED, 2009).

O elemento “crítica” dessa abordagem pode ser considerado em termos de duas dimensões, ou seja, como uma dimensão ética e uma dimensão normativa. A crítica normativa está relacionada à condição de se analisar e caracterizar as relações sociais como formas de relações de dominação, enquanto, a crítica ética nos permite analisar de forma crítica as formas em que os sujeitos se identificam e são interpelados pelos discursos.

Glynos e Howarth (2007) procuram demonstrar o potencial da **retrodução** para as ciências sociais. Essa abordagem foi desenvolvida inicialmente por Aristóteles e traduzida para o termo abdução por Charles Sanders Peirce, sendo também adotada por Norwood Hanson e Roy Bhaskar na filosofia da ciência. Ela se diferencia da abordagem indutiva, no sentido em que não espera que determinada hipótese surja dos processos de repetições de um fenômeno. Também se diferencia de uma abordagem dedutiva, à medida que desconsidera a possibilidade de se fazer determinado fenômeno emergir de uma criação incontável de hipóteses. Na verdade, em uma abordagem retrodutiva, a hipótese não é inferida até que seu conteúdo esteja presente na explanação do fenômeno irregular identificado ou construído (HOWARTH, 2000; GLYNOS; HOWARTH, 2007; GLYNOS; HOWARTH; NORVAL; SPEED, 2009).

O processo de desenvolvimento desta pesquisa na abordagem retrodutiva de explanação crítica pode ser visualizado na figura a seguir, em que é esquematizado o status e o escopo da retrodução na passagem do retrato da ciência social positivista para a pós-positivista.

Figura 4- Dois retratos das ciências sociais



Fonte: (GLYNOS; HOWARTH, 2007, p. 33)

Por meio do processo ilustrado, torna-se possível distinguir entre três momentos dialéticos, sendo esses: o momento da problematização, o momento da explicação retrodutiva e construção da teoria, e o momento da persuasão e intervenção. Segundo Glynos e Howarth (2007), o termo pós-positivismo designa uma abordagem metodológica que desconsidera as relações entre causa e efeito, não gerando formas de predição, tais como as leis. Na metodologia pós-positivista, considera-se que nas ciências sociais não existe uma clara distinção entre o postular e o testar de uma hipótese. Isto ocorre porque o contexto empírico específico de uma hipótese inicial e as autointerpretações dos sujeitos sociais envolvidos influenciam tanto os pressupostos básicos quanto a forma de raciocinar nas quais a aceitação ou não da hipótese estará condicionada.

O desenvolvimento de estudos pós-positivistas não partem de um problema objetivo, mas sim ao se deparar com algum problema instigante. Este último, no caso da TD, pode representar uma fissura hegemônica no discurso ou na formação discursiva dominante, onde essa não mais conseguiria oferecer explicações coerentes sobre determinados fenômenos. Derrida (2002) defende que os estudos teóricos e empíricos não devem ser tratados como estáticos, mas sim como fluidos e elásticos. Esses estudos estão sujeitos a constantes mudanças, por exemplo, contextuais e históricas. Para ele não existem leis ou métodos universais, existem apenas contextos que tornam impossível às negociações desconstrutivas produzirem tais regras gerais. Ainda segundo Derrida, devem-se realizar ajustes para cada caso e momento específico sem levar, entretanto, a um relativismo ou empirismo.

4.7.2 Aplicabilidade e operacionalização da Teoria do Discurso

Esta pesquisa é baseada na ontologia pós-positivista, não podendo ser considerada como método de explanação nem a dedução nem a indução. Afinal, ela não tem como objetivo testar certa hipótese, provando ou se aproximando de relações de causa e efeito. Segundo Peirce (1934), a retrodução consiste no estudo de fatos e no desenvolvimento de uma teoria capaz de explicá-lo. Resumidamente, se inicia a retrodução com a observação de um fenômeno (F) anormal, intrigante ou surpreendente. Este fenômeno pode, então, ser explicado como algo natural se uma hipótese (H) for verdadeira, e, sendo assim, existem boas razões para pensar que H é verdade (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Em outras palavras, a conclusão da análise será a hipótese. Entretanto, a hipótese será inferida apenas quando seu conteúdo estiver presente na explanação do fenômeno em questão.

Não simplesmente como outra forma de construção de hipóteses, mas como um modo de validação das explicações nas ciências sociais. Sendo assim, a lógica utilizada nesta pesquisa é alicerçada na abordagem proposta como **ciclos-retroditivos** em que a(s) hipóteses, apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação, são reelaboradas constantemente seguindo a ampliação ou aprofundamento do conhecimento sobre o fenômeno analisado. O método retroditivo procura, em vez de deduzir conclusões, contestar hipóteses.

Pelo fato da TD estar interessada, principalmente, com questões ontológicas e menos com aspectos ligados a métodos de análises empíricas (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002), a **problematização**, desenvolvida inicialmente por Foucault, segundo Glynos e Howarth (2007), funciona como um quadro analítico. A problematização serve aqui como uma forma de estratégia analítica que implica, por exemplo, no seguinte questionamento: como determinado fenômeno ou objeto tem sido representada e articulada em um campo discursivo específico?

O ponto analítico inicial seria: identificar as concepções desse fenômeno relacionadas a cada posição de sujeito. O foco aqui está na interação dos processos de identificação e representação em campos discursivos e em como estas interações resultam numa limitação das contestações políticas.

Pelo fato da TD ser concebida como uma forma de compreender e interpretar significados socialmente produzidos, seus processos metodológicos são considerados, em parte, menos importantes. Contudo, isso não implica que essa abordagem discursiva visa um anarquismo metodológico, pois, seus conceitos básicos permanecerão moldados para se adequarem a problemas específicos a serem considerados (HOWARTH, 2000).

Como identificado por Torfing (2005), a TD não deve se limitar ao estudo de tópicos como gênero, etnias e movimentos sociais, mas também, articular com tópicos mais tradicionais e centrais. O objetivo da TD não é apenas desenvolver novas descrições do mundo social, mas construir novas interpretações, tanto ao tornar visíveis fenômenos antes não identificados por abordagens teóricas, quanto problematizando descrições existentes de modo a articular interpretações alternativas (HOWARTH, 2005). Enquanto um contexto político é analisado como uma construção discursiva, a análise do discurso deriva de parte desse momento do conceito de desconstrução.

A Teoria do Discurso oferece as ferramentas para uma crítica às formas realistas,

positivistas e tecnocráticas de se analisar os problemas sociais, assim como sistemas tecnológicos específicos, onde a definição desses problemas é dada como certa e sua subsequente análise procura delinear por que e quais ações são necessárias para solucioná-los. À medida que os discursos são pensados como sistemas relacionais de significado e prática que constituem as identidade e posições de sujeitos e objetos, deve-se dar atenção em como o processo de estruturação de elementos e princípios da vida social são criados, mantidos, interrompidos e transformados (HOWARTH; STAVRAKAKIS, 2000).

O conceito de articulação assume uma importante posição ao tratar da articulação entre técnicas e veículos metodológicos que permitem a análise crítica de determinado fenômeno também problematizado criticamente. Nos estudos envolvendo uma análise político-empírica em geral, é possível e interessante a adoção de um estudo de caso particular, porém, como se trata aqui da Teoria do Discurso e de uma abordagem crítico-analítica, se fazem indispensáveis a adoção, seleção e investigação de estudos de casos em profundidade, sendo uma etapa vital da realização de uma lógica de explanação crítica. Além disso, os estudos de caso nos permitem um meio para explicar fenômenos criticamente problematizados, juntamente com uma quantidade ampla de informações referentes ao contexto de cada caso (GLYNOS; HOWARTH, 2007; JORGENSEN; PHILLIPS, 2002).

Como afirmam Jorgensen e Phillips (2002), o estudo de caso torna-se significativo quando relacionado com as práticas de problematização, explanação retrodutiva, crítica e persuasão, no qual as três últimas fornecem uma completude do contexto e das condições para a construção, condução e contribuição do conhecimento. Os casos devem ser considerados sempre inseridos em um amplo corpo analítico focado na TD, apresentado em seções acima, e teórico-contextual, que será apresentado abaixo.

A Teoria do Discurso emergiu em um contexto de interdisciplinaridade e tradição interpretativa pós-positivista, mas possui raízes históricas nas análises da ideologia, retórica e linguagem filosófica (HAJER, 1995). Esta abordagem embasa-se em certas premissas ontológicas e epistemológicas, em modelos teóricos, assim como em técnicas metodológicas para a análise concreta. No entanto, para a realização desta última, a TD deve ser articulada com algum mecanismo de acesso a dados empíricos. Um dos mais comuns é o de Análise do Discurso (AD). Contudo, como se verá adiante, outros dois também se mostram úteis para tal fim. Sendo estes: a Análise Textual e a Desconstrução.

Atendo-nos inicialmente ao primeiro mecanismo, podemos afirmar que a TD concebe as suposições ontológicas e epistemológicas enquanto a AD consiste em um conjunto de técnicas que possibilitam analisar as estruturas discursivas (HOWARTH, 2005). Enquanto a TD é antiessencialista e se opõe às explicações causais dos fenômenos sociais que buscam vincular eventos empíricos a leis universais (HOWARTH, 2000), o *modus operandi* da AD rejeita a aplicação mecânica de regras e técnicas neutras a fenômenos empíricos (HOWARTH, 2005).

4.7.3 Análise do discurso

Cientes de que a TD necessita de uma base analítica associada a todos os seus conceitos, a escolha da análise do discurso não foi feita de forma aleatória, já que esta se

encaixa perfeitamente com os desígnios da TD.

4.7.4 Aplicando a análise e teoria do discurso

A análise do discurso se refere à prática de analisar uma gama de materiais e informações empíricas articulando com um conjunto de dados linguísticos e não-linguísticos como declarações, relatórios, entrevistas, imagens e mesmo organizações e instituições enquanto formas discursivas. Os conceitos-chave da TD que foram apresentados nas seções acima são bastante úteis como pontos importantes para a realização da análise de determinado material empírico. Os pontos nodais, por exemplo, representam significantes-chave na teoria do discurso. Ao serem identificados no material empírico e ao analisar como esses significantes se combinam com outros signos por meio dos canais de equivalência, gerando novas formas de significados, pode-se entender como os discursos, identidades e o próprio campo social são organizados e construídos discursivamente.

Por meio desses conceitos é possível identificar e compreender como por meio dos discursos as identidades, o conhecimento e a realidade são criados, gerando ações e práticas sociais, assim como a forma como se articulam, de modo a passar de um período marcado por um antagonismo para um período marcado por discursos e práticas hegemônicas.

A análise do discurso com base teórica em Ernesto Laclau e Chantal Mouffe é, além de tudo, uma análise social e política. A teoria e o método estão interligados na análise do discurso. Esse método não pode ser empregado sem a utilização de teoria específica. Mesmo pelo fato da análise do discurso poder ser aplicada a diversos campos de estudo e pesquisa, a mesma não pode ser integrada a todo tipo de teoria (JORGENSEN; PHILLIPS, 2002). A abordagem aqui apresentada deve ser entendida como um corpo teórico-metodológico, não podendo ser encarada como apenas um procedimento metodológico estruturado e que deve ser seguido à risca. Faz-se necessário, dessa forma, apresentar aspectos importantes dessa abordagem que devem ser considerados, deixando claro, porém, que cabe à criatividade de cada pesquisador se apropriar dessa ferramenta de forma a melhor analisar e compreender o fenômeno a que se propõe pesquisar.

O conceito de discurso ou estrutura discursiva, para Laclau e Mouffe, é similar ao que Wittgenstein chama jogo de linguagem, onde os discursos são uma configuração relacional dos elementos que compreendem os sujeitos, as palavras e as ações, organizados em determinado contexto. Nesse caso, cada elemento adquire sentido apenas em relação aos outros. No intuito de estudar esses discursos de forma a descrever, criticar, explicar e avaliar os mesmos, a teoria política do discurso, como visto anteriormente, faz uso de uma abordagem de algo como um problema dirigido para a análise política, o qual envolve a construção de um problema particular em determinado contexto histórico (GLYNOS; HOWARTH; NORVAL; SPEED, 2009).

Por fim, a análise do discurso procura demonstrar como e porque discursos específicos prevalecem em relação a outros. Tal análise extrapola a simples identificação de quais ideias são importantes em modificar regimes, por exemplo, de cidadania, para considerar o porquê dessas ideias específicas e não outras serem consideradas como significativas. Sendo assim, este método dá prioridade à análise dos processos articulatórios,

examinando não apenas os discursos em circulação, mas sim, aqueles excluídos pelos “espaços de dispersão” (Foucault, 1991, p. 55). Isto porque o processo articulatório tanto combina e substitui como exclui.

4.8 Metodologia de pesquisa

Diante de tudo que já foi exposto nesta seção serão apresentados todos os detalhes metodológicos que conduziram esta pesquisa empírica. Está claro que é uma pesquisa de cunho qualitativo, baseada nos estudos de Howarth e Glynnos (2007), sobre a retrodução como um método para todo o trabalho, não apenas para a parte analítica.

Em linhas gerais, toda pesquisa social empírica demanda, por parte do pesquisador, que seja realizada uma seleção de evidências, as quais servem como base da investigação, seja para fins de descrição, prova ou refutação do fenômeno em questão.

O *corpus* significa conjunto ou coletânea. Sinclair (1991) afirma que um *corpus* de pesquisa seria uma coletânea de textos selecionados para caracterizar um determinado estudo. Uma vez que se dá início à construção do *corpus*, outro termo é incorporado a esta perspectiva, que é o conceito de *corpora*. Bauer e Aarts (2002) compreendem que para uma construção ordenada de um corpus faz-se necessário que várias *corporas* sejam criadas, para, por fim, gerar um *corpus*.

Com base nas recomendações propostas por Bauer e Gaskell (2002) e Sardinha (2000), foi construído um *corpus* de pesquisa, seguindo-se critérios de confiabilidade e validade, a saber: validade, relevância, homogeneidade, saturação e sincronicidade. A saturação refere-se à exaustividade dos dados observados. Estes devem ser homogêneos não nos discursos, e sim perante aos objetivos da pesquisa. Todos os dados coletados têm que seguir rigorosamente as perguntas norteadoras do corpus. Os dados devem estar sincrônicos, ou seja, que haja similaridade de observações em um período de tempo (BAUER; AARTS, 2002; KIRK; MILLER, 1986). Tais critérios foram preponderantes para conferir representatividade ao *corpus* desta pesquisa. A representatividade, por sua vez, está ligada à representação do universo de estudo (BAUER e AARTS, 2002; GHADDESSY, HENRY e ROSEBERRY, 2003).

4.8.1 Construção do corpus

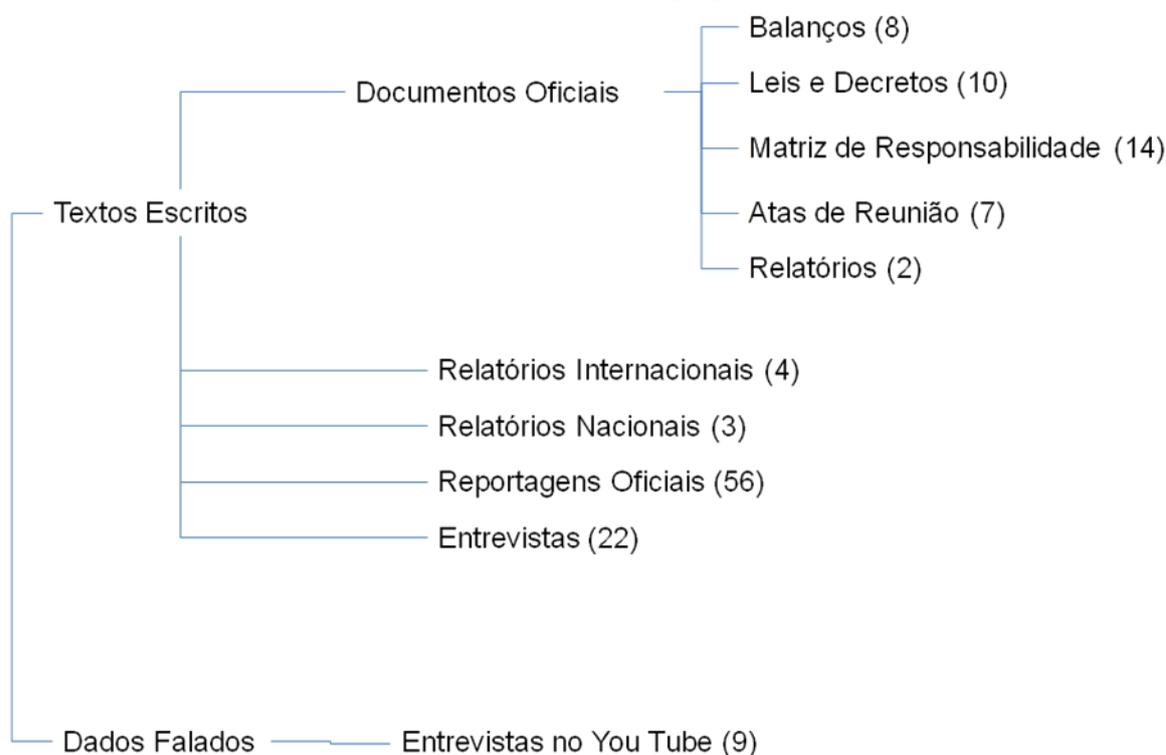
Para a presente investigação empírica realizamos observação participante por um período de 1 ano em campo, entrevistas, levantamento e coleta de dados documentais. As entrevistas foram realizadas com os atores discursivos identificados no período de observação, sendo realizada paralela a alguns eventos marcante do processo observatório. Todas elas foram realizadas com os atores que compunham o discurso governamental do Centro Integrado de Comando e Controle de Pernambuco (CICC-PE), que representavam diversos discursivos dentro deste campo discursivo. Os documentos levantados, por sua vez, foram utilizados na problematização desta pesquisa e são referentes ao processo de

significação do CICC no estado de Pernambuco, e compõe a análise dos dados descritos no capítulo a seguir.

Minayo (1992) argumenta que a escolha de um *corpus* de pesquisa deve seguir alguns critérios em que cabe, na pré-análise, que os dados a serem escolhidos tenham ligação com as hipóteses e objetivos de pesquisa. Na segunda fase, existe a exploração do *corpus* na qual os dados brutos são transformados em discursos.

Desta forma, respeitando os critérios acima foram coletados todas as leis, balanços e planos relacionados à implantação do CICC em todo o Brasil, sempre focando em Pernambuco. Como foi exposto acima, o *corpus* desta pesquisa coletou material das mais variadas fontes. Cientes de que o objetivo era o discurso governamental, teve-se o cuidado em não extrapolar este recorte metodológico. A quantidade detalhada de dados coletados pode ser observada na figura abaixo.

Figura 5- Corpus de pesquisa



Fonte: Baseado em Bauer e Gaskel (2002)

4.8.2 Amostragem da pesquisa

Por ser uma pesquisa de caráter qualitativo a amostragem não é medida por quantidade de fontes, e sim pela qualidade da informação contida em cada dado coletado. Bauer e Aarts (2002) argumentam que a amostragem refere-se à capacidade representativa de uma pesquisa. Diante disto e cientes de que a Teoria do Discurso também exige um universo

discursivo complexo, esta pesquisa teve a preocupação no momento da construção do *corpus* de compreender e anexar aos dados diversos campos discursivos.

A observação participante foi o primeiro passo de um ano de pesquisa empírica, na qual a pesquisadora foi ao campo todos os dias (de segunda à sexta) em um período de oito meses consecutivos, participando de diversas reuniões. Em seguida, passou a ir apenas em dias de eventos relevantes. Este fato se deu porque o universo discursivo já havia sido desvelado e outras áreas da pesquisa, em que as entrevistas foram realizadas, precisavam ser acionadas e intensificadas.

Paralelo a isto, foi iniciada a coleta de dados documentais oficiais. Nesta fase teve-se a preocupação de entrar em todos os sites dos ministérios envolvidos para se comprovar que os dados convergiam para um mesmo lugar, que é o portal da Copa. Neste ambiente digital encontram-se todos os balanços, os planos e as notícias, enquanto que as leis e decretos foram localizados no site do Planalto e no Diário Oficial de Pernambuco.

Por fim, as atas de reunião dos grupos de trabalhos do CICC-PE foram anexadas aos dados com o intuito de dar mais representatividade discursiva ao *corpus*.

4.8.3 Validação do corpus sobre o CICC-PE

A construção do corpus desta pesquisa seguiu as perguntas norteadoras do mesmo. Neste processo, Paiva; Leão e Mello (2011) argumentam que a validade e a confiabilidade de um corpus de pesquisa qualitativa é algo muito particular, já que como é uma pesquisa social e política a interpretação do autor tem muita relevância neste processo. Outro fato importante é a quantidade de dados. Em pesquisas quantitativas, as amostras têm que seguir um padrão estatístico, caso contrário não têm validade, enquanto que na qualitativa não é a quantidade quem define a validade do dado. Referente a este assunto, nos estudos sociais não se pode ter uma regra geral para a validade de um dado. Leininger (1994) percebe que para a pesquisa qualitativa ter validade, ela tem que seguir critérios sistemáticos de observação em uma pesquisa qualitativa.

Wainer e Braun (1988) descrevem a validade nas pesquisas qualitativas a partir da noção de construção. Para os autores, este é o conceito inicial do *corpus* por se referir às questões de pesquisa, aos objetivos e hipóteses que coincidem em uma escolha válida dos dados a serem reunidos. Eles também afirmam que em muitos casos os pesquisadores qualitativos aplicam técnicas de validação. Dentre estas, Kirk e Miller (1986) destacam três, são elas: validade aparente, instrumental e teórica. Na primeira, refere-se quando o método de pesquisa produz a informação desejada. O segundo momento é quando por meio de uma combinação de fontes de dados e métodos de pesquisa ocorre a validação dos dados; por fim, refere-se à legitimidade entre os dados e as teorias utilizadas no trabalho.

Desta forma, todos os dados coletados na construção deste corpus de pesquisa seguiram os critérios estabelecidos pelos autores supracitados, em que se tomou o cuidado em utilizar fonte de dados oficiais do governo brasileiro, já que se espera que neste ambiente, mesmo sendo digital, exista uma idoneidade dos dados ali publicados. As leis e decretos foram todos coletados em diários oficiais e pelo próprio site de Planalto Central. As entrevistas foram realizadas com a voz coletiva de cada ator discursivo relevante para as

perguntas, hipóteses e objetivos de pesquisa. Também foram utilizados diversos métodos, tais como observação participante, entrevistas semiestruturadas, coletas de dados digitais e a coleta das atas de reuniões que são dados documentais escritos. Portanto, os dados coletados, mesmo sobre a influência do olhar do pesquisador, seguiram todas as normas de uma pesquisa qualitativa acerca de estudos sociais e políticos, como é o caso deste trabalho.

4.8.4 Relevância da construção do corpus

Uma pesquisa qualitativa é relevante quando seus dados empíricos contribuem para a compreensão de um fenômeno igualmente relevante para a sociedade, proporcionando resultados diretamente representativos deste objeto empírico, que, no caso desta pesquisa, é complexo.

Os dados de um *corpus* se tornam relevantes na medida em que a complexidade começa a ser desvelada e os dados passam a mostrar evidências que respondem as questões de pesquisa, hipóteses e objetivos.

Seguindo este modelo de relevância, a construção do *corpus* se baseou na busca por campos discursivos diferentes, mas que constituem o CICC-PE, objeto empírico da pesquisa. Todas as entrevistas também foram feitas com atores relevantes para o processo de significação do CICC-PE.

4.8.5 Homogeneidade e sincronicidade da construção do corpus

Os dados coletados devem seguir dois outros conceitos para sua construção: homogeneidade e sincronicidade. Um dado homogêneo não é aquele necessariamente igual ao outro, mas sim que pertença a um mesmo grupo, neste caso discursivo. Bauer e Aarts (2002) defendem que um corpus homogêneo não deve conter ao mesmo tempo, imagem e texto, por que deste modo o mesmo passa a ser disforme e conduzir a dois tipos de análises distintos. Então, neste sentido o *corpus*, pode ser compreendido como um conjunto de dados escolhidos arbitrariamente pelo pesquisador, mas que seguem temáticas e técnicas semelhantes.

Os elementos de uma coletânea de dados são homogêneos também no que se refere às diversas características e variáveis que os compõe. O critério de homogeneidade exige que os dados tenham sido coletados com a mesma técnica. No caso desta pesquisa, por exemplo, todas as entrevistas realizadas seguiram uma mesma estrutura de perguntas, mas como foram entrevistas semiestruturadas, a cada mudança de ator discursivo as perguntas se adequavam com o entrevistado em questão.

Neste caso, houve a necessidade da criação de quatro *corporas*, como está evidente na seção da construção do *corpus*, já que foram realizadas entrevistas, coletas de dados pela internet, coleta das atas de reunião e observação participante. Todas estas partes foram realizadas seguindo o critério de homogeneidade.

Paralelo a este critério está o de sincronicidade, que se refere à coleta de dados em um mesmo momento histórico. Bauer e Aarts (2002) argumentam que a sincronicidade dos dados de dá quando estes pertencem a um ciclo natural de acontecimentos. No caso desta

pesquisa, é a implantação e a significação do CICC-PE em um contexto de vigilância eletrônica, governabilidade e governança tecnológica. Portanto, os dados do corpus são sincrônicos.

4.8.6 Saturação dos dados

Por fim, o corpus de pesquisa tem que ter saturação. Nas pesquisas quantitativas esta saturação ocorre por meio da quantidade de dados estatísticos, já nas pesquisas qualitativas o processo de saturação se dá quando os dados não apresentam nenhum fato novo para as análises. Outro dado relativo à saturação em pesquisas qualitativas é a sua saturação teórica. Isto ocorre quando há inclusão de novos dados, sejam eles entrevistas, documentos e etc., e passam a se apresentar, na avaliação do pesquisador, como redundantes e repetitivos (DENZIN; LINCOLN, 1994).

Para Bauer e Athans (2002), a saturação deve ser o último estágio da construção de um *corpus* de pesquisa, pois para que uma pesquisa qualitativa seja relevante em sua quantidade de dados (não numérico, e sim referente à qualidade), a inclusão de novos extratos não pode mais acrescentar nada de novo para a pesquisa. Com isso, o conceito de saturação teórica parece ser pertinente, pois é por meio da teoria-base que os dados são analisados. Glaser e Strauss (1967) afirmam que a saturação teórica é a constatação do momento em que a construção do *corpus* deve ser interrompida, no caso pertinente à pesquisa de caráter social e político, como é o caso desta. Para tanto, este critério exige do pesquisador uma análise contínua dos seus dados.

No caso desta pesquisa, seguiu-se o modelo de saturação teórica dos dados, já que por meio do processo retroutivo os dados coletados são analisados no começo da pesquisa. Como o objeto empírico desta pesquisa, apesar de muito relevante para a sociedade, permanece pouco visível, mesmo dentro do discurso governamental do CICC-PE, e a saturação dos dados deu-se sem a necessidade de ter entrevistas realizadas com as trinta e três (33) instituições que a compõe. Motivo este ligado ao fato de que nem todas estão relacionadas ao processo de significação do CICC-PE. Portanto, o *corpus*, desta pesquisa atingiu o nível de saturação recomendado.

4.9 Objeto Empírico

A escolha do objeto empírico deu-se, como já foi evidenciado, por sua relevância e potencialidade. Entretanto, cientes de sua possível magnitude e do tempo escasso no mestrado, foi necessário um recorte empírico, em que todos os dados coletados passaram a referenciar apenas o discurso governamental. Entretanto, vale salientar que este recorte não reduz a importância da pesquisa nem a qualidade do corpus construído.

Com a escolha fixada, os dados começaram a ser coletados em meados de abril de 2012, com o início da observação participante de reuniões e encontros governamentais sobre o objeto em questão. Seguindo estas observações, os dados começaram a ser coletados dando início a um ano de pesquisa e coleta de dados empíricos que condicionaram a construção de

um corpus sólido e consistente, capaz de responder ao complexo questionamento feito pela teoria-método que é a TD.

Este objeto empírico também atende aos critérios de inovação e ineditismo, uma vez que é recente, iniciado em 2010, e é uma quebra de paradigma para a sociedade brasileira. Com isso, teve-se o cuidado de que o seu corpus seguisse criteriosamente todos os passos para a construção de um bom *corpus* de pesquisa.

4.9.1 Evolução da pesquisa

A pesquisa pode ser dividida em três fases centrais: a primeira foi a escolha da base teórica da pesquisa, tendo como primeira teoria a TD de Laclau e Mouffe, mas como esta é uma teoria muito ampla e que se adéqua a muitos estudos e pesquisas, fez-se necessário a escolha de outras teorias que seguissem a mesma linha argumentativa. Mas o que levou a escolha da teoria da vigilância e da governabilidade foi, principalmente, a emergência destes conceitos na sociedade diante da urgência da implantação de sistemas de vigilância eletrônica.

Entretanto, teve-se o cuidado de usar teorias com a mesma abordagem. As três são teorias pós-estruturalistas e pós-marxista, que se baseiam direta ou indiretamente em Foucault, e duas delas se baseiam em Schmitt, evidenciando uma profunda relação entre elas. Após esta escolha, fazia necessário que um objeto surgisse da sociedade civil e que atendesse aos desígnios destas teorias. Portanto, a escolha do CICC-PE foi planejada e racional, já que o mesmo responde perfeitamente à base teórica da pesquisa.

A segunda fase corresponde à construção do *corpus* que seguiu a evolução do processo de significação do CICC-PE, com o intuito de capturar todas as suas nuances. Por fim, a pesquisa chega a sua análise de dados, com um arcabouço teórico-metodológico consolidado e coerente, dando ao pesquisador as ferramentas necessárias para a construção de uma boa análise e ao leitor a possibilidade de sua plena compreensão.

4.10 Conclusão

Este capítulo teve como intuito demonstrar de forma clara a teoria método que será utilizada de forma basilar nas análises, no capítulo abaixo. Também foi proposta deste unir a mesma com a metodologia da pesquisa em um imenso capítulo, em que todo o desenho da pesquisa foi descrito. Foram apresentados também os principais conceitos norteadores da TD e como o corpus da pesquisa foi construído.

5 Análise do Discurso Governamental da Vigilância Eletrônica do CICC-PE

5.1 Introdução

Este capítulo é todo direcionado para a parte analítica da dissertação. Uma vez baseada em um processo retrodutivo, neste as hipóteses de pesquisa serão retrabalhadas com base nos dados encontrados no campo empírico. Vale salientar que no processo de problematização diversos dados empíricos já foram coletados e incluídos neste, como foi evidenciado na construção do *corpus*. Este se iniciou há um ano e se estendeu paralelamente à construção teórica até o fim desta. Apesar do processo de significação ainda estar em andamento, muito deste já pode ser explanado, visto que foi iniciado há dois anos. Será também neste capítulo que o leitor irá se deparar com os primeiros esboços da teoria sobre o discurso governamental da vigilância eletrônica, dando início ao contexto da justificação, evidenciado no modelo desenvolvido por Glynos e Howarth (2007).

5.2 Brasil candidato? Análise discursiva do primeiro passo do país rumo à Copa do Mundo

Para se compreender o discurso governamental em torno do CICC-PE, é necessário que seja realizado um retorno histórico para contextualizar as articulações políticas do discurso na atualidade. Sem este retorno não é possível entender como ele está sendo construído e quais são seus pontos de ruptura e agregação. O marco inicial de todo o discurso foi a candidatura do país para sediar a Copa do Mundo de 2014. É tradição na FIFA que a escolha do país seja bem antecedente ao evento, para dar uma margem temporal necessária à construção ou melhoramento da infraestrutura exigida por este órgão. Com isso, em 2006 o Brasil se lançou candidato. Com base em dados documentais (oficiais e do Portal da Copa), foi identificada a principal articulação do Brasil para a candidatura como sede da copa do mundo.

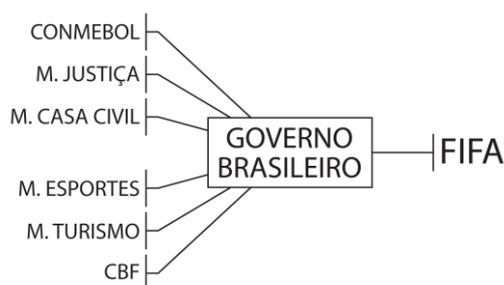
No primeiro momento, o país se articulou com órgãos internacionais com o intuito de fortalecer sua candidatura. Neste caso, o objeto político capaz de agregar práticas discursivas distintas era a candidatura do país, motivo este ligado ao seu enorme potencial econômico. Vale salientar que o apoio da Confederação Sul-Americana de Futebol (COMENBOL) foi construído por meio de articulações entre o então presidente Luís Inácio Lula da Silva e os líderes do grupo, já que em 2003 havia três países em potencial para receber o apoio, eram eles: Argentina, Brasil e Colômbia. Porém, em 17 de março de 2006 uma votação unânime escolheu o Brasil como representante da América do Sul.

Com esse apoio, o então presidente Lula precisava organizar as articulações internas. Para isto contou com o apoio político do então presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, da sua base aliada, do Ministério dos Esportes, do Turismo,

da Casa Civil e da Justiça. Articulados, estes apresentaram a candidatura do país no dia 18 de dezembro de 2006. Vale salientar que as inscrições ocorreriam até dia 17 de março de 2007 e foram antecipadas para dezembro, impedindo que mais candidatos se preparassem para enviar a sua inscrição. Em 30 de outubro de 2007 a FIFA ratificou o país como sede do mundial de 2014. Com o fim deste processo político, que culminou no início de todo o discurso em torno do mundial, os sujeitos políticos iniciaram um processo de desarticulação. Já não era mais necessário o apoio da COMENBOL, agora o objeto político era outro (FIFA, 2010).

Como fica evidente na Figura 6 abaixo:

Figura 6- Candidatura do Brasil



Fonte: Elaborada pela autora

Mas existe outro fator relevante a ser analisado nesta questão. Segundo Hardt e Negri (2006) em sua teoria sobre o império, fica claro que a FIFA se apresenta como um caso ilustrativo de uma instituição no exercício do poder imperial. Nela, o detentor do poder não precisa ter território físico, ser um país, basta apenas ter poder para controlar seus subordinados, como é o caso da FIFA, que é um órgão privado e internacional.

Ela também se encaixa em todas as características de um poder imperial, já que segue as três regras básicas deste. A primeira é o momento inclusivo – no caso da FIFA, qualquer país pode se candidatar, atraído pelo poder econômico que um evento deste pode proporcionar. Em seguida, inicia-se o processo diferencial, em que são colocados à margem do processo os países que não seguem as regras de infraestrutura nem tem dinheiro o suficiente para financiar um evento do porte da Copa do Mundo. Neste momento, o racismo imperial se evidencia, pois nações são consideradas culturalmente e economicamente inaptas para receber tal evento. Por fim, a FIFA inicia o processo gerencial. Agora o país sede escolhido tem que seguir as regras e obrigações, estabelecidas por este órgão, permeado pela criação de uma matriz de responsabilidade que garanta o cumprimento de todas as regras previamente estabelecidas.

A crise nos serviços públicos brasileiros é de ciência da FIFA, e seguindo uma política do órgão, criou-se a matriz que abrange todas as áreas diretamente ligadas ao evento, o que obrigou o país a criar uma lei conhecida como lei geral da Copa. Vale salientar que qualquer país sede tem que assinar um termo referente as suas necessidades e exigências particulares. Nela, ficou determinado que no período do evento ocorreriam mudanças estruturais nas leis brasileiras, por exemplo: a venda de bebidas em estádios, proibida por lei, será liberada no período da Copa; a venda de meia entrada para os jogos que a FIFA não antecipada, acabou por acontecer; a demarcação do perímetro de circulação de carros em

torno dos estádios segue o protocolo estabelecido pela FIFA, são exemplos das demandas e acordos firmados entre o Brasil e ela.

Este órgão detém o poder político para decidir se o mundial ocorrerá ou não. Seguindo o argumento de Schmitt (1992) que afirma que soberano é aquele que pode decidir em caso de estado de emergência, a FIFA, no que diz respeito à realização da Copa do Mundo 2014 no Brasil, detém o poder soberano.

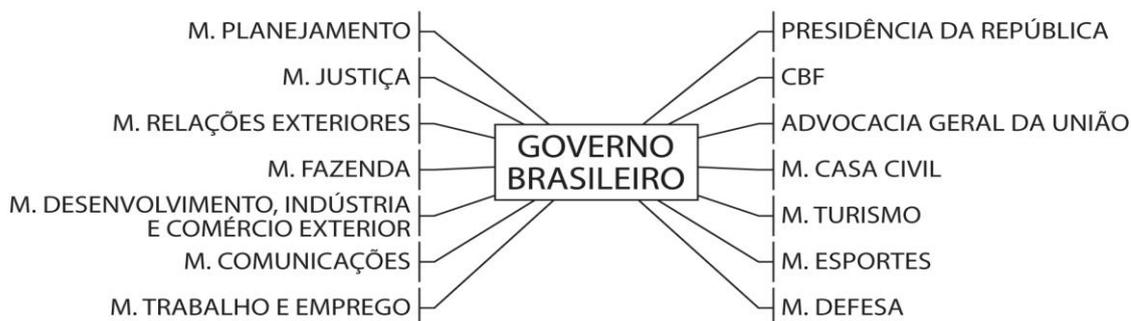
Seguindo a teoria de Hardt e Negri (2006), mesmo um país tendo estabilidade no campo econômico, social e político, isto não garante sua soberania em toda e qualquer situação. Por exemplo, a FIFA impõe regras às quais qualquer país pleiteante a sede de um campeonato mundial de futebol deve se submeter, ratificando sua teoria sobre o império, e também a teoria de Schmitt (1992) sobre a soberania política.

Apesar de ter sua soberania temporariamente comprometida em alguns aspectos, as vantagens econômicas, sociais e políticas reduzem e desarticulam os movimentos de resistência. Com a definição do Brasil como sede, um novo processo articulatório se evidenciou.

5.3 Brasil sede: os caminhos da articulação nacional

O Brasil assumiu a responsabilidade de, em pouco mais de seis anos, se preparar para receber o mega evento. Apesar de parecer um período longo, muito havia e ainda há de ser feito em termos de infraestrutura, construção de estádios, melhoramento nos portos, aeroportos, mobilidade urbana, saúde, turismo, hotelaria, segurança pública entre outros. Ciente deste déficit, o governo brasileiro só iniciou em meados de 2010 uma série de investimentos em obras públicas, e mesmo assim de forma lenta e gradual. O Ministério dos Esportes, em um estudo sobre os impactos da Copa do Mundo, divulgado em 2010, afirma que serão investidos em infraestrutura cerca de 33 bilhões de reais, com um incremento médio no Produto Interno Bruto (PIB) de 0,40%, com 9,4 milhões em turismo incremental, 330 mil empregos permanentes e 380 mil temporários, aumento de 5 bilhões no consumo médio dos brasileiros e 16,8 bilhões em impostos recolhido (ME, 2010). Apenas destes dados em si já serem suficientemente atraentes, sediar um evento desta magnitude é desejo de muitas nações. No caso do Brasil, a economia movimentará aproximadamente 47,5 bilhões de reais de forma direta e 135,7 bilhões de forma indireta, somando um montante de 183,2 bilhões de reais circulantes. Neste momento o objetivo político capaz de unir ou segregar passa a ser outro diferente do da candidatura.

Com isso, elementos discursivos desarticulados no primeiro momento se transformam em momentos articulados. A figura abaixo mostra uma mudança discursiva. No contexto da candidatura, alguns ministérios se articularam outros permaneceram desarticulados, pois não lhes era interessante nem favorável se articularem e se transformarem em posição de sujeito (Brasil, 2012). Agora o objetivo era outro: todos os ministérios estavam interessados em participar economicamente de um evento desta magnitude.

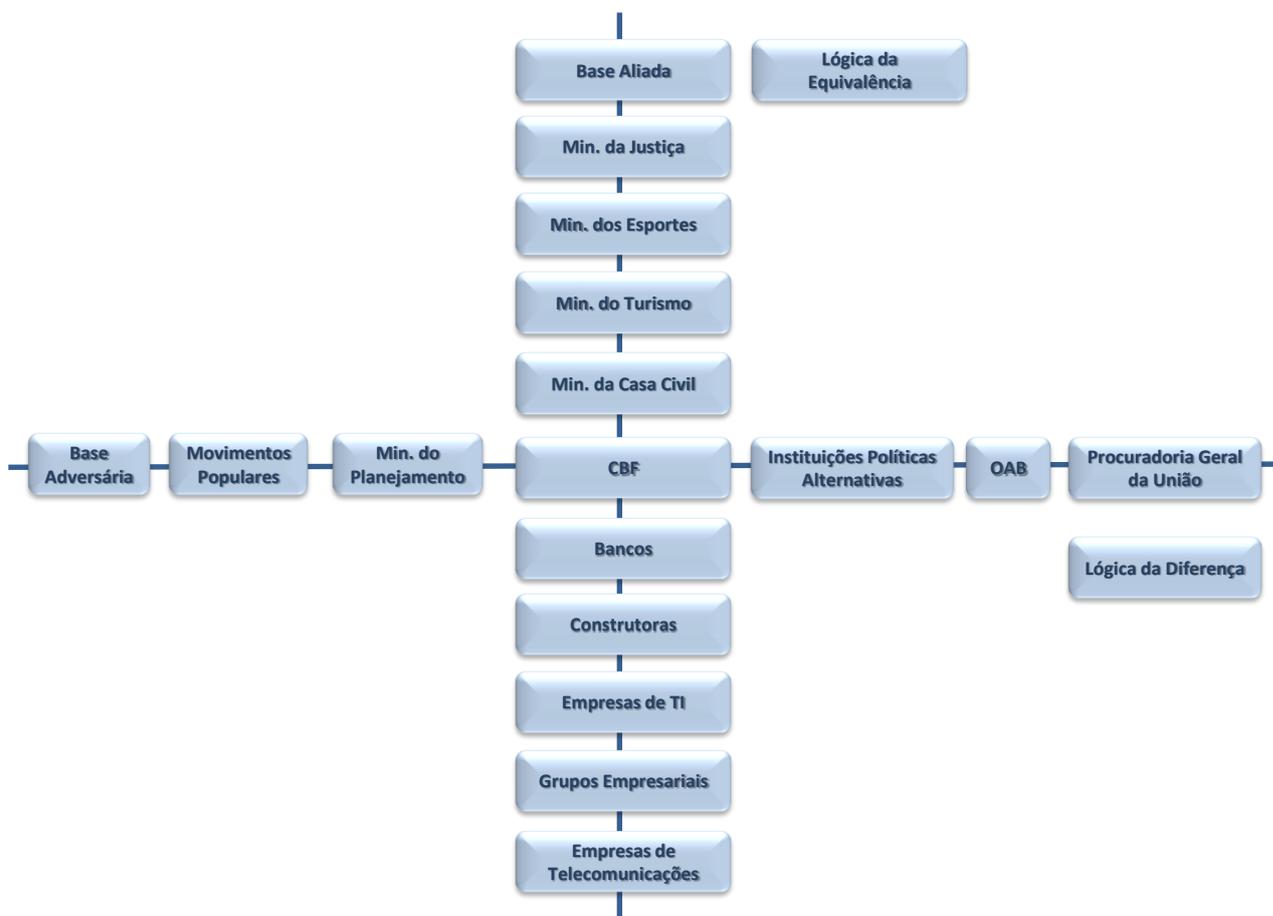
Figura 7- Sujeitos políticos envolvidos no Brasil sede

Fonte: Elaborada pela autora

Agora com 14 dos 39 ministérios que compõem o governo brasileiro, os sujeitos discursivos aumentaram em quantidade de forma significativa. Todos declaradamente interessados nos possíveis investimentos nos serviços públicos ligados às suas pastas.

Todavia, o discurso em torno da Copa do Mundo 2014 não é constituído apenas por sujeitos equivalentes. Laclau (1996) argumenta que em um discurso sempre existirão fronteiras de exclusão que delimitam o espaço discursivo em que o poder representativo se apresenta. O poder de dar consistência a um discurso não é sinônimo da inexistência de identidades negadas nem articulações contrárias. A presença do "outro" é essencial à própria existência do "eu" discursivo e sem antagonismos o discurso passa a se constituir de forma homogênea (TORFING, 1999). Ratificando este postulado de que um discurso não pode existir sem fronteiras discursivas e lutas hegemônicas, Laclau (1996) afirma que se um discurso for homogêneo o suficiente para não se identificar diferenças, este, na verdade, não forma nenhuma lógica de equivalência, é um só elemento.

A lógica de equivalência indica que os significados dos sujeitos se interligam, formando virtual e temporariamente, na mesma posição ou estrutura social. Quando a posição do sujeito "Governo" (base aliada e situação) afirma: "juntos num só ritmo", tenta formar uma cadeia de equivalência com elementos de mobilização dos sujeitos envolvidos para que estes se mantenham com suas diferentes identidades adormecidas em nome de uma estrutura simbólica (PORTAL, 2012). A lógica da diferença, por sua vez, envolve a articulação de elementos contrários à lógica de equivalência. Esta lógica se baseia na impossibilidade de um fechamento total da discursividade. Quando o grupo contrário afirma "Copa para quem?", tenta evidenciar as diferentes identidades mostrar que o campo é ambíguo e fluido. A expansão da lógica da diferença em um contexto social implica em uma estrutura mais complexa. Deste modo, os sujeitos discursivos se posicionam em dois polos distintos, entretanto a equivalência não implica na anulação da diferença, mas passa a ser sua condição de possibilidades. A imagem a baixo evidencia as duas lógicas.

Figura 8- Lógicas de equivalência e diferença

Fonte: Elaborada pela autora

Nesta imagem fica claro que existe, de um lado, um grupo com muitos sujeitos políticos que detêm poder econômico e social, que formam o discurso equivalencial. No caminho oposto está o discurso diferencial, que tenta desarticular e evidenciar as incoerências do discurso equivalencial. Vale destacar a presença da Procuradoria Geral de União no discurso diferencial. Este fato se dá por este órgão ser o responsável por fiscalizar as obras da copa e, por tal motivo, em muitos momentos, embargou muitas delas, dificultando o processo e criando fissuras no discurso equivalencial. O Ministério do Planejamento, apesar de ser da base aliada, tem a mesma função e já ordenou que os gastos com a Copa fossem reduzidos, limitando o poder da base aliada em controlar todas as diferenças presentes no sujeitos que compõem o discurso equivalencial.

Por fim, fica claro o que Laclau (1993) quer mostrar quando afirma que não existe discurso totalizante.

5.4 As cidades-sede: um projeto de controle ou de segurança pública?

Com a assinatura do termo de compromisso e a criação da matriz de responsabilidade, a FIFA iniciou o processo da escolha das cidades-sede do mundial. Normalmente, são escolhidas poucas cidades, para facilitar o transporte das delegações, minimizar os gastos entre outros motivos. Com isso a FIFA, indicou que a quantidade ideal de cidades-sede era entre oito e dez. Entretanto, a CBF percebeu que apenas 10 cidades eram poucas para um país tão grande. Então, um novo objeto político estava formado e novos sujeitos iriam se articular. A CBF, em conjunto com o Ministério dos Esportes e Justiça, se uniu em prol de que fossem selecionadas 12 cidades. Neste caso, três sujeitos políticos se articularam e a competição entre as cidades brasileiras começou. Todas desejavam fazer parte deste processo, então vinte duas cidades se candidataram, a saber: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife/Olinda, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Teresina – e Campinas no interior de São Paulo (FIFA, 2010).

Estas se lançaram candidatas em 2008 por meio da apresentação dos projetos, com seus orçamentos, planejamentos de obras de infraestrutura e demonstrativo de potencial financeiro. Logo, três destas cidades foram excluídas pela FIFA, por não se adequarem ao padrão de inovação, consistência no projeto e planejamento financeiro. Em janeiro de 2009, Maceió abandonou a competição, com isso ficaram apenas dezessete cidades candidatas. Todas as cidades se articulavam com os sujeitos que lhe eram mais relevantes e próximos. No caso da candidatura em conjunto Recife/Olinda, houve uma articulação entre as duas prefeituras, intermediada pelo governo do Estado. Entretanto, esse momento articulado de forma equivalente foi desestabilizado pela exaltação dos interesses particulares dos dois sujeitos – duas prefeituras. As diferenças entre elas se tornaram maior do que o elo que as unia. A disputa entre elas deu-se por motivos econômicos. Meses antes do fim do processo de escolha das cidades-sede, Recife se lançou candidata única, com um novo projeto e novos sujeitos políticos, como fica evidenciado na figura abaixo.

Figura 9- Articulação Recife Sede

Fonte: Elaborada pela autora

Em 31 de maio de 2009 a FIFA anunciou as cidades-sede, e a articulação e lógica equivalente criada em torno da candidatura de Recife não fazia mais sentido e foi desfeita pela lógica da diferença. Os sujeitos que outrora eram momentos voltaram a ser elementos discursivos. Mas o grande evento se aproximava rapidamente e o governo brasileiro precisava definir as diretrizes básicas e as infraestruturas necessárias em cada cidade-sede. Com isso, uma série de projetos começou a ser planejada em todas as doze cidades, entre eles se destacam os projetos de mobilidade, saúde, turismo, comunicação e segurança pública. Este último se apresenta de forma particular e peculiar, pois todas as cidades-sede deveriam implantar um sistema de inteligenciamento dos dados, monitoramento e controle dos fluxos sociais. Este projeto ficou conhecido com o nome Centro Integrado de Comando e Controle (CICC). Como explicado no primeiro capítulo, este conceito nasceu na seara militar, como tantos outros sistemas tecnológicos, por exemplo, a internet, o celular, o satélite, e adentrou na sociedade civil sendo incorporado como um sistema de controle dos fluxos sociais.

Apesar de a FIFA não ter afirmado qual era o tipo de monitoramento das ações, esta exigência em vigilância eletrônica é recente e diretamente correlacionada com os ataques de 11/09. O Brasil nunca teve terrorismo, ou atentados, mas a realidade do mundo o obriga a atender as definições e os padrões internacionais de vigilância. O risco de fato existe, pois em

um grande evento muitas nações estão juntas e há a possibilidade de uma tentativa de atentado. Mas, ao mesmo tempo, Beck (2006) argumenta que esse risco eminente, e a utilização de tecnologias para tentar evitá-los, é irônico, pois mesmo todas as tecnologias não podem impedir um atentado, pelo simples motivo de os terroristas usarem outra lógica. Todavia, o risco não é desinteressante para o Estado, pois com ele vem atrelado o medo de um novo incidente crítico, e com o medo os sujeitos tornam-se mais dóceis e aceitam facilmente a implantação de sistemas de vigilância eletrônica (VIRILIO, 2012). O medo é capaz de controlar e manipular uma sociedade inteira. Diferente dos Estados Unidos, em que o medo é de um novo atentado, no Brasil a cultura do medo está em qualquer esquina, praça, bairro ou cidade, se apresentando como criminalidade e violência urbana. Com isso um centro como este é visto com essencialmente bom. Mas será mesmo tão bom assim?

O CICC se destaca como um aparelho tecnológico com um grande potencial de controle dos fluxos sociais, por ser um sistema baseado no controle da vida – biopoder. A vida e a morte passam a ser controladas por meio de sistemas, baseados em uma vigilância rizomática e invisível que conduz, controla e monitora os fluxos sociais (FOUCAULT, 2008; DELEUZE, 1992). Este tipo de poder dá ao seu detentor, se bem utilizado, uma enorme capacidade, pois com o controle dos fluxos sociais a sociedade passa a ser uma massa de corpos dóceis que aceitam sem questionar os desdobramentos do poder hegemônico (FOUCAULT, 1999).

Este também é um sistema de governabilidade, pois altera a forma como os sujeitos/cidadãos passam a perceber o mundo e cria novas subjetividades por meio da formação destes como governáveis (FOUCAULT, 1991; ROSE, 1999). Mas o que pode torná-los realmente governáveis é o conceito de governança tecnológica, que por meio de um sistema de inteligência dos dados pode fornecer eficiência ao estado.

Por fim, o CICC-PE é híbrido entre governabilidade/biopoder, governança tecnológica e vigilância eletrônica. Conduzindo-o a um patamar elevado com relação a sua magnitude, nele estarão reunidas tecnologias suficientes para orquestrar a gestão pública, dando-lhe a almejada qualidade e equidade. Mesmo todas estas vantagens vêm acompanhadas de desvantagens.

O CICC-PE se assemelha a um tipo moderno de panóptico, que tem por princípio controlar o corpo e a mente dos observados, e apesar de ser utilizado com o discurso do combate aos problemas sociais é também um sistema que isenta o sujeito de liberdade, anonimato e qualquer tipo de privacidade.

Quando o Brasil assinou com a FIFA ela deixa claro, mas de forma genérica, que "caberá à União a criação, implantação e gestão de um sistema de monitoramento" (MATRIZ, 2010, p.4). Desta forma, fica claro que era o governo quem deveria criar um modelo que lhe fosse mais coerente e conveniente. O Ministério da Justiça assumiu esta missão por acreditar que este aparelho deveria ser relacionado à segurança pública. Com o intuito de organizar todos os procedimentos envolvidos na Copa do Mundo, o Ministério da Justiça criou, por meio decreto nº 7.538, de agosto de 2011, a Secretaria Extraordinária de Grandes Eventos (SESGE). Para dar suporte a isto, foi desenvolvido pelo Ministério da Justiça o plano de segurança para a Copa do Mundo. Nele é clara a posição discursiva do sujeito coletivo, Ministério da Justiça: "o governo brasileiro tem a real dimensão do sucesso das ações de segurança durante a Copa (...). As falhas à segurança pública, além de poderem ocasionar

vitimas e perdas patrimoniais, causariam enormes prejuízos à imagem do país" (SESGE, 2012, p.13). Este discurso reducionista pode ser compreendido por meio da teoria do medo de Virilio (2012), em que o terror é visto como a chave para as questões políticas. Com base nisso, a população brasileira, de modo geral, é aterrorizada diariamente por imagens e notícias de violência urbana, que só aumentam a cultura do medo e não questiona quando este sistema é direcionado para segurança pública. Todavia, um dos pressupostos da vigilância eletrônica é o controle ubíquo e total para o qual muitos teóricos utilizam a metáfora de "Deus que tudo vê e tudo sabe", mas, no caso pernambucano, esse "Deus só sabe segurança pública e só vê segurança pública", quebrando a lógica do controle total. O CICC-PE foi tão mutilado que quiçá a metáfora do panóptico lhe caiba (FOUCAULT, 1999; LYON 1994).

Para construir este discurso em torno apenas da segurança pública o sujeito político, SESGE realizou diversas reuniões com representantes de todo o país sobre a implantação do CICC. Em uma destas atas fica claro que o CICC é um sistema integrante do Sistema Integrado de Comando e Controle de *Segurança*⁹ para Grandes Eventos (SICC). Nesta mesma reunião ficou definido que a missão do CICC era cumprir todas as exigências do planejamento de segurança pública para grandes eventos da própria SESGE, como evidenciado nos trechos das entrevistas abaixo:

" O Centro de Comando e Controle é uma ferramenta, que é exatamente estabelecida pra agregar as informações referentes às ações de segurança dos jogos" [EMJ (7-8)].

"as agências com essas competências, de policiamento ostensivo, de trânsito, de atendimento pré-hospitalar, de mobilidade... Enfim, as agências mudam os nomes nos estados, mas as competências são basicamente as mesmas".[EMJ (49-52)].

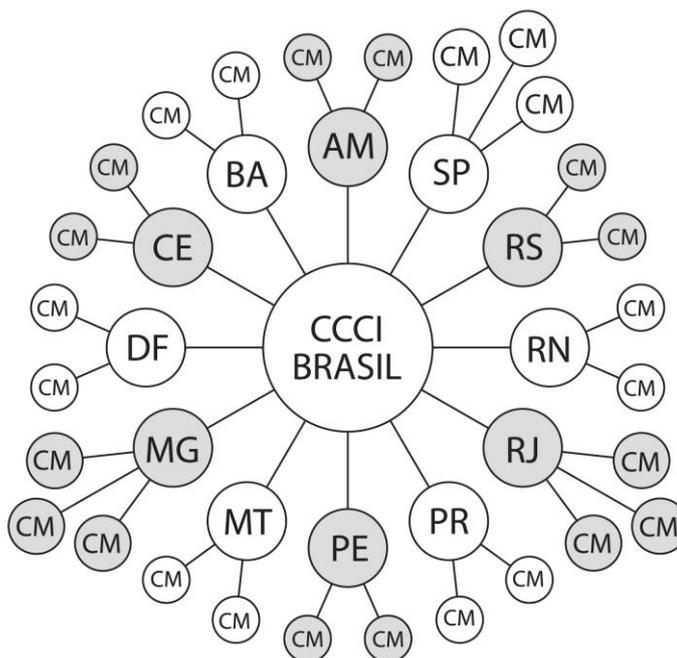
Para dar suporte a todo esse processo, o Ministério da Justiça instituiu por meio de um decreto de 07 de abril de 2010 a criação do grupo executivo da Copa – o GECOPA. Com este instituído, foram iniciados os diálogos institucionais. Segundo um relatório deste órgão, foram reunidas apenas entidades relacionadas às instituições de segurança pública. Em apenas um destas reuniões foram convocados 50 participantes dos quais 6 eram delegados federais, 11 delegados civis, 4 coronéis de polícia militar, 1 perito, 6 tenentes coronéis da polícia militar, 6 capitães e 4 majores, somando 38 sujeitos relacionados diretamente com a segurança pública. Diante deste dado, fica claro como o processo de significação foi direcionado arbitrariamente para a segurança pública (SENASP, 2010).

Diversas reuniões ocorreram durante todo o processo de implantação do CICC, ratificando sua visão puramente de segurança pública, fato este reforçado pela presença massiva de coronéis, tenentes coronéis, majores, capitães, muito membros da polícia federal, polícia civil, secretários e nenhum sujeito da sociedade civil: "o papel dos centros de segurança se concentrará nas questões relacionadas à Copa" (JUSBRASIL, 2012). Neste trecho, o CICC é chamado de centro de segurança e nada mais.

Com a definição do conceito de CICC, todas as cidades-sede deveriam implantar um centro regional, que deveria seguir um mesmo padrão e protocolo de ação. Como fica evidente na figura abaixo:

⁹ Destaque dado pela autora

Figura 10- CICC Brasil



Fonte: Elaborada pela autora

Em todas as cidades-sede têm um CICC regional, que está ligado ao CICC nacional em Brasília, com feedback no CICC, do Rio de Janeiro, e todos eles têm que seguir um mesmo padrão de construção e instituições muito semelhantes os comundo. Cada cidade-sede também irá dispor de doze (12) centros locais e 28 móveis. Entretanto, se o Estado cumprir as obrigações da FIFA, é livre para ampliar e resignificar as ações deste centro.

Laclau e Mouffe (1985) argumentam que um discurso hegemônico tenta mostrar-se como uma unidade sólida e indissociável, como está evidente neste discurso governamental. Para os autores, o discurso sempre exerce uma tentativa de dominar o campo da discursividade e tenta deter os fluxos das diferenças tentando criar uma aparente unidade real. Na verdade, esta unidade é uma ilusão criada pelo discurso hegemônico para tentar manter a unidade do mesmo, já que estes só conseguem se fixar por meio da formação de uma cadeia de equivalência forte o suficiente para neutralizar, temporalmente, a cadeia de diferença. É clara a tentativa do discurso governamental em significar o CICC como um aparelho de segurança pública, o que é nitidamente uma redução da sua potencialidade. Quando um aparelho tem a potencialidade de controlar todos os fluxos sociais que incluem logicamente a segurança pública e este passa a servir apenas para este propósito, o aparelho é literalmente mutilado.

O pressuposto de um sistema de controle como é o caso é ordenar, manter, controlar e monitorar as ações sociais. Mas, no caso brasileiro, serve para atender aos desígnios do Ministério da Justiça e da FIFA, e as demandas são econômicas e não populares. Outra falha com a escolha de um único olhar é o processo de inutilidade do conceito de biopoder, em que os sujeitos teriam a falsa ilusão de liberdade, quando estariam sendo controlados por aparelhos do Estado, em que a população se torna um objeto de poder (FOUCAULT,

MICHEL, 1995). Mas, isso não acontece e as políticas de controle dentro do CICC-PE se apresentam sem essa visão de população e do potencial de poder que o controle da vida pode proporcionar, descartando todo o potencial que estava a sua frente. O seu foco em segurança ofuscou o resto do processo e nem mesmo a governança tecnológica está sendo plenamente utilizada, já que o sistema só traz eficiência para um serviço e não para a gestão pública (ROSE, MILLER, 1992).

O Ministério da Justiça fez uma série escolhas incoerentes para este aparelho. A mais relevante e impactante foi a construção dos grupos líderes dos CICCs como ficou evidente na ata de reunião, com a presença maciça de militares. Quando havia presença de civis, estes eram policiais. Nas sete atas que compõem o *corpus* em nenhuma foi encontrada a presença de oficiais das forças armadas, de especialistas do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) ou do Instituto Militar de Engenharia (IME), que formam a elite intelectual que compõe as forças armadas brasileira, nem tão pouco acadêmicos, estudiosos ou especialistas no assunto. Foi tudo feito com base no conhecimento adquirido em viagens e visitas a centros desta natureza no mundo. Mas isso não é o suficiente para se conhecer a fundo um conceito tão amplo.

5.5 O fim de um caminho: a construção do discurso governamental do CICC-PE até a Copa das Confederações

Recife, a capital de Pernambuco, é uma das maiores regiões metropolitanas do país e como tal seus problemas sociais, estruturais e políticos são enormes. Podem-se destacar os problemas com as chuvas, deslizamento de barreiras e encostas, incêndios, trânsito caótico, violência urbana, construções ilegais, entre muitos outros problemas, típicos de grandes cidades. Mas como solucionar problemas sociais graves? Todas as grandes capitais também sofrem com os mesmos problemas?

Em meio a uma sociedade cada vez mais tecnológica, a solução parcial para tais problemas pode ser a implantação de sistemas de controle dos fluxos sociais, por meio de vigilância eletrônica, como foi o caso de Londres, que de 2001 a 2004 apresentou um crescimento de 40% na implantação de sistemas de vigilância eletrônica, no intuito de manter a ordem social. Em outras cidades também houve um aumento destes sistemas, a saber: Oslo cresceu 39% (trinta e nove por cento), Copenhagen 33% (trinta e três por cento), Budapeste 28% (vinte e oito), Berlin 21% (vinte e um) e Viena 18% (dezoito) (URBANEYE, 2004). Todas elas tentam, por meio da tecnologia, solucionar seus problemas sociais. Em meio a isto, surge uma tendência mundial da transformação de cidades tradicionais em cidades inteligentes, com sistemas sofisticados de controle.

Outros fatores relevantes para o crescimento deste tipo de tecnologia foram os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, impulsionando diversas cidades ao redor do mundo a utilizarem a vigilância eletrônica como uma forma de se manterem seguras. Este discurso pressupõe que para se ter a liberdade de viver em paz e sem medo, fazendo uma

alusão ao discurso da cultura do medo de Virilio (2012), é preciso ceder à liberdade da sua privacidade, ou seja, este discurso é paradoxal. Mas se o Brasil não tem terrorismo, então o que levou o governo pernambucano a iniciar em 2002 um projeto piloto de controle e integração das forças policiais por meio do ramal de emergência 190, utilizando vigilância eletrônica?

Como foi evidenciado na problematização, um grande problema deste país é a criminalidade e tudo passa a ser visto sob a ótica da segurança pública. Utilizando o discurso de combater os índices de homicídios na capital pernambucana, o governo do Estado se articulou com a Secretária de Defesa Social (SDS), coordenada pelos policiais militares, e iniciou o processo de compra de aparelhos tecnológicos. Em 2009, foi inaugurado o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciods). Paralelamente a todo este processo de militarização da vida cotidiana, Recife já havia sido escolhida como cidade-sede da Copa do Mundo de 2014. Diante disto, a implantação do Ciods, foi uma resposta apenas a uma demanda popular e uma necessidade causada pela crise dos serviços públicos?

A necessidade da implantação de um sistema mais inteligente de controle, neste caso em específico, controle da criminalidade e violência urbana, já existia. Todavia, a escolha de Recife para sediar os jogos da Copa do Mundo provocou uma urgência em solucionar problemas graves e de longo prazo, gerada por uma emergência imposta pela FIFA um ano após o início oficial das operações do Ciods.

Com Recife como a cidade-sede, o governo de estado iniciou a construção de um projeto para a implantação do CICC regional, conhecido nesta pesquisa como CICC-PE. Apesar de existir um processo de padronização, os estados podiam investir na medida de suas necessidades e condições financeiras. Com base nesta pequena fração de liberdade, o governo do Estado iniciou um processo de ampliação dos programas existentes, tais como o Ciods, por meio do projeto PE conectado em que foram feitas licitações de compra de 1.500 câmeras instaladas em espaços públicos e até 10 mil em parcerias entre entes privados (escolas, hospitais, lojas, shoppings, empresas e etc.) que desejassem custear a compra e instalação. Em troca, o governo do Estado, por meio do até então Ciods, vigiaria todos os acontecimentos, fora as câmeras de vigilâncias internas destes estabelecimentos, que também passaram a servir para combater a criminalidade. Proporcionalmente, a capital pernambucana logo se transformará em uma das mais vigiadas do país, quiçá da América latina, deixando claras as pretensões do Governo do Estado em transformar o CICC-PE em um imenso legado de segurança pública. Mas, essa vigilância eletrônica é utilizada com base em que definição, a coloquial ou a teórica?

Há um tempo no mercado brasileiro vem sendo presenciado o aumento do número de empresas que prestam o serviço de vigilância eletrônica, compreendido como meros aparelhos de monitoramento em que devem preservar os bens matérias de seus clientes, sejam eles pessoas jurídicas ou físicas. Com base nas análises dos dados documentais, observação de campo e das entrevistas, além da observação em momentos de crise, ficou evidente que o Ciods não utiliza o termo vigilância no seu conceito filosófico, passando a prestar o mesmo serviço das empresas privadas, porém de forma pública. Mas por que é necessária a presença de empresas privadas de segurança?

Estas só se fazem presentes porque o Estado é ineficiente em prestar todos os serviços públicos com qualidade, abrindo brecha para que o capitalismo se instale.

Capitalismo este baseado no liberalismo, que é o responsável pelo afastamento do estado de suas funções e da exaltação do indivíduo, que em uma das muitas críticas schmittianas se destacam as que ele endereça a supremacia do privado em detrimento do público no estado liberal moderno (SCHMITT, 2006; FERREIRA, 2004). O estado deveria estar na vanguarda da sociedade, mas é o poder econômico quem predomina neste sistema capitalista. Tanto o Ciods como o CICC-PE são exemplos desta supremacia, em que os dois aparelhos se comportam como empresas interessadas apenas na solução dos problemas de segurança pública, como fica evidente no trecho da entrevista:

"ninguém vai impedir que a chuva caia, ninguém vai impedir que ocorra distúrbios civis nem que um terremoto aconteça nem que um avião caia. agora o que se tem que exigir de uma infra-estrutura pública é que ela retorne a normalidade no menor tempo possível, então quanto menos tempo ela retornar a normalidade mais eficiente ela acontece" [ECHB (118-122)]

De fato, a natureza tem seus desfechos sem que o homem nada possa fazer, mas já existem tecnologias de vigilância suficientes para se prever uma crise.

Alguns sujeitos políticos já apontam que um dos principais desafios do CICC-PE é conciliar a quantidade de efetivo que as instituições têm com a necessidade de estarem integradas em um mesmo ambiente, como fica evidente nos trechos das entrevistas abaixo.

"então é muito difícil conseguir convencer um gestor, que já tá com a quantidade de efetivo ali no limite, já trabalhando com uma escala já apertada, disponibilizar, abrir mão, cortar na carne, alguém, primeiro pra colocar pra treinar, depois" [ECC (69-72)].

"Bem quer queira quer não tem né, bem no caso militar tem um rigor tem eles tem uma escala de plantão e nos temos o nosso plantão sendo que final de semana é via remota nós não ficamos na Apac nós levamos o notbooke da agencia e fazemos em casa não temos a obrigação de ir na Apac fazer" [EACP (44-46)].

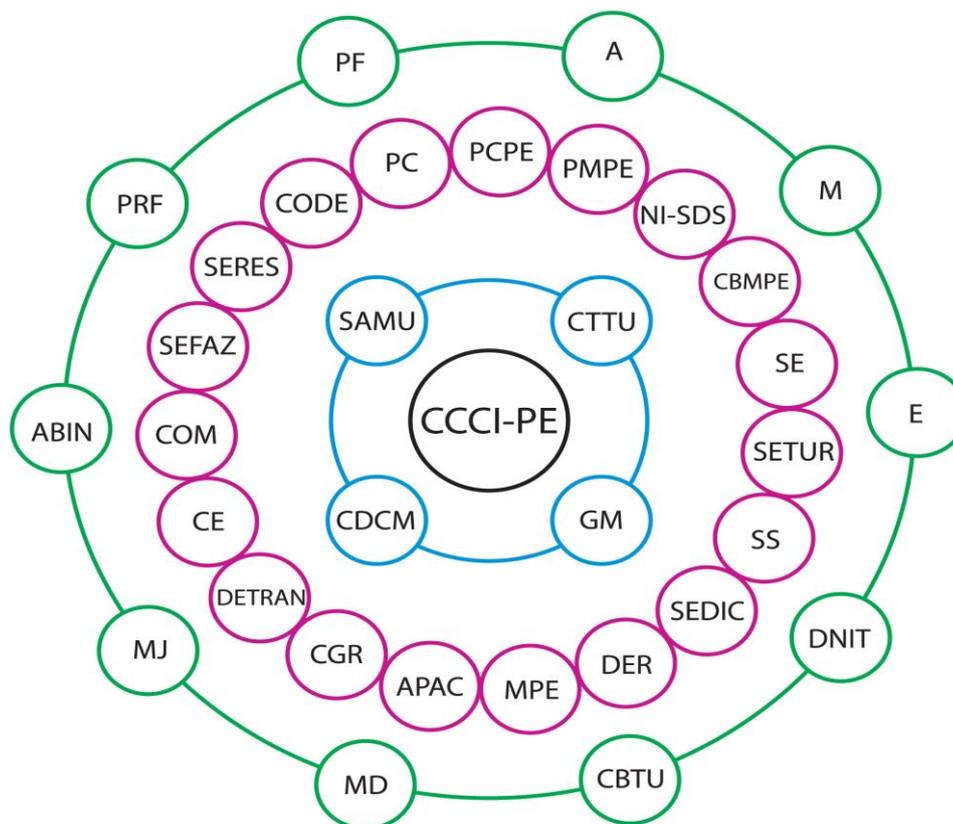
"Do próprio setor, do próprio órgão desta mandando efetivo que muitas vezes já não tem efetivo pra demanda ordinária, ou seja, a demanda do dia-a-dia, ainda assim ela tem que mobilizar um efetivo extra pra fazer parte do centro de comando e controle" [EECP (17-20)].

Os próprios sujeitos já antecipam um problema com o capital humano do CICC-PE. Mesmo que este tenha a tecnologia de vigilância mais ampla e inovadora do mundo, se não tiver pessoas aptas o sistema pode não conseguir alcançar o seu objetivo de proporcionar governança tecnológica, visto que a governança tecnológica é um conceito que ao mesmo tempo é vigilância eletrônica e governabilidade, e o capital humano é um elo importante para transformar os dados ainda sem inteligenciamento em poder para o Estado. Um sistema de controle e comando tem como princípio a regra básica de um sistema de vigilância, que é vigiar e punir. Ele é um sistema que tem a capacidade de monitorar o incidente – vigiar –, minimizar seus dados, reduzir o tempo de respostas da gestão pública, trazendo eficiência – punição. Com a redução do tempo, os sujeitos que, provocam ou são causadores dos incidentes, são sumariamente punidos, conduzindo, em longo prazo, a um processo de docilização dos corpos (FOUCAULT, 1999). Com o tempo, os próprios sujeitos/cidadãos passam a se vigiar em um processo de autovigilância.

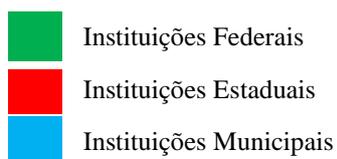
Contudo, para se compreender todo o processo discursivo de vigilância e de governabilidade, faz-se necessária a identificação dos sujeitos envolvidos no processo de construção do discurso governamental do CICC-PE. Com base na observação participante,

nas atas de reunião, no planejamento de segurança pública e nas entrevistas, foram desenhados os principais sujeitos que compõe o CICC-PE, conforme ilustrado a seguir.

Figura 11- Sujeitos políticos



Fonte: Elaborada pela autora



▪ **Nível Federal:**

- 1- Polícia Federal
- 2- Polícia Rodoviária Federal
- 3- Abin – Agência Brasileira de Informação
- 4- Ministério da Justiça
- 5- Ministério da Defesa
- 6- CBTU/Metrorec
- 7- DNIT
- 8- Exército
- 9- Marinha
- 10- Aeronáutica

▪ **Nível Estadual:**

- 11- Núcleo de Inteligência da SDS
- 12- CBMPE
- 13- PMPE
- 14- PCPE
- 15- Polícia Científica (GGPOC)
- 16- Codecipe
- 17- Seres (presídios)
- 18- Sefaz
- 19- Compesa
- 20- Celpe
- 21- Detran
- 22- Consórcio Grande Recife (transporte metropolitano)
- 23- Apac - Agência Pernambucana de Águas e Clima
- 24- Ministério Público Estadual
- 25- DER
- 26- Secid
- 27- Secretaria de Saúde
- 28- Setur
- 29- Secretaria de Educação

▪ **Nível Municipal**

- 30- CTTU
- 31- Samu
- 32- Coordenadorias de Defesa Civil Municipais
- 33- Guarda Municipal /Recife

Vale salientar que a maioria destes sujeitos foi escolhida pela SESGE e, de forma geral, o Ministério da Justiça estabeleceu alguns atores que deveriam estar presentes, como fica claro nos trechos das entrevistas:

"Cada estado tem uma peculiaridade, mas a essência são as, as agências com essas competências.... Enfim, as agências mudam os nomes nos estados, mas as competências são basicamente as mesmas" [EPFCC (49-52)]

"Todas as instituições que foram previstas pelo ministério da justiça estão presentes neste centro, eles tem uma representação" [ECPE (54-55)]

O trecho da entrevista deixa claro um dos principais conceitos de Schmitt, que é a ditadura democrática em que sistemas totalizantes focadas no poder econômico se disfarçam de democracias para impor seus desejos e desmandos para alcançar o poder econômico (SCHMITT, 1992). Para o autor, em uma democracia o povo deve ser uma unidade política e deter poder o suficiente para a soma de suas particularidades forma um poder constituinte. Entretanto, a sociedade civil representada no CICC-PE é focada em instituições terceirizadas, tais como a Apac e a CTTU, mas, por hora, não está evidente a participação de: entidades não-governamentais, empresários, instituições privadas, academia, entre outros sujeitos relevantes dentro do escopo da sociedade civil. Partindo desta premissa, e utilizando a tese de

Schmitt sobre a democracia ditatorial, parece que o CICC-PE em sua forma atual se comporta com bastante semelhança ao que foi descrito por este autor.

Com a definição de todos os atores envolvidos no processo, foi iniciado outro processo de formação elemento/momento. Neste caso, o objeto político era o próprio CICC-PE. O processo de formação do discurso governamental do CICC-PE foi iniciado com a promessa da construção de um prédio com dois pavimentos, com o discurso de que o CICC seria ampliado para todo o Estado de Pernambuco, e mesmo com o foco na segurança pública se integraria de fato com muitos órgãos públicos e terceirizados relevantes para a sociedade. Mas no decorrer da pesquisa este não passava de um discurso sem ação e a prática discursiva apresenta-se de uma forma totalmente diferente do discurso inicial.

Em Recife, o processo começou paralelo ao do Ministério da Justiça, em 2010. As primeiras reuniões começaram com o intuito de estabelecer os princípios básicos do CICC-PE. Isto ocorreu na maioria das cidades-sede, porque o Ministério deixou claro que o foco era segurança pública, mas os estados, se assim desejassem, poderiam ampliar o seu conceito.

O projeto do Recife para a Copa do Mundo era muito ousado, pois estava prevista a construção de uma cidade inteligente em torno do estádio da Copa do Mundo de 2014. Seria a primeira cidade inteligente totalmente planejada da América Latina, e uma cidade inteligente necessita, para conquistar este status, de uma série de aparelhos tecnológicos que lhe dê suporte. O seu sistema nervoso seria um sistema de controle dos fluxos sociais que possibilitaria entre outras funções a criação de um governo inteligente. Com esta ideia em mente, foi iniciado o processo de construção do discurso em torno do CICC-PE, de que ele seria tão grande e imponente quanto o CICC-RJ e o CICC nacional, e, com o tempo, atenderia a todo o estado pernambucano. Com todos os atores definidos, foram iniciadas as reuniões. Neste momento, todos eram elementos igualmente inertes, mas logo alguns atores se transformaram no momento. Um sujeito político muito relevante neste início foi o corpo de bombeiros. O conceito de monitoramento e controle já era usado por eles desde 2001 e já estava bem definido e sendo colocado em prática nas crises em Pernambuco, como, por exemplo, a enchente da zona da mata em 2010 e o acidente do voo tal... da Air France também em 2010, como destaca o trecho abaixo.

"Desde 2001 que aqui no estado aqui vem sendo desenvolvido esse programa de comando e controle, com outro nome gerenciamento sala de grandes eventos, centro.. sala de planejamento de emergência mas não com esse nome de CC mas com outro nome, sistema de comando de incidentes, sistema de comandos de crises, então para nós foi como se fosse um evento da nossa rotina, não fomos testados como fomos em 2010 ai sim, foi um grande teste, a cheia de 2010" [ECHB (103-108)]

"Aqui já tinha uma metodologia, uma cultura de integração e inclusive de cultura de integração, volto a lembrar a enchente de 2010 e o acidente da Air France então" [ECHB (140-141)]

Isto torna evidente que para este sujeito político articulado, o conceito de comando e controle não era novo, portanto ele tinha conhecimento para transmitir aos seus colegas das instituições que não sabiam como funcionava um sistema desta natureza. Vale salientar que a sala de crise, ou comando e controle desta instituição, foi pensada, articulada e construída para solucionar problemas de responsabilidade deste.

Com mais conhecimento que os demais, os bombeiros passaram a ser um sujeito relevante e presente em todas as reuniões. O CICC-PE é composto por 33 instituições, mas neste primeiro momento só alguns sujeitos foram convocados para as reuniões. Como o Ministério da Justiça havia estabelecido que seria um aparelho focado em segurança pública, os sujeitos eram todos relacionados a este assunto. Durante a observação participante, muitas reuniões eram realizadas apenas com as forças militares, outras com a presença da polícia civil, além dos bombeiros, que eram neste momento os líderes e orquestradores do processo discursivo. Havia, porém, um sujeito que fazia parte do corpo militar, mas que demonstrava uma resistência ao CICC-PE, o CIODS. Como foi evidenciado acima, o CIODS foi criado como um sistema de monitoramento e agora seria incorporado ao CICC-PE e, declaradamente, não aceitava, como evidencia este trecho da entrevista:

"Centro de comando e Controle, na verdade, ele vem pra cuidar de um evento em especial, né. Assim, durante aquele momento o CIODS abre mão, certo, do espaço de controle, daquele evento, da área de exclusão no entorno daquele evento pra que o Centro de Comando e Controle venha, na verdade, gerenciar as ocorrências que existam naquele entorno, os problemas que existam naquele entorno, né... E o CIODS continua com o restante da demanda" [ECFC (7-12)]

Mesmo com esta resistência declarada, o Ciods passou a constituir um sujeito que deveria ser articulado em prol do CICC-PE, pois ele tinha conhecimento acerca do monitoramento feito por meio de câmeras de Circuito Fechado de Televisão (CFTV). FyFe (2004) percebe que o discurso em torno do CFTV remete à busca de uma sociedade perfeita. O discurso deste sistema de vigilância eletrônica, que é a mais famosa, porém não única, é diretamente ligado ao fim da violência e da criminalidade.

O CICC-PE tomava corpo e a cada novo sujeito em seu discurso ficava mais forte. Seguindo esta tendência quatro sujeitos políticos se articularam em uma prática discursiva compartilhada, eram eles: bombeiros, Ciods, polícia militar e polícia civil. Mas o CICC-PE era muito maior do que isto e este escopo deveria ser ampliado. Para acompanhar os andamentos das obras dos centros por todo o país, a SESGE enviava secretários para monitorar as articulações entre os sujeitos, e com isto este passou a compor o grupo de sujeitos relevantes, visto que era ele quem detinha o poder de controlar e ajustar ações e políticas contrárias aos interesses da SESGE. As reuniões eram cada vez mais frequentes, mas os sujeitos eram os mesmos. O governo do Estado criou a Secretária Geral da Copa (SECOPA-PE), em que seriam tratados todos os assuntos referentes à Copa do Mundo, o que inclui a segurança pública. Com a função de monitorar as ações uma vez por mês, todos os sujeitos relevantes eram convocados para as reuniões.

Com o passar do tempo, outro sujeito passou a se articular com o grupo relevante, que foi a polícia federal. Juntos, passaram a se articular e construir o discurso em torno do CICC-PE. Mas um novo objeto político se apresentou, pois em 12 de maio de 2012 foi aberta a competição para a escolha das seis sede do mundial. A Copa das Confederações é mais do que um teste, é uma Copa do Mundo reduzida. Nela, tudo tem que estar funcionando perfeitamente. Recife se articulou novamente com os sujeitos discursivos em prol da candidatura.

Novos sujeitos políticos foram se articulando em um momento discursivo para que Recife conseguisse ser sede deste evento. No dia 08 de novembro de 2012 a FIFA anuncia as seis cidades, são elas: Belo Horizonte, Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro, Recife e Salvador,

sendo três localizadas no Nordeste. Entretanto, uma das cidades que deveriam participar por questões de importância era São Paulo, mas o seu projeto atrasou e comprometeu toda a sua candidatura. Com Recife eleita novamente, tudo tinha que ficar pronto de novembro para junho, o que dava ao estado cerca de seis meses de trabalho intenso. Paralelamente, a SDS estava se articulando com a Procuradoria Geral do Estado e com a Secretária de Planejamento e Orçamento para agilizar a construção do prédio que o CICC-PE ocuparia. No entanto, outros sujeitos começaram a se articular contra a construção deste prédio, entre eles se destaca o relatório de impactos realizado por um grupo de advogados, ativistas, ambientalistas e urbanistas, que também passaram a se articular contra a construção do CICC-PE. Houve um entrave e os recursos para a construção ficou congelado.

Vale salientar que mesmo que indiretamente houve outro processo nos bastidores do poder que influenciaram e impactaram em diversos projetos pernambucanos. Este foi a pré-candidatura do governador Eduardo Campos para presidência da república, rompendo com uma aliança política de mais de 10 anos entre o Partido dos Trabalhadores (PT) com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Este fato ocasionou em uma redução drástica dos recursos federais fornecidos ao Estado para a Copa do Mundo. Com isso e com os problemas ambientais o CICC-PE foi reduzido e implantado em uma sala improvisada.

Mas, sendo o CICC-PE a espinha dorsal e o sistema nervoso de uma cidade inteligente, já que é o projeto de Pernambuco construir a primeira cidade inteligente totalmente planejada, sua redução o conduz a um aparelho com grande potencial, mas que não irá inteligenciar os dados oriundos das 33 instituições. Claramente o discurso inicial não condiz com a prática discursiva, e mesmo sendo uma ferramenta de governança tecnológica isso de fato não irá acontecer, pelo menos em curto prazo, e os dados continuarão desconectados e o governo não se tornará inteligente, nem tão pouco Pernambuco, por hora, terá uma cidade inteligente como tanto discursou. O discurso é uma ação que precisa ser representado por um poder de manter os sujeitos unidos em torno deste, com o intuito de torná-lo hegemônico, mas ele é imerso em um campo discursivo permeado por práticas discursivas (LACLAU, 1996). O discurso inicial do governo do estado se apresenta como falacioso e sem prática discursiva.

Mesmo com o projeto reduzido, Recife ainda seria sede da Copa das Confederações e do Mundo e precisava ter o CICC-PE funcionando. O primeiro grande teste foi antes mesmo do resultado da Copa das Confederações, no jogo Brasil e China, quando todas as instituições foram convocadas, mas pouco mais da metade apareceu e o CICC-PE não operou como algo integrado. Com esse resultado, o grupo relevante iniciou um processo de realização de reuniões, mas muitas instituições ora não eram convocadas ou não enviavam representantes. Então, veio o segundo teste que foi o carnaval e as coisas ainda não estavam funcionando bem. Os sujeitos permaneciam como elementos desarticulados e quando estavam presentes não eram consultados para nada, alcançando com isso o terceiro pressuposto que é o da integração. Integrar é estar integrado com os sujeitos que apareceram para o evento? O conceito de integração é muito mais amplo do que isto, pressupõe que todos os sujeitos ao menos participem dos eventos, mas só o fato de não aparecerem já sinaliza que o CICC-PE é um discurso no qual existe resistência mesmo velada. Quando o CICC-PE não conta com a presença constante do Detran, CTTU, DNIT em suas reuniões de base, como será tratada a questão de mobilidade? Não existe também um controle dos fluxos nos hotéis em relação aos

turistas, entre outros aspectos que deixam claro que este não é um aparelho integrado, nem tão pouco controla os fluxos sociais.

O grupo de sujeitos políticos relevantes são os seguintes:

Figura 12- Sujeitos políticos relevantes



Fonte: Elaborada pela autora

5.6 Retrabalhando as hipóteses

Nesta seção são retrabalhadas as hipóteses lançadas no início do trabalho. Com base em todas as análises feitas do processo de significação do CICC-PE, que culminou em um sentido focado apenas em segurança pública, esta seção revisita as hipóteses de pesquisa. A primeira foi em relação aos serviços públicos, como será evidenciada abaixo.

H¹ – Devido à ineficiência do estado em prover todos os serviços públicos, com a qualidade e quantidade compatíveis com as demandas populares, é necessário o desenvolvimento de um sistema de governança tecnológica, baseada em vigilância eletrônica.

Identificou-se por meio das pesquisas empíricas que, de modo geral, o país vive uma crise nos serviços públicos, e que está utilizando o discurso de um evento de grande porte para investir bilhões em infraestrutura. Mas também existem diversos grupos contrários a estes gastos. O principal motivo é o superfaturamento das obras. No caso pernambucano, o estado vive o pior seca dos últimos trinta anos, e enquanto isso gasta milhões com a Copa. Os dados mostram que a Copa do Mundo vai trazer benefícios também e que o legado fica para o país. Mas a que custo?

As pesquisas mostraram que as demandas populares não estão sendo ouvidas, então, de fato, a crise não é o foco destes investimentos. Mesmo com tantos gastos, a crise na saúde, educação, transporte público e defesa social persistem. Na implantação do CICC-PE, que é o

objeto empírico desta pesquisa, as demandas são pseudo-ouvidas, porque estão investindo na redução da violência urbana, mas não é por causa do apelo da população, e sim por obrigação da FIFA.

A governança tecnológica é uma realidade em muitos países. O uso de vigilância eletrônica, depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, se banalizou e barateou. Instituições públicas e privadas investem ano após ano nestes dispositivos de controle dos fluxos sociais. Mas é necessário um conhecimento aprofundado sobre seus impactos. É fato que estes sistemas são instituições intermediárias que, segundo Mello (2009), podem solucionar a crise de sentido, mas é preciso que este seja o seu foco.

H² – O CICC-PE é um sistema com uma capacidade muito maior do que apenas segurança pública, e essa potencialidade está sendo perdida na sua construção.

Um centro de comando tem, o potencial, de controlar todos os fluxos sociais, por isso ele foi criado, e até mesmo na sua criação o objetivo era controlar e monitorar os fluxos envolvidos na operação do dia D, que culminou com a derrota dos alemães. No caso brasileiro, este centro segue os preceitos básicos da evolução do C2, não acompanha suas bases e propõe contradições. Por exemplo, o CICC-PE será ativado apenas em grandes eventos, por exemplo, jogos clássicos, São João, Carnaval, e grandes eventos, como shows e etc., demonstrando claramente que não foi a demanda popular que fez com o mesmo se originasse, nem tão pouco ela o mantém. Um centro desta natureza deveria funcionar todos os dias do ano, os sete dias da semana e vinte quatro horas por dias, para de fato controlar os fluxos sociais. Não adianta ser um aparelho usado apenas em datas específicas.

Isto conduz à terceira hipótese e uma das principais críticas desta pesquisa, já visto, por meio de pesquisas, que o sistema de governança tecnológica no Brasil serve apenas para segurança pública, o que é um reducionismo declarado. Os gastos feitos na implantação deste aparelho, como mostrado nas análises, foi reduzido drasticamente, além de não se integrarem com todas as instituições, em alguns casos excluindo-as do processo, em outros por meio da alienação em que estes não percebem a importância de um sistema inteligente e não vão para os testes e reuniões. Portanto, a hipótese lançada no início foi ratificada.

5.7 Conclusão

Chega-se ao fim deste capítulo com a missão cumprida, em que todos os objetivos foram respondidos utilizando as três teorias base deste estudo. Graças a uma metodologia clara, foi possível se construir uma crítica sólida e contundente a um aparelho que tem um potencial de se transformar em um verdadeiro Big Brother idealizado por Orwell em seu livro 1984. Na época dele, um controle total do estado era uma ilusão futurista, hoje é realidade, mas o CICC-PE precisa ser revisto para solucionar suas críticas e se potencializar.

6 Considerações Finais e Implicações

6.1 Introdução

Este capítulo teve como intenção apresentar ao leitor as considerações finais do trabalho. Como ficou claro, a TD baseado em Laclau e Mouffe é uma teoria que exige um esforço analítico considerável, principalmente se utilizada em conjunto com o modelo retrodutivo, como é o caso desta pesquisa, já que o produto a ser gerado é uma teoria nova acerca do discurso analisado (GLYNOS; HOWARTH, 2007). Com a escolha da TD como teoria método, o caminho epistemológico desta já estava definido, e sua ontologia era claramente a do discurso. Vale salientar que não existe uma ontologia, mas várias, e que a TD é apenas uma lente pela qual a sociedade é compreendida.

Iniciamos este trabalho cientes de que o discurso é tudo, e nada poderia estar fora ou além dele, seguindo-se a premissa de que uma prática discursiva é um discurso articulado politicamente. Vale salientar que discurso é uma palavra que não pode ser reduzida apenas um tipo, pois é a própria prática da sociedade, composta por um tecido discursivo complexo e muitas vezes interligado. Neste sentido, existem diversos discursos, tanto quanto diversas ontologias (LACLAU, 1993; LACLAU; MOUFFE, 1985). Sobre esta amplitude, o próprio Laclau defende que o estudo sobre um discurso mesmo que específico não pode ser totalizante nem tão pouco generalizado, ele será sempre contextual, político e precário. Com base nisto, foi escolhido compreender a construção do discurso governamental do CICC-PE, entendido nesta pesquisa, como um momento histórico no qual, por hora, diversas articulações estão ocorrendo e um discurso hegemônico está em processo de formação, embora ele ainda esteja em um constante processo de mudança.

Contextualizando o trabalho em um momento contemporâneo, foi identificado um processo discursivo desde que o Brasil se lançou candidato para sediar a Copa do Mundo até a realização da Copa das Confederações em 2013. Quando a FIFA deixou claro que gostaria de um sistema de monitoramento, abriu espaço para a compreensão desta palavra no contexto mundial em que a vigilância eletrônica ganha cada vez mais território. Com os ataques terroristas de 2001, o mundo adentrou em uma cultura do medo e a solução que alguns países estão utilizando, de forma mais veemente, é a instalação de sistemas de controle dos fluxos sociais e vigilância total, como o *Total "Terrorismo" Information Awareness* (TIA) na Inglaterra e o *Homeland Security* (HS), nos Estados Unidos, que são sistemas com um nível muito elevado de invasão e controle, já que neste mundo em que o inimigo não tem rosto ou nação, qualquer pessoa pode ser um terrorista em potencial.

Consciente deste movimento mundial, os líderes do Ministério da Justiça implantaram o conceito do CICC em todo o Brasil, inserindo-o em todas as cidades-sede. Com isso, o objeto empírico foi compreendido desde sua formação nacional até alcançar os sujeitos políticos locais, e, como estes, com base no discurso do Ministério da Justiça constituíram o discurso governamental do CICC-PE.

6.2 O que o discurso do CICC-PE tem a dizer?

O discurso governamental do CICC, de forma nacional e macro, foi circunscrito por meio de leis, decretos e regras pré-estabelecidas. Este processo foi realizado para que todos os estados tivessem um mesmo padrão. Como ocorre em diversos sistemas tecnológicos, estes para serem integrados, precisam de uma harmonia e compatibilidade um com o outro, para no fim formar apenas um. Com base na vigilância eletrônica, este processo é bastante comum, visto que os sistemas de vigilância eletrônica, em muitos casos, utilizam banco de dados de outras instituições, sejam elas públicas ou privadas. Outro fator interessante do ponto de vista da teoria da vigilância é uma integração focada numa perspectiva de vigilância total. Lyon (2007) argumenta que com os sistemas cada vez mais inteligentes e com o compartilhamento dos bancos de dados, a sociedade moderna se encaminha para uma sociedade de vigilância eletrônica com um modelo de vigilância total. Não seriam vigiadas apenas as pessoas que apresentassem algum tipo de risco em potencial, mas qualquer um, em qualquer lugar. O CICC inicia o seu processo de forma ampla, mas logo o reduz para o controle apenas da segurança pública.

Este é um dos principais focos de um sistema de controle, mas não é o único, o que conduz à primeira crítica da pesquisa, que consta em perceber que o CICC-PE é um aparelho que tem um potencial muito além de segurança pública. Um sistema de vigilância eletrônica tem o potencial de controlar os fluxos sociais. Um dos aspectos mais interessantes dos sistemas de vigilância é a sua utilização em todos os espaços sociais. Quando Bentham desenvolveu o panóptico, seu foco era na prisão, mas quando Foucault ampliou-o em seus estudos em "Vigiar e Punir: o nascimento da prisão" expandiu o que se compreendia como prisão e analisou todas as instituições disciplinares sobre esta ótica. Nela o controle era dos corpos confinados, era um controle total. Deleuze (1992), por sua vez analisa que o conceito de prisão dado por Foucault já não fazia mais sentido, por que os muros não existam mais então a prisão passou a ser em campos abertos, sem muros ou amarras visíveis, mas ficava cada dia mais total. Lyon (1994) analisa para além das considerações de Deleuze e vai mais longe quando percebe que o olhar eletrônico passou a constituir a realidade da sociedade moderna, fazendo uma alusão à ficção de Orwell, em que algumas sociedades passaram a utilizar o poder estatal de um verdadeiro Big Brother. Então, quando um sistema de vigilância na sociedade da vigilância eletrônica o reduz para apenas um aspecto, está indo de encontro com um dos principais pressupostos desta teoria, que é o controle dos fluxos sociais. Mas, como isto ocorreu?

Desta forma, com o discurso focado em segurança pública o Ministério da Justiça endereçou de forma geral a liderança dos CICCs para as forças policiais, ratificando a sua visão policialesca. No caso pernambucano, a liderança do CICC-PE está no comando da polícia federal, seguido pela polícia militar, e por fim a civil, nesta ordem hierárquica. No momento em que os sujeitos políticos que constroem este discurso são policiais, existe uma tendência natural para que estes foquem todos os esforços para este objetivo. Com o foco na segurança pública, todo o sistema de vigilância eletrônica passa a servir para esta função. Com isso, os fluxos sociais relevantes para serem controlados, no caso específico da copa do mundo, não estão sendo considerados, tais como o fluxo dos hotéis, dos turistas, da saúde

entre outros. A secretária de saúde é um dos sujeitos políticos envolvidos, em que são fornecidos os dados sobre o banco de leitos. Todavia, uma vez que não existe uma integração com a quantidade de leitos em hospitais privados, e que os hospitais públicos não têm capacidade para atender com qualidade, rapidez e eficiência os cidadãos, como esperar, então, que este serviço público tenha capacidade para atender qualquer pessoa que precise, no período da Copa das Confederações e do Mundo?

Portanto, a integração é outro pressuposto relacionado à vigilância eletrônica, para que um sistema detenha o poder de controlar os fluxos sociais. O CICC-PE é um sistema que no seu próprio nome já tem a palavra "integrado" identificando que este é uma das suas principais funções. O CICC-PE tem em sua composição 33 sujeitos distintos das três esferas do poder governamental, e existe uma tentativa para que diversas instituições não policiais, tais como a Compesa, a Celpe, a Defesa Civil, a APAC, se integra. Entretanto, mesmo com este esforço integrador, o foco continua sendo a segurança pública. Neste sentido, a integração não é feita com toda a sua potencialidade, pois o foco já estava definido e mesmo quando estes órgãos eram convocados a agir, não constituíam os sujeitos que construíram o discurso. Na parte analítica do trabalho, fica claro que existe uma tentativa de integração das forças, todavia, com a redução na segurança pública, portanto os fluxos sociais têm a possibilidade de não serem controlados em sua plenitude.

A vigilância eletrônica passou a ser cada vez mais discreta e invisível e com a quantidade de dados disponíveis em uma sociedade cada vez mais tecnológica, alguns passaram a chamá-la de sociedade da vigilância dos dados (CLARKE, 1988). O CICC-PE também é um sistema de inteligenciamento dos dados, inicialmente em sua maioria públicos, mas com a tendência de se ampliar este escopo para a sociedade civil. Por hora, isto é feito por poucas instituições privadas. Entretanto, no caso específico do CICC-PE, os dados não estão sendo inteligenciados para se transformarem em caminhos para um governo inteligente. Em um sistema de vigilância os dados têm que se interligar e o importante é ter uma base de dados o mais completa possível, uma vez que com isso o sistema pode cruzá-los e controlar com mais eficiência os fluxos sociais. Por hora, isto ainda não está acontecendo no CICC-PE, por quatro motivos centrais: o primeiro é o prédio em que o CICC-PE se instalaria com toda a infraestrutura, que ainda não começou a ser construído. Com a urgência de ter o sistema funcionando, foi reformado um espaço em um prédio público em que o CICC-PE poderia se instalar, mas está ficando pronto só para a Copa das Confederações, então todos os testes foram feitos em um espaço improvisado e pequeno, em que poucas tecnologias foram instaladas. O segundo motivo é a ausência de capital humano compatível com as necessidades do CICC-PE; o terceiro é que nem todas as instituições têm um banco de dados digital e organizado, a maioria ainda trabalha com poucas tecnologias. Por fim, quando a instituição tem os dados digitais e fornece ao CICC-PE, este só faz uso se for ligada diretamente à segurança pública. Outro fator relevante é a forma como o CICC-PE interpreta o sentido da palavra vigilância eletrônica. Durante as pesquisas, foi identificado que a palavra vigilância eletrônica era compreendida dentro do CICC-PE a partir de sua forma coloquial, ou seja, a definição relatante. Os sujeitos políticos envolvidos estão interpretando este sistema como se fossem apenas para monitoramento da segurança pública, se assemelhando com as empresas de vigilância eletrônica privada, e não estão utilizando o conceito em sua amplitude, nem tão pouco os teóricos e evoluções que o mundo vem apresentado nesta área de conhecimento.

O CICC-PE também é um sistema de governança tecnológica, que consiste no ato de governar com base em uma tecnologia para que esta seja utilizada em sua magnitude promovendo eficiência na gestão pública, onde os sujeitos políticos ganhariam potencial de capital humano. O CICC-PE é, em tese, de governança tecnológica, mas como visto na análise dos dados este sistema não apresenta muitas características de uma governança, já que não oferece muitos aspectos de inteligenciamento dos dados, integrando com isto a premissa básica de eficiência da gestão pública. O CICC-PE tem o potencial de promover eficiência pública, mas por hora os sistemas se apresentam muito desconectados e sem uma integração de todas as instituições que são relevantes para o controle dos fluxos sociais.

Por fim, este estudo trouxe ao leitor os primeiros resultados da implantação de um sistema de vigilância eletrônica, e apesar de a tecnologia ser semelhante em muitas sociedades mundo a fora, a forma como ela é compreendida é particular e contingencial.

À luz das teorias utilizadas, buscou-se compreender a construção do discurso governamental do CICC-PE, com isso a teoria da vigilância e do discurso serviu como lente para a compreensão do fenômeno em questão.

6.3 Limitações e futuras contribuições

Este trabalho, por ser uma dissertação de mestrado, apresenta uma limitação temporal. Como ficou claro no capítulo 4, a teoria método utilizada foi a TD, com a metodologia da retrodução, e nesta é necessário que seja desenvolvida uma teoria ao fim do processo. Como ficou claro nas considerações finais, não foi desenvolvida nenhuma teoria acerca do discurso governamental do CICC-PE. Apesar de o trabalho ter atendido aos seus objetivos propostos e se orientado com base em suas hipóteses, todo o processo reprodutivo não foi completo, portanto este trabalho abre a possibilidade para muitos trabalhos acadêmicos futuros, visto que o tema é relativamente novo no Brasil. O objeto empírico é amplo o suficiente para que muitos trabalhos continuem compreendendo o seu discurso.

6.4 Conclusão

Este capítulo tinha como função trazer para o leitor a importância deste estudo. Neste sentido, ele apresentou, além do conhecimento teórico sobre um tema relativamente novo no Brasil, a visão sobre um objeto empírico que tem o potencial de conduzir a sociedade pernambucana para a utilização mais constante da vigilância. O estudo sobre o CICC-PE apresentou de forma mais clara como este processo está ocorrendo em Pernambuco. Também foram apresentadas as principais críticas pertinentes a este, todas elas baseadas nos pressupostos de um sistema de vigilância eletrônica. Por fim, tanto o capítulo como o estudo atingiram a suas propostas iniciais.

Referências

- ABE, K. Everyday policing in Japan: surveillance, media, government and public opinion. **International Sociology**, vol. 19, n. 2, p. 215-231, 2004.
- AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. Trad. de Iraci D. Poletti. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de estado**. 10ª edição. Edições Graal: São Paulo, 2007.
- AMOOORE, L. Expert report: borders. In: **A report on the Surveillance Society Murakami Wood** (eds). London, 2006.
- ANDERSEN, N .A (2003). **Discursive analytical strategies**: understanding Foucault, Koselleck, Laclau, Luhmann. Bristol: Policy Press.
- ATHANS. M. (1982). The expert team of expert approach to command and control C² organizations. **Control Systems Magazine**. Vol. 2 no 3. Pp: 30-38. Massachusetts.
- ARVIDSSON, A. On the prehistory of the panoptic sort: mobility in market research⁴. **Surveillance and Society** 1(4). 2005.
- BALL, K. Organization, surveillance and body; toward politics of resistance. In: LYON, D (eds) **Theorizing Surveillance**: panopticon in beyond. William Publish, Portland, 2006.
- BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.
- BECK, U. Living in the world risk society. **Economy and Society**, vol. 35, number 3, p. 329-345, 2006.
- BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. London: Sage, 1986.
- BENTHAM, J **O panóptico**. Trad. Tomas Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2000.
- BIGO, D. TOSOUKALA, A. (Eds.). **Terror, insecurity and liberty**: illiberal practice of liberal regimes after 9/11. London: Routledge, 2008.
- BILLOUET, P. **Foucault**. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.
- BLANK, R.M., DABADY, M. & CITRO, C.F. (eds.). **Measuring racial discrimination**. Washington: National Academies Press, 2004.
- BOGARD, W. Welcome to the society of control: the simulation of surveillance revisited⁴. In: K. Haggerty, & R. Ericson. (eds.) **The new politics of surveillance and visibility**. Toronto, Buffalo & London: University of Toronto Press, 2006.
- _____. Surveillance assemblage and lines of flight. In: **Theorizing surveillance**. Ed. David Lyon, 97-122. Portland, OR: Willan, 2006.

_____. **The simulation of surveillance**: hypercontrol in telematic societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

BRASIL. Casa Civil. **Lei Geral da Copa**, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm. Acessado em: 03 de janeiro de 2013.

_____. **Constituição de 1988**: Constituição da República Federativa do Brasil. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. **Diário Oficial da União**: portaria nº130, 2012b. Disponível em <http://siabi.trt4.jus.br/biblioteca/direito/legislacao/atos/federais/prt_mpog_sgp_2012_1912.pdf> Acesso em 10 de janeiro de 2013.

BRINK, M,V,D. Reframing practice: exploring an analytical toll for purposefully chaging instutions in Dutch water management and spatial planning. **Paper** presented at the AESOP Congress in Grenoble, France, 1-3 July, 2004.

BROWN, W. **Regulating aversion**: tolerance in the age of identity and empire. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2006.

BURITY, J. **Desconstrução, hegemonia e democracia**: o pós-marxismo de Ernesto Laclau, 1997. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/subida/Brasil/dipes-fundaj/20121129013954/joan7.pdf.ori>. Acesso em: 30 de dezembro de 2012.

CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. In: **Filosofia Unisinos**, jan/abr, 2010.

CASTELLS, M. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Tradução Ingrid Muller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CEPIK, M.; CANABARRO, D.R. (Orgs.). **Governança de TI**: transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre: WS Editor, 2010.

CHESNAIS, F. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In:_____. **A crise dos paradigmas em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

CLARKE, R, A. Information Technology and Dataveillance. **Communication of the ACM**, v. 31, n.5, p. 498-512, 1988.

COLEMAN, R. Reclaiming the streets: closed circuit television, neoliberalism and the mystification of social divisions. **Surveillance and Society**, vol. 2, n. 3 pp. 293-309, 2004.

COLEMAN, R; SIM, J. You'll never walk alone. **Britishi Journal of Sociology**, nº 51, vol: 4, pp: 623-640, 2000.

CORSANI, A. Elementos de uma ruptura: a hipótese do capitalismo cognitivo. In: COCCO, Giuseppe, GALVÃO, Alexander Patez, SILVA, Gerardo (org.). **Capitalismo cognitivo: trabalho rede e inovação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

COUTINHO, C. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DANDEKER, C. **Surveillance, power and modernity: bureaucracy and discipline from 1700 to the present day**. Cambridge: Polity, 1990.

DEAN, M. (1999) **Governmentality: power and rule in modern society**. London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage, 1999.

DELEUZE, G. Postscript on Control Societies'. In T. Levin, U. Frohne & P. Weibel (eds.) CTRL-Space: **Rhetorics of surveillance from Bentham to Big Brother**. Cambridge, Mass & London: MIT Press, 2002.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Tradução: Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. editora: 34. São Paulo, 1997.

DENZEN, N,K; LINCOLN, Y,S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publication, 1994.

DERRIDA, J. **Limited Inc**. Evanston: Northwestern University Press, 1988.

DONALD, C. Vigilance. In: J. Noyes, & M. Bransby (Eds), People in control: **Human factors in control room design**. London: The Institution of Electrical Engineers, 2001.

DUARTE, A. Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo. In: RAGO, M; VEIGA-NETO, A (Orgs). **Para um vida não-fascista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FARMER, D. MANN, C. **Surveillance nation**. Technological Review, 2003.

FERREIRA, B. **O risco do político: crítica ao liberalismo e teoria política no pensamento de Carl Schmitt**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/IUPERJ, 2004.

FOUCAULT, M. Governmentality. In: G.Burchill, C.Gordon & P.Miller (eds.). **The Foucault effect**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

_____. O sujeito e o poder. In.: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. Michel Foucault. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p.231-249, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 dez. 1970. 1996a. São Paulo, Edições Loyola, 1996.

_____. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1999.

_____. **A história da sexualidade**: a vontade do saber. Tradução: Maria Tereza de Costa Albuquerque. Edições Graal, Rio de Janeiro, 1999b.

_____. Em defesa do social. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. ed: 24. Rio de Janeiro: Edições Graal, p. 277-293, 2007.

_____. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Do governo dos vivos**. Curso dado no Collège de France (1979-1980). Tradução: Nildo Avelino. São Paulo, Centro de Cultura, 2009.

FOUCAULT, M; MICHEL, O. Sujeito e o poder. In: Rabinow, Dreyfus. Foucault. **Uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 1995.

FLEMING, A. History and development of penicillin. In: FLEMING, Alexander. “**Penicillin. Its practical application**”. London, Butterworth & Co, 1946.

FYFE, N. R. Zero Tolerance, Maximum Surveillance? Deviance, Difference and Crime Control. In: The Late-Modern City’, in L. Lees (ed.). **The Emancipatory City? Paradoxes and Possibilities**. London: Sage, pp. 40-56, 2004.

GABRIEL Y. The Glass Cage: flexible work, fragmented consumption, fragile selves. In: J. Alexander, G. Marx, and C. Williams (eds.). **Self, social structure and beliefs**: essays in honor of Neil Smelser. University California Press, 2004.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

GANDY, O. H. **The panoptic sort**: a political economy of personal information. Boulder: Westview Press, 1993.

_____. Coming to terms with the panoptic sort. In: D. Lyon & E. Zureik (eds.). **Computers, surveillance, privacy**. Minneapolis & London: University of Minnesota Press, 1996.

_____. Quixotics unite! Engaging the pragmatists on rational discrimination’ In: Lyon (ed). Theorizing Surveillance. The Panopticon and Beyond, William Publish, Portland, 2006.

GEE, J.P. **An introduction to discourse analysis**: theory and method. London & New York: Routledge, 1999.

GIDDENS, A. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity, 1990.

_____. Risk society: the context of British politics. In: **The politics of risk society** (J. Franklin, ed.), pp. 23-34, Cambridge: Polity Press, 1998.

GLASER, B. G; STRAUSS, A. L. **The discovery of grounded theory**: strategies for qualitative research. New York: Aldine de Gruyter, 1967.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D. **Logics of critical explanation**. Abingdon: Routledge, 2007.

GLYNOS, J.; HOWARTH, D.; NORVAL, A.; SPEED, E. **Discourse analysis**: varieties and methods. Discussion Paper. NCRM, 2009. Disponível em: <http://eprints.ncrm.ac.uk/796/>. Acesso em: 25 de jun. 2011.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (2012). Governo apresenta balanço do Pacto pela Vida, 2012. Disponível em: <http://www.pactopelavida.pe.gov.br/governo-apresenta-balanco-do-pacto-pela-vida-em-2012/>. Acesso em: 01 de janeiro 2013.

GRAHAM, S. Surveillance, urbanization, and the US "Revolution in Military Affairs In: LYON, D (eds). **Theorizing surveillance**: panopticon in beyond. William Publish, Portland, 2006.

GRAHAM, S; MURAKAMI WOOD, D. Infrastructure and Built Environment. In: MURAKAMI WOOD (eds). **Report of the surveillance society**: Infrastructure and Built Environment. London, 2006.

GRIGGS, S. Problematizing The Mobilization of Hospital Directors .In: HOWARTH, D; TORFING, J. (Eds). **Discourse theory in Europe politics**: identity, policy and governance. London: Palgrave Macmillan, 2005.

HAGGERTY K. Tear down the walls: on demolishing the panopticon. In: LYON, D. **Theorizing surveillance**. 23-45. Portland, OR: Willan, 2006.

HAGGERTY, K. ERICSON, R. The surveillant assemblage. **British Journal of Sociology**, 51(4):605-622, 2000.

_____. **Policing the risk society**. Toronto: University of Toronto Press, 1997.

HAJER, M. **The politics of environmental discourse**: ecological modernization and the policy process. Clarendon Press, Oxford, 1995.

HARDT, M. Sociedade Mundial do Controle. In: ALLIEZ, E (eds). **Giles Deleuze uma vida filosófica**. Rio de Janeiro, Editora 34, 2000.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império**. Editora Record: Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Multitude**. London: Hamish Hamilton, 2005.

HAUDRICOURT, Andre-Georges. Domestication des animaux, culture des plantes et traitement d'autrui. In: L'Homme. **Revue Francaise d'Anthropologie**, Paris, vol. 2, no 1, p. 40-50, 1962.

HEMPEL, L. TOPFER E. **Urbaneye**: inception report-working paper No. 1. Berlin: Centre for Technology and Society Technical University Berlin, 2002.

HIER, S. P. Probing the surveillant assemblage: on the dialectics of surveillance practices as processes of social control. **Surveillance and Society**, vol. 1, n. 3 pp. 399-411, 2003.

HOWARTH, D. Applying discourse theory: the method of articulation. In: HOWARTH, D; TORFING, J. **Discourse theory in Europe politics**: identity, politic and governance. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.

HOWARTH, D; STAVRAKAKIS, Y. Introducing Discourse Theory and Political Analysis. In: HOWARTH, D; NORVAL, A.J; STAVRAKAKIS, Y. **Discourse theory and political analysis**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Indicadores sociais municipais**: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/tabelas_pdf/tab5.pdf>. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

INCE, A.N., EVRENDILEK, C., WILHELMSSEN, D., GEZER, F. **Planning and architectural design of modern command control communications and information system**. Kluwer. New York: Springer, 1997.

JAY, M. **Downcast eyes**: the denigration of vision in Twentieth-Century French thought. Berkeley: University of California Press, 1994.

JORGENSEN, M.; PHILLIPS, L. **Discourse Analysis as Theory and Method**. London: Sage. 2002.

KIRK, J.; MILLER, M. L. **Reliability and validity in qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 1986.

KOSKELA, H. (2006) The other side of surveillance: webcams, power and agency. In: D. Lyon (ed.). *Theorizing Surveillance: The Panopticon and Beyond*. Willan Publishing, New York 2006.

LACLAU, E. **New social movements and the plurality of the social**. Centro de Estudos e documentos Latino-americanos de Amsterdã (CEDLA) Class 29. The New Moviments and the State in Latino America, 1983. Disponível em:<http://www.cedla.uva.nl/50_publications/archive_CLAS.html> Acesso em: 30 de junho de 2011.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. **Hegemony and socialist strategy**. London: Verso, 1985.

_____. **New reflections on the revolution of our time**. London: Verso, 1990.

_____. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

_____. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

_____. Foreword. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. **Discourse theory and political analysis**. Manchester: Manchester University Press, 2000.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

LEFORT, C. **The political forms of modern society**. Oxford: Oxford University Press, p.301, 1986.

LEININGER, M. Evaluation criteria and critique of qualitative research studies. In: MORSE, J. (Org.). **Critical issues in qualitative research methods**. London: Sage, 1994.

LEMKE, T. The birth of bio-politics: Michael Foucault's. In: **Lectures at the College de France on neo-liberal governmentality**. Economy and Society, London: Routledge, v. 30, n. 2, p. 190-207, 2001.

LYON, D. **Surveillance as social sorting: privacy, risk and digital discrimination**. London: Routledge, 2003.

_____. An electronic panopticon? A sociological critique of surveillance theory. **Sociological Review**, v. 41, n. 4, p. 653-678, 1993.

_____. Everyday surveillance: personal data and social classification. **Information, Communication & Society**, v.5, n.2, p. 242-257, 2002.

_____. **Facing the future: seeking ethics for everyday surveillance**. Ethics and Information Technology, v.3, n.3, p. 171-180, 2001b.

_____. **Surveillance after September 11**. Cambridge UK: Polity Press, 2003b.

_____. **Surveillance society: monitoring everyday life**. Buckingham: Open University Press, 2001.

_____. **Surveillance studies: an overview**. Cambridge UK: Polity Press, 2007.

_____. **The electronic eye: the rise of surveillance society**. Cambridge: Polity Press, 1994.

MARX, G.T. Ethics for the new surveillance. **Information Society**, jul-ago, vol 14, Issue 3, p: 171- 186, 1998.

_____. **Undercover: police surveillance in America**. Berkeley: University of California Press, 1988.

_____. What's new about the "new surveillance"? Classifying for change and continuity. **Surveillance Society** 1 (1), pp: 9-29, 2002.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política Volume I livro primeiro o processo de produção do capital**. Editora: Nova cultura, São Paulo, 1996.

MASUDA, Y. Computopia. In: FORESTER, Tom. (Ed.). **The information technology revolution**. Oxford : Basil Blackwell, 1985.

MATHIESEN, T. Panopticon and synopticon as silencing systems. In: **Silently silenced. Essays on the creation of acquiescence in modern society**, 98-102. Winchester: Waterside Press, 2004.

MCCA HILL, M. NORRIS, C. **CCTV in Britain Urbaneye Working Paper no. 3**. Centre for technology and Society, Technical University of Berlin, 2002a.

MCCA HILL, M. **The surveillance web: the rise of visual surveillance in an English City**, Devon: Willan, 2002.

MCCORMICK, J. **Carl Schmitt's critique of Liberalism**. Against politic as technology. London: Cambridge University Press, 1997.

MCGRATH, J. **Loving Big Brother: Performance, privacy and surveillance space**. London & New York: Routledge, 2004.

MCLUHAN, M. **The global Village**. New York. Oxford university Press, 1989.

MELLO, S. C. B. de. Comentários: o que é o conhecimento em marketing no Brasil, afinal?. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 10, n. 2, jun. 2006.

MENDONÇA, D. de. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 20, p. 135-145, jun. 2003.

MOUFFE, C. Carl Schmitt and the paradox of liberal democracy. In: **Challenge of Carl Schmitt**. Mouffe (ed.) London: Verso, 1999.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

NEWBURN, T., HAYMAN, S. **Policing, surveillance and social control: CCTV and police monitoring of suspects**. Cullompton: Willan, 2001.

NORRIS, C; MCCA HILL, M; MURAKAMI WOOD, D. The Growth of CCTV: a global perspective on the international diffusion of video surveillance in public accessible space. **Surveillance & Society**, vol. 2 n. 2/3, p. 110-135, 2004.

NORVAL, A. J. Trajectories of Future Research in Discourse Theory. In: HOWARTH, D.; NORVAL, A. J.; STAVRAKAKIS, Y. (Eds.). **Discourse theory and political analysis – identities, hegemonies and social change**. CIDADE: EDITORA, 2000.

PAIVA, V. Um século de educação republicana. **Pró-Posições**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 7-21, jul. 1990.

PAIVA, F, G, J ; LEÃO, A, L, M, S, MELLO, S, C, B. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências administrativas**, v. 13, n. 31, p. 109-209, set/dez, 2011.

PEARSON. (2012). *The learning curve: index of cognitive skills and education attainment*. Disponível em: <http://thelearningcurve.pearson.com/index/index-ranking>. Acesso em 15 de setembro de 2012.

PORTAL DA COPA. **Anexo de segurança pública da matriz de Responsabilidade**, 2010. Disponível em: http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/11192012_anexo_f01_base_integracao Acesso em 20 de Dezembro de 2012.

PORTAL DA COPA. **Matriz de responsabilidade da copa**. 2012. Disponível em http://www.copa2014.gov.br/sites/default/files/publicas/11192012_anexo_f01_base_integracao.pdf. Acesso em: 30 de novembro de 2012.

POSTER, M. (2004). **The mode of information: poststructuralism and social context**. Cambridge: Polity Press, 2004.

PRADO, E (2004) *Pós-grande indústria: trabalho imaterial e fetichismo*. Disponível em www.econ.fea.usp.br/eleuterio. Acesso em 20 de março de 2013.

PRADO, M, A, M. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.8, n.11, p-59-71, jun, 2002.

PRESSEMBLE. **Number of journalist killed for year**. 2012. Disponível em: <http://www.presseensemble.ch/5037.html>. Acesso em: 30 de janeiro de 2013.

PFOHL, S. O delírio cibernético de Norbert Wiener. **Revista Famecos**, n 15. pp. 105-121. Porto Alegre, 2001.

ROSE, N. **Powers of freedom: reframing political thought**. Cambridge, New York and Melbourne: Cambridge University Press, 1999.

ROUSSEAU. J.J. **O contrato social**. Tradução: Antônio de P. Machado. Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica, 1968.

SÁ, A. F (2001). Soberania e Poder Total: Carl Schmitt e uma Reflexão sobre o Futuro. **Revista de Filosofia de Coimbra**, nº 20, pp 427-460, 2001.

SCHMITT, C. *Political Romanticism*. Trans. G. Oakes. MIT Press, 1986.

_____. **Teologia Política**. Belo Horizonte. Editora: Del Rey, 2006.

_____. **O conceito do político**. 1. ed. Petropolis. Editora: Vozes, 1996.

_____. **Escritos de Política Mundial**. Buenos Aires: Ediciones Heracles, 1996b.

_____. **O guardião da Constituição**. Tradução: Gilmar Ferreira Mendes. vol. 9, Belo Horizonte. Editora: Del Rey Internacional, 2007.

_____. **La dictadura**: desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria. Trad. José Díaz García. Madrid: Revista de Occidente, 1968.

SEIFERT, J.W. Data mining: an overview. In: PEGARKOV, D. (ed). **National security**. Congressional Service. Nova Science Publishers, 2006.

SENNETT, R. **The Conscience of the eye**: the design and social life of cities. New York: W.W. Norton, 1990.

SIA. Security Industry Association. **SIAs Brazil Security Market**, 2012. Disponível em : <http://www.siaonline.org/content.aspx?id=6146>. Acesso em: 09 de setembro de 2012.

SIMONS, J. **Foucault and the political**. London: Routledge, 1995.

SINCLAIR, J. **Corpus, concordance, collocation**. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SHILLER, H. **El poder informático** – impérios tecnológicos e relaciones de dependência. Cidade do México: Ediciones G. Gili, 1981.

STODDART, M.C.J. Ideology, hegemony and discourses: a critical review of theories of knowledge and power. In: **Social Thought and Research**, 28: 191-226, 2007.

TEIXEIRA, F.; OLIVEIRA, M. (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez/ UECE, 1996.

TILLEY, N. Evaluating the effectiveness of CCTV schemes. In C. Norris, J. Moran and G. Armstrong (eds.). Surveillance, closed circuit television and social control. **Aldershot**: Ashgate, pp. 139–152, 1998.

TORFING, J. **New theories of discourse**: Laclau, Mouffe and Zizek., Nova York Wiley Blackwell, 1999.

TORFING, J. (2005). Discourse theory: achievements, arguments, and challenges. In: HOWARTH, D; TORFING, J. (Eds). **Discourse theory in europe politics**: identity, policy and governance. London: Palgrave Macmillan, 2005.

VIGNER, N.G. et al.. **Evaluating the use of public surveillance cameras for crime control and prevention**. The Urban Institute, Chicago, 2011.

VIRILIO, P; LOTRINGER, S. **Guerra pura**: a militarização do cotidiano. Tradução de Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. Brasiliense, São Paulo, 1984.

VIRILIO, P. **Guerra e cinema**. Tradução: Paulo Roberto Pires. Editora: Página Aberta. São Paulo, 1993.

_____. Velocidade e política. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. A máquina da visão. Editora: José Olympio, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Administration of fear**. Translated by: Ames Hodges. Semiotext (e) Intervention series. London, 2012.

ZIZEK, S. Beyond discourse analysis. In: Laclau (org). **New reflections on the revolution of our time**. London, Verso, 1990.

WAINER, H., BRAUN, H. I. **Test validity**. Hilldale, NJ: Lawrence Earlbaum Associates, 1988.

WASELFIZ, J, J. **Mapa da violência 2012**: os novos padrões de violência homicida no Brasil. Instituto Sangari, São Paulo, 2011.

WEBSTER, F. **Theories of the information society**. 2º ed, London: Routledge, 2002.

WEILL, P., ROSS, J. W., IT. **Governance**: how top performers manage IT decision rights for superior results. Haward: Harward Business School Press, 2004.

WILLIAMS, K., JOHNSTONE, C. The politics of the selective gaze: closed circuit television and the policing of public space. **Crime, law and social change**, vol. 34, n. 2 pp. 183-210, 2000.

WHO. **World Health Statistics**, 2012. Disponível em: <http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/en/index.html> Acesso em: 20 de setembro de 2012.